

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO
MESTRADO PROFISSIONAL

CASSIA MARIA DE QUEIROZ

O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GOIÁS (1999 – 2010)

GOIÁS – GO
2021

CASSIA MARIA DE QUEIROZ

**O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GOIÁS (1999 – 2010)**

Relatório técnico para apresentação à Banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Dailza da Conceição Fagundes

**GOIÁS – GO
2021**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Cassia Maria de Queiroz

Email: cassiacassia@gmail.com

Dados do trabalho

Título: *O Projeto Viva e Reviva Goiás* e suas contribuições para a Educação Patrimonial em Goiás (1999 – 2010).

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) - Mestrado Profissional.

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiânia, 17 de novembro de 2021.

Assinatura da autora

Assinatura da orientadora

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

Q384p Queiroz, Cassia Maria de.

O projeto “Viva e reviva Goiás” e suas contribuições para a educação patrimonial em Goiás [manuscrito] / Cassia Maria de Queiroz. – Goiás, GO, 2021.

137f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Patrimônio cultural. 1.1. Educação patrimonial. 1.1.1. Viva e reviva Goiás. 2. Memória - história. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

CASSIA MARIA DE QUEIROZ

**O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL EM GOIÁS (1999 – 2010)**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 19 de agosto de 2021, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof^a Dr^a Maria Dailza da Conceição Fagundes – (PROMEP/UEG)
Orientador

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)
Examinador (Membro interno)

Prof^a Dr^a Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG)
Examinador (Membro externo)

Prof^a Dr^a Luana Nunes Martins de Lima (PROMEP/UEG)
Suplente (Membro Interno)

Prof^a Dr^a Heloísa Selma Fernandes Capel (PPGH/UFG)
Suplente (Membro Externo)

Goiás, 19 de agosto de 2021.

Que a importância de uma coisa há que ser medida
pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

AGRADECIMENTOS

Se você está lendo esta página é porque eu consegui. E não foi fácil chegar até aqui. Do processo seletivo, passando pela aprovação até a conclusão do Mestrado, foi um longo caminho percorrido. Nada foi fácil, tampouco tranquilo.

Quero primeiramente agradecer a Deus e a Nossa Senhora pela proteção e sabedoria. E agradecer a todos aqueles que sempre confiaram em mim.

À minha família e aos meus verdadeiros amigos, sempre. Sempre mesmo.

Aos meus pais, por me terem dado educação, valores e por me terem ensinado o valor do conhecimento. A meu pai, Humberto Corrêa Queiroz, (*in memoriam*), que onde quer que esteja, nunca deixou de me amar, nem de confiar em mim. Pai, meu amor eterno. À minha mãe, Maria Abadia de Queiroz, amor incondicional. Mãe, você que me gerou e me alfabetizou, ensinando-me o amor à leitura. A vocês que, muitas vezes, renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu, partilho a alegria deste momento.

A todos os meus familiares, irmãos, primos, tios, sobrinhos. Mas há aquelas pessoas especiais que diretamente me incentivaram. Aos modelos em que procuro me espelhar sempre: meus avós maternos Frevesvindo Geraldo de Queiroz e Maria da Conceição Corrêa Queiroz, e paternos, Nicodemos Claudino de Freitas e Dorcelina Maria de Freitas (*in memoriam*), por terem me ensinado a ser nobre, na essência da palavra e nas ações, e a ter garra, perseverança e otimismo sempre.

À Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes, minha orientadora e exemplo profissional, por ter estado todo tempo ao meu lado me ajudando e me incentivando.

Aos professores Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers e Dr. Neemias Oliveira da Silva, que aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa, pelas sugestões e análises significativas às quais tentei atender na versão definitiva do texto.

À Profa. Dra. Heloisa Selma Fernandes Campel, amiga e mestra na Graduação em História, que sempre acreditou em mim e me incentivou a trilhar novos caminhos do saber.

Às minhas amigas e colegas de equipe no *Programa Viva e Reviva*, Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges, por terem atendido ao meu convite para compartilharem comigo, neste projeto, suas valorosas memórias.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG).

Com vocês, queridos, divido a alegria desta experiência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cidade de Goiás	26
Figura 2: <i>Folder</i> do Iphan, 1998	38
Figura 3: Capa do Livreto <i>Viva e Reviva Hidrolândia</i>	50
Figura 4: Parte interna do Livreto <i>Viva e Reviva Hidrolândia</i>	51
Figura 5: As escolas da cidade de Goiás que aderiram ao <i>Projeto</i>	61
Figura 6: Mapa com a localização das escolas da Cidade de Goiás	62
Figura 7: Capa do <i>Projeto Viva e Reviva Goiás</i> .	68
Figura 8: Capa de <i>folders</i> do <i>Projeto Viva e Reviva Goiás</i> 2001 e 2002	69
Figura 9: Capa de <i>folders</i> do <i>Projeto Viva e Reviva Goiás</i> 2006 e 2007	69
Figura 10: <i>Folder</i> do lançamento do CRHE (<i>capa e contracapa</i>)	74
Figura 11: <i>Folder</i> do lançamento do CRHE (<i>interno</i>)	74
Figura 12: Subprojeto Redescobrimdo Goiás: Serra Dourada	82
Figura 13: Subprojeto Um Olhar Sobre a Cidade – Livro do Tombo I	83
Figura 14: Subprojeto Um Olhar Sobre a Cidade – Livro do Tombo II	85
Figura 15: Subprojeto Um Olhar Sobre a Cidade – Livro do Tombo III	86
Figura 16: “Coronel Petrônio: Patrimônio de Nossa História”	89
Figura 17: “Amo, Por Isso Cuido”	91
Figura 18: Cantigas de Roda: Lagarta Pintada	93
Figura 19: Oficina de Vídeo	97
Figura 20: “Goiás: Prazer em Conhecer”	102
Figura 21: Oficina de Comunicação	106
Figura 22: Livreto - Exposição <i>Viva e Reviva</i> – 2006	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A estrutura do <i>Programa Viva e Reviva</i>	22
Quadro 2: Escolas e subprojetos apresentados	66
Quadro 3: Brincadeira de Roda: <i>Lagarta Pintada</i>	95
Quadro 4 Subprojetos de filmes/documentários	100
Quadro 5: Orçamento <i>Viva e Reviva Goiás</i> : Material de consumo	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APVRG – Acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás*

CR - Conselho Regional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

NTE – Núcleo de Tecnologia de Educação

SEDUC/GO – Secretaria de Educação do Estado de Goiás

SEE – Secretaria de Estado da Educação

SRII – Sub Regional II

SRE – Subsecretaria Regional de Educação de Goiás

SUED – Superintendência de Educação a Distância e Continuada

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar o projeto de Educação Patrimonial *Viva e Reviva Goiás* a partir da documentação referente às ações educativas desenvolvidas entre 1999 e 2007 pelas escolas públicas e privadas da Cidade de Goiás. Idealizado em 1999, o projeto foi lançado oficialmente em 2000 pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. A escolha desse Projeto de Educação Patrimonial como objeto de estudo se deve ao seu pioneirismo em Goiás e por ser um projeto piloto cuja experiência originou o *Programa Viva e Reviva* que foi executado por algumas cidades do estado. O *corpus* documental em estudo é composto pelo relatório final com os subprojetos propostos pelas escolas na cidade de Goiás, alguns ofícios, folders, documentos manuscritos, questionários, entre outros. Além da análise documental, recorreremos à história oral, por intermédio de entrevistas com professoras que integraram o *Programa Viva e Reviva*. Na execução do *Projeto Viva e Reviva*, a comunidade foi envolvida nas atividades propostas pelas escolas, possibilitando uma série de desdobramentos nas práticas educativas com vistas à identificação e proteção do patrimônio cultural local: os lugares, as edificações, os saberes, as festas e as expressões artísticas dos diferentes grupos da comunidade vilaboense. Assim, o estudo visa identificar os objetivos e a concepção de Educação Patrimonial presente nesse projeto para discutir as bases que nortearam as ações desenvolvidas no levantamento do patrimônio material e imaterial da Cidade de Goiás. O produto final proposto é um vídeo documentário sobre o *Projeto Viva e Reviva Goiás* realizado a partir da pesquisa e da experiência da equipe do Programa, a fim de inspirar alunos, professores e as comunidades a fazerem seu próprio vídeo para registrar o seu patrimônio cultural.

Palavras-chave: Viva e Reviva Goiás, Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural, Memória.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Heritage Education project *Viva e Reviva Goiás* from documentation related to educational activities developed between 1999 and 2007 by public and private schools from Cidade de Goiás. Conceived in 1999, the project was officially launched in 2000 by the Education Office of the State of Goiás. This Project of Heritage Education was chosen as an object of study due to its pioneering character in Goiás and for being a pilot project whose experience originated the *Programa Viva e Reviva* which was carried out by some cities in the state. The documental corpus being studied is composed by a final report with subprojects proposed by schools in Cidade de Goiás, some official letters, folders, handwritten documents, questionnaires, among others. In addition to document analysis oral history was used by means of interviews with teachers who integrated the *Programa Viva e Reviva*. As the *Projeto Viva e Reviva* was being carried out, the community was involved in the activities proposed by the schools enabling a series of developments in the educational practices seeking to identify and protect the local cultural heritage: places, buildings, knowledge, festivals and artistic expressions from different groups from the *vilaboense* community. Thus, this study aims to identify the goals and the conception of the Heritage Education present in this project to discuss the bases that guided the actions developed in the survey of the material and immaterial heritage of Cidade de Goiás. The final product proposed is a documentary concerning *Projeto Viva e Reviva Goiás* created from the research and experience of the program team, seeking to inspire students, teachers and communities to create their own video to record their cultural heritage.

Keywords: Viva e Reviva Goiás, Heritage Education, Cultural Heritage, Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1- O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS: ASPECTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
1.1 Apresentação e histórico	19
1.2 A Educação Patrimonial e a proposta do <i>Projeto Viva e Reviva Goiás</i>	32
1.3 O Projeto <i>Viva e Reviva Goiás</i> : Patrimônio Cultural, Memória e Identidade	40
1.4 O trabalho de campo e demais procedimentos metodológicos	52
1.4.1 Descrição das etapas de campo	56
2 - PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS: UM MERGULHO COM PROFUNDIDADE NA HISTÓRIA DE GOIÁS	59
2.1 Apresentação do Projeto	59
2.2 A adesão das escolas da Cidade de Goiás	63
2.3 A concepção de Educação Patrimonial nos subprojetos das escolas	80
2.4 Registro audiovisual: concepção e montagem da narrativa no <i>Programa Viva e Reviva</i>	96
2.4.1 O documentário no <i>Projeto Viva e Reviva Goiás</i>	99
3 - VÍDEO DOCUMENTÁRIO: VIVA E REVIVA MEMÓRIAS	111
3.1 Apresentação e formato do produto	111
3.2 Público-alvo do documentário	115
3.3 O impacto para a comunidade e a preservação do bem cultural	116
4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO VÍDEO DOCUMENTÁRIO “VIVA E REVIVA: MEMÓRIAS”	118
4.1 Manual de uso do documentário	118
4.2 Propostas de aplicação na comunidade escolar	122
4.3 A devolutiva para a comunidade	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130
ANEXO	136

INTRODUÇÃO

O objetivo deste Relatório é analisar o Projeto de Educação Patrimonial *Viva e Reviva Goiás* a partir da documentação referente aos subprojetos das escolas públicas e privadas, executados na Cidade de Goiás de 1999 a 2007. O projeto, idealizado em 1999 e lançado oficialmente em 2000, no contexto da proposta de a cidade receber o título de Patrimônio da Humanidade, tinha como objetivo incentivar a participação da comunidade nas ações de Educação Patrimonial para fortalecer o sentimento de pertencimento dos sujeitos com o patrimônio cultural local. Além disso, visava também transformar professores e alunos em multiplicadores a fim de que o projeto se tornasse contínuo e cada vez mais independente em relação às esferas de poder. A proposta integrava o *Programa Viva e Reviva*, posteriormente desenvolvido pela equipe da Superintendência de Ensino a Distância e Continuada da Secretaria Estadual de Educação – SUED/SEDUC/GO.

O *Programa Viva e Reviva*, criado a partir da experiência do *pré-projeto Viva e Reviva* na Cidade de Goiás, foi executado em várias cidades do estado até 2010 quando foi encerrado pelo Governo de Goiás. Os projetos concluídos e que têm os dados resguardados no site da SEDUC/GO são: *Projeto Viva e Reviva Goiás*; *Projeto Viva e Reviva Pirenópolis*; *Projeto Viva e Reviva Pilar*; *Projeto Viva e Reviva Catalão*; *Projeto Viva e Reviva Jaraguá*; *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia* e *Projeto Viva e Reviva Jataí*.

A escolha do recorte temporal de 1999¹ até 2010 se justifica em função de dois eventos pontuais que marcam o início e o fim do objeto da nossa pesquisa. A data de 1999 refere-se ao primeiro trabalho de Educação Patrimonial que foi incorporado ao *Projeto Viva e Reviva Goiás*, lançado em 2000: o primeiro subprojeto que consta no “Relatório de 2002”, um dos documentos em análise, foi o da Escola Flores de Alfenim de 1999, intitulado *Um olhar sobre a cidade com destaque para a atividade O que você guardaria em um museu?- Livro de Registro dos Bens Afetivos da Alfabetização*. Quanto ao ano de 2010, trata-se da data em que o *Programa Viva e Reviva* foi descontinuado.

A escolha do *Projeto de Educação Patrimonial Viva e Reviva Goiás* como objeto de estudo desta pesquisa se deve tanto pelo seu pioneirismo em Goiás quanto em ter como fundamento norteador o diálogo com os diversos personagens de uma mesma comunidade. O propósito não era ser somente um marco na revitalização do patrimônio cultural, mas também

¹ No acervo material analisado nesta pesquisa, as datas de 1999 e 2007 referem-se: ao primeiro subprojeto realizado na Cidade de Goiás, pela Escola Flores de Alfenim (1999) e o *Lançamento do Centro de Referência Histórico da Escola em Goiás* (2007).

tinha o intuito de reforçar sua identidade com a atuação dos alunos como sujeitos na construção histórico-cultural de sua comunidade. Dessa forma, com tal orientação, o projeto não expandiu o estudo para outras cidades a fim de que não se estendesse para além do espaço delimitado.

Por sua vez, a importância da pesquisa relaciona-se com a análise prática de uma política efetiva como o *Programa Viva e Reviva* e suas perspectivas de análise no sentido da valorização da diversidade e da cidadania cultural. O *Programa* procurou envolver as comunidades por meio das escolas e permitiu uma série de desdobramentos nas ações educativas e de engajamento da população envolvida em sua feitura. Por outro lado, não há estudos sobre o *Programa Viva e Reviva*. A pesquisa, portanto, é inédita e pode contribuir para que políticas efetivas de Estado, e não apenas de governo, sejam reativadas e aperfeiçoadas de maneira contínua.

Além disso, para a realização da pesquisa o *corpus* documental está acessível e pode ser complementado pelas entrevistas com a equipe envolvida no *Programa Viva e Reviva*. Ainda subsiste o site do *Programa* na internet que mantém o material com a proposta. São *folders*, fotografias e vídeos, textos com objetivos dos projetos de intervenção, dentre outros. Há, também, o material das escolas envolvidas no *Projeto Viva e Reviva Goiás* que tem parte do seu acervo disponível no site da SEDUC/GO e em documentos, *folders*, partes do pré-projeto, convites a autoridades os quais se encontram salvaguardados no Colégio Lyceu de Goyaz² na Cidade de Goiás. A documentação encontrada é composta por algumas folhas soltas, com ou sem numeração, além de *folders*, de livretos³ e do registro de todas as atividades num Relatório. Trata-se de um acervo documental muito significativo. Embora tenha havido registro dos subprojetos em vídeos, não foi encontrada nenhuma fita acerca da execução dos subprojetos na Cidade de Goiás dentro do acervo no site da SEDUC/GO. De material físico, tivemos acesso apenas a uma fita de vídeo em formato Mini-DV do *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia*. Por outro lado, há também materiais jornalísticos em sites.

Além disso, a escolha do *Programa Viva e Reviva Goiás* e sua execução na cidade de Goiás como objeto desta pesquisa tem ligação com meu⁴ percurso profissional como historiadora, professora e documentarista. No período compreendido entre 2005 e 2010, integrei a equipe do *Programa Viva e Reviva* atuando como diretora de vídeo documentário, ministrando as oficinas de vídeo para alunos e professores e filmando as ações dos subprojetos

² O Colégio Lyceu de Goyaz foi criado em 1846 e é um dos mais antigos da Cidade de Goiás.

³ As ações executadas pelas escolas da cidade eram registradas em vídeo e também em formato de livreto para a apresentação final dos subprojetos para a comunidade local.

⁴ Em algumas partes do Relatório é usada a primeira pessoa no singular para relatar o percurso acadêmico e profissional da autora desta pesquisa.

propostos pelas escolas. Os vídeos produzidos eram exibidos no dia da apresentação dos trabalhos para a comunidade e as autoridades locais.

Nesta perspectiva, o estudo visa identificar os princípios, os objetivos na execução do *Projeto Viva e Reviva* na cidade de Goiás. O recurso do audiovisual era um dos elementos que fazia parte da proposta do *Viva e Reviva* para fins de registro documental das ações das escolas junto à comunidade e foi amplamente usado para a apresentação final dos projetos, normalmente na praça da cidade. Como bem lembra a professora Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens⁵, “o evento era a apresentação em praça pública com a apresentação das escolas num palco, o vídeo e o material impresso” (Rosaura, entrevista concedida em 09/02/2021).

A partir dessa experiência e das recentes discussões acerca de educação patrimonial e por ser uma mídia presente nos subprojetos do *Viva e Reviva*, o produto final proposto é um vídeo documentário que foi elaborado a partir dos dados obtidos com a análise do acervo documental utilizado na pesquisa e nas entrevistas com integrantes da equipe do *Programa*. As cenas de registro audiovisual que serão usadas para o vídeo são dos subprojetos executados pelas escolas da cidade de Hidrolândia, no final de 2005, em que atuei como diretora dos documentários. Essas imagens estão numa das poucas fitas que registraram as ações do *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia* na qual conseguimos assistir à participação da comunidade local e escolar.

Assim, a proposta principal desta pesquisa é analisar a execução do *Projeto Viva e Reviva Goiás* na Cidade de Goiás, realizado nos anos de 1999 a 2007, tendo como referência o *Programa Viva e Reviva* da Superintendência de Educação a Distância (SUED/SEDUC/GO), finalizado em 2010. Além disso, em relação aos objetivos propostos, destacam-se: realizar o levantamento de material relacionado ao *Programa Viva e Reviva* da SUED/SEDUC/GO, para compreender seus objetivos gerais e protocolos de operacionalização; identificar a concepção de Educação Patrimonial ligada ao *Programa Viva e Reviva* para discutir as bases que nortearam as ações educativas no levantamento do patrimônio material e imaterial da Cidade de Goiás; considerar o impacto do *Projeto Viva e Reviva Goiás* sobre as construções identitárias regionais e suas repercussões em processos de patrimonialização e exclusão da Cidade de Goiás; criar um vídeo documentário tendo como foco o *Projeto Viva e Reviva Goiás* e sua execução na Cidade de Goiás e alguns elementos do *Programa Viva e Reviva*.

⁵ Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens é graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Minas Gerais com Especialização e Mestrado na área de museologia e patrimônio cultural. Foi membro da Equipe Técnica do *Programa Viva e Reviva*. Atualmente é Professora no Colégio Estadual Waldemar Mundim em Goiânia, Goiás.

Na pesquisa, a linguagem audiovisual foi colocada como ponte entre o documento e a memória na construção identitária tendo como interlocutores a escola e a comunidade. Para Bill Nichols, o documentário “consegue abarcar razão e narrativa, evocação e poesia, mas faz isso com o objetivo de inspirar confiança ou instilar convicção no mérito de um determinado ponto de vista sobre uma questão controversa” (NICHOLS, 2012, p. 80).

Logo, os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa estão ligados às noções de Educação Patrimonial e à concepção de memória e identidade a ela associadas, visto que tanto a memória quanto o esquecimento possuem dimensões políticas e práticas. Assim, em relação à importância dos grupos na construção da sua própria identidade, é preciso considerar que: “defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo” (GONÇALVES, 2015, p. 23).

Tal perspectiva considera a ideia de conceber as comunidades não apenas como “objeto” ou “população alvo” das ações de educação patrimonial, mas como verdadeiros agentes desse processo (FLORÊNCIO, 2012, p. 22). Conferir protagonismo às comunidades nas quais as ações educativas aconteceriam abriu espaço para o rompimento da perspectiva apenas de levantamento e preservação de objetos como “*coisas em si*”, elementos a serem reificados sem nenhum significado. Assim, a proposta é estimular projetos dinâmicos que poderiam tornar o patrimônio vivo, meio inspirador de uma perspectiva mais agregadora nas comunidades e suas estratégias de preservação.

No final da década de 1990, foi criado, no Estado de Goiás, o *Programa de Educação Patrimonial Viva e Reviva* que também tentava diminuir a distância entre o cotidiano dos alunos e o passado histórico da sua comunidade local, a Cidade de Goiás, que na época concorria ao título de Patrimônio da Humanidade.

Nesse sentido, é importante compreender o tratamento que é dado ao patrimônio cultural e o lugar que é atribuído a ele nas políticas públicas de preservação. O caráter desigual do patrimônio cultural no Brasil também pode ser pensado a partir das reflexões sobre a existência de uma hierarquia entre os valores culturais eruditos e científicos considerados superiores em relação à cultura popular. Nesse sentido, é da esfera pública o papel de mediador da sociedade civil e como tal cabe a esse poder criar canais de diálogo em que haja escuta e observação (SCIFONI, 2015; CANCLINI, 1994; FLORÊNCIO, 2019).

Por ser um *estudo de caso* e estar limitado em si mesmo, torna-se mais difícil encontrar alunos e professores que participaram do projeto na Cidade de Goiás. Outro ponto de dificuldade foi encontrar o material audiovisual que foi filmado pela comunidade escolar e o

material físico de todos os pré-projetos. Apenas parte do acervo dos subprojetos da Cidade de Goiás está acondicionada numa escola da Cidade. Todos os subprojetos estão documentados no *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás, Julho/2002*. Outro fator de impedimento para realizar uma pesquisa *in loco* foi o estado de pandemia do novo coronavírus (COVID-19)⁶, o qual, pelo decreto de lockdown, tornou impossível estabelecer contato direto com as pessoas.

As problematizações centrais da pesquisa referem-se ao *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Quais os princípios e os objetivos deste *Projeto*? Como foi a sua execução pelas escolas da Cidade de Goiás? Qual a concepção de Educação Patrimonial presente no *Projeto Viva e Reviva Goiás*? Qual o impacto do *Projeto Viva e Reviva Goiás* sobre as construções identitárias regionais e suas repercussões em processos de patrimonialização na Cidade de Goiás?

O caminho metodológico que orientou as construções das reflexões a partir da pesquisa e da análise dos documentos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* teve como base referencial teórica textos e pesquisas bibliográficas de autores sobre patrimônio cultural e Educação Patrimonial. Os documentos que compõem o acervo em estudo foram analisados a partir do levantamento dos princípios norteadores do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e de sua execução a partir dos Subprojetos propostos pelas escolas da Cidade de Goiás. De acordo com o método adotado e do referencial teórico, pretende-se encontrar algumas respostas para as problemáticas levantadas pelo estudo a partir dos dados pesquisados. Foi utilizado um planejamento flexível, envolvendo pesquisa bibliográfica e análise de exemplos a partir dos documentos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* com a finalidade de atingir os objetivos propostos. Além disso, houve coleta de dados e informações para fins de análise com vistas a construir um conhecimento mais específico sobre o tema.

A pesquisa está dividida em dois momentos. O primeiro refere-se ao estudo do acervo e às entrevistas. Assim, foi feita a análise da documentação previamente levantada: *folders*; questionários; documentos oficiais, como convite de lançamento do *Projeto Viva e Reviva Goiás* para autoridades; partes do projeto original do Programa e do material no site da SEDUC/GO que trata dos subprojetos. A complexidade e a subjetividade dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, documental e a observação participativa foram tratadas qualitativamente, facilitando a compreensão e a seleção das informações pertinentes.

⁶ O novo agente do coronavírus (nCoV-2019), família de vírus que causam infecções respiratórias letais, foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Em pouco tempo, a pandemia da COVID-19 afetou o mundo todo. Dessa forma, os governos adotaram medidas de distanciamento social e lockdown a fim de prevenir e impedir a propagação do vírus e o aumento de mortes.

Além disso, ainda como metodologia, recorreremos à história oral. No entanto, há poucos personagens que deram vida ao Programa disponíveis para dar entrevistas, alguns por terem mudado da cidade, outros por já terem falecido, como a própria mentora do projeto, a professora Lydia Poleck⁷, falecida no ano de 2015, e Edna Taveira⁸, coordenadora do *Programa Viva e Reviva*, falecida em 2018. Nesta perspectiva, foram realizadas entrevistas com duas professoras que integravam a equipe que compunha o *Programa Viva e Reviva*: Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges⁹. Em função do ambiente produzido pela pandemia causada pelo novo coronavírus e pelas medidas restritivas, as entrevistas foram realizadas em ambiente virtual via plataforma Google Meet. Embora algumas perguntas iniciais sobre o tema abordado tenham sido passadas antecipadamente, as entrevistadas tiveram liberdade para exporem suas memórias acerca da experiência com o *Programa Viva e Reviva* sem ficar presas ao roteiro de perguntas.

O segundo momento da pesquisa relaciona-se às ações visando à elaboração do produto educacional por meio de entrevistas com participantes do *Programa Viva e Reviva*, da análise da documentação levantada e dos subprojetos desenvolvidos nas escolas. O embasamento bibliográfico e teórico do vídeo documentário e também do Relatório é composto pelos principais autores da área do patrimônio cultural e de Educação Patrimonial. Para isso, a pesquisa foi baseada em estudos de autores como: José Reginaldo Santos Gonçalves (2015); Sônia Rampim Florêncio (2014); Átila Bezerra Tolentino (2016); Simone Scifoni (2015); Néstor García Canclini (1994); Pierre Nora (1993); Márcia Chuva (2015) entre outros. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, virtual e pesquisa de campo.

Partindo desses pressupostos, estruturamos o Relatório em quatro partes. A primeira intitulada *O Projeto Viva e Reviva Goiás: Aspectos Teóricos e Metodológicos* tem como objetivo apresentar o *Projeto* desde a sua concepção até seu encerramento em 2010. Nessa perspectiva, analisa o seu lançamento relacionando-o com o momento em que a cidade de Goiás vivenciava o processo de tombamento¹⁰ pela UNESCO (*Organização das Nações Unidas para*

⁷ Lydia Poleck, natural do Paraná, foi professora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Paraná, Mestre em Linguística pela Universidade de Bordeaux e pela Universidade Paris IV na França. Foi docente da Universidade Federal de Goiás (UFG) e na década de 1990 exerceu o cargo de chefe do Departamento de Letras. Na Secretaria de Estado da Educação de Goiás, foi Superintendente de Educação a Distância e Continuada de 1999 a 2006, sendo responsável pela formação a distância de centenas de professores e mentora do *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

⁸ A docente e Mestre em Ciências Sociais, Edna Luisa de Melo Taveira, foi diretora do Museu Antropológico entre 1983 e 1993 e entre 1995 e 1997. A convite da professora Lydia Poleck, foi uma das orientadoras do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e, mais tarde, Coordenadora do *Programa Viva e Reviva*.

⁹ Ivone Maria da Fonseca Borges, docente com graduação em História, membro da Equipe Técnica do *Programa Viva e Reviva*. Atualmente é professora aposentada.

¹⁰ É o mais antigo instrumento legal de reconhecimento e proteção do patrimônio em utilização pelo Iphan.

a Educação, Ciência e Cultura) como Patrimônio da Humanidade. Do mesmo modo, propõe-se compreender a operacionalidade do projeto junto às escolas e o foco dos subprojetos cujos temas estavam voltados para o patrimônio cultural, somados a uma discussão com os principais autores acerca da Educação Patrimonial sem perder de vista o objeto de estudo. Além de tratar da relevância do bem cultural para a comunidade onde o bem está inserido, utilizamos como arcabouço teórico e conceitual, norteadores da pesquisa, os conceitos de memória, identidade e patrimônio cultural. Por fim, o foco centra-se na apresentação das metodologias utilizadas com a descrição das etapas de campo realizadas e a análise do acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

Na segunda parte do Relatório, *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás*¹¹, são apresentados os resultados alcançados com a análise da documentação que integra o acervo do projeto, incluindo ofícios, *folder*, Relatório e os trabalhos das escolas, a equipe e a parte operacional do Projeto, parcerias e alguns depoimentos. A análise da documentação do *Programa Viva e Reviva* é importante para se pensar qual a perspectiva de educação utilizada e, a partir dela, quais noções educativas devem pautar as ações de educação patrimonial. Todo o esforço destina-se a identificar ações que levem a uma proposta de Educação Patrimonial mediadora de uma construção coletiva de conhecimento que identifique uma comunidade como produtora e reconheça a importância dos saberes locais.

A terceira parte, *Vídeo documentário: Viva e Reviva Memórias*, trata-se da proposta do produto em forma de vídeo documentário com 10 minutos de duração e cujo foco principal é a experiência do Projeto executado na Cidade de Goiás. O ponto norteador do documentário é a apresentação do *Programa de Viva e Reviva*, a valorização dessa ação de Educação Patrimonial no Estado de Goiás e o uso do vídeo documentário como um instrumento de registro e de preservação da memória. Todo o documentário foi feito sob o ponto de vista da diretora e documentarista a partir da análise de documentos como ofícios, folhas manuscritas, fotos contidas no *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás julho/2002*, depoimentos de pessoas que participaram diretamente do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e também algumas cenas de uma fita Mini-DV¹² do *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia* executado em 2005.

Instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob salvaguarda do Instituto.

¹¹ Título do Projeto adotado pela equipe do *Viva e Reviva Goiás* e executado na Cidade de Goiás do ano de 2000.

¹² A fita Mini-DV com cenas do *Projeto Viva e Reviva Hidrolândia* foi o único vídeo documentário a que tive acesso por fazer parte do meu acervo particular, pois ela foi copiada para DVD pela equipe de edição da SUED/SEDUC/GO.

Por fim, a parte intitulada ***Proposta de Aplicação do Vídeo documentário: Viva e Reviva Memórias*** tem como objetivo disponibilizar o manual com instruções básicas para uso do Documentário “*Vídeo documentário: Viva e Reviva Memórias*” e uma proposta de aplicação na comunidade tendo como foco o convite e o estímulo para que o público a quem o produto é destinado seja protagonista da sua própria história. Do mesmo modo, procura-se indicar como será a devolutiva para a comunidade participante da pesquisa.

1. O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS: ASPECTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 Apresentação e histórico

O *Programa Viva e Reviva* foi criado a partir das diretrizes propostas pela professora Lydia Poleck e teve seu primeiro projeto-piloto desenvolvido pelas escolas da Cidade de Goiás, em 1999, com o nome de *Projeto Viva e Reviva Goiás*. O projeto contemplava o patrimônio material e imaterial da comunidade vilaboense e foi desenvolvido pela equipe de patrimônio da Superintendência do Ensino a Distância em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, a Subsecretaria Regional de Educação e as escolas estaduais e municipais e a comunidade local.

O *Projeto Viva e Reviva Goiás* tornou-se um núcleo ligado à Superintendência de Ensino a Distância, comandada pela professora Lydia Poleck. Inicialmente foi coordenado na Cidade de Goiás pela professora Jane Alencastro Curado¹³ junto à Subsecretaria Regional da Cidade de Goiás, professores e demais representantes dos órgãos envolvidos na construção do *Dossiê de Goiás* para a cidade receber o título de Patrimônio da Humanidade. Em 1999, foi feito um primeiro esboço, em seguida executado como projeto-piloto e desenvolvido pelas escolas da Cidade de Goiás, em 2000, já com o nome de *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

Nilda Lopes de Oliveira Lisita (2008) destaca os relatos da professora Sr^a. Seila Maria Vieira de Araújo (Entrevista concedida em 20/12/2006), em que ela conta como surgiu o *Projeto*. Segundo a professora, a comunidade da Cidade de Goiás, de certa forma, já estava se preparando para receber o título de Patrimônio da Humanidade. No entanto, ela e a professora Jane Alencastro Curado perceberam a ausência de uma ação que envolvesse as escolas possibilitando o diálogo com o espírito daquele momento histórico. E do mesmo modo, uma ação que inspirasse não só os alunos, mas também toda uma comunidade a partir de um aprendizado tanto na identificação como no reconhecimento e na valorização do seu patrimônio cultural. Foi nesse momento que a Seila e outra docente de nome Tita conversaram sobre a ideia

¹³ Jane Alencastro Curado, formada em Letras, era Coordenadora do departamento pedagógico da Subsecretaria Regional de Educação da Cidade de Goiás e foi Coordenadora do *Projeto Viva e Reviva Goiás* desde a sua elaboração em 1999 até 2002.

com a professora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira¹⁴ que relatou uma experiência¹⁵ que havia vivenciado quando esteve em Palermo, na Itália. Sobre o início do *Projeto*, a professora relata:

Então, em cima disso é que a professora Raquel colocou que a gente deveria fazer alguma coisa que mobilizasse a comunidade local e a dos municípios vizinhos, no sentido de prepará-los pra receber o título de “Patrimônio da Humanidade”. Aí ela marcou uma reunião [...] dentro da Casa de Cora Coralina [...] com a presença também da professora Lydia, onde surgiu a ideia de Tita e eu esboçarmos um projeto. [...] Com o anteprojeto feito, o próximo passo era saber como fazer para a escola aderir ao projeto. A gente queria atingir todas as escolas e toda a comunidade circunvizinha buscando enfatizar o aspecto histórico, cultural e natural da proximidade de cada escola. [...]. Os subprojetos deveriam abordar tudo aquilo que queríamos enfatizar no patrimônio histórico: memória individual e coletiva, valorização e preservação como fatores importantes na construção da identidade e da cidadania, como também, a recuperação da história. Em cima disso, classificamos o que é patrimônio material ou imaterial para que cada escola tivesse liberdade para escolher o que queria trabalhar em seu subprojeto. E assim surgiu o Projeto “Vivo e Revivo Goiás” tendo cada escola o seu subprojeto (Seila Maria Vieira de Araújo, entrevista em 20/12/2006 apud LISITA, 2008, p. 161).

As professoras Jane Alencastro Curado e Seila Maria Vieira, de Araújo, funcionárias da Secretaria de Educação do Estado e envolvidas com o *Projeto Viva e Reviva Goiás* desde sua elaboração em 1999 até 2002, sensíveis com a questão patrimonial, foram as responsáveis por promover cursos nesta área aos professores da cidade. Após essa data, a professora Edna Taveira, a convite da professora Lydia Poleck, inicialmente orientadora do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, assumiu a Coordenação do *Programa Viva e Reviva*.

Além da coordenação, a equipe era composta pela antropóloga Edna Luisa Taveira e por três professoras de História: Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens, Corina Gonçalves da Silva e Ivone Maria da Fonseca Borges. Entrei¹⁶ no programa no final da execução do projeto da cidade de Pires do Rio, em 2005, sendo o quinto membro do grupo como historiadora e

¹⁴ Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, graduada em Letras, mestra em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Filosofia pela Universidade da Califórnia. foi Secretária de Educação do Estado de Goiás de 1999 a 2001. Foi eleita Deputada Federal por Goiás em 2002 e reeleita em 2006.

¹⁵ Seila Maria Vieira conta que a professora Raquel relatou a experiência na cidade de Palermo, que estava dominada pelas drogas. Uma escola da periferia da cidade realizou um projeto que envolvia toda a comunidade local e escolar. O projeto fez com que a escola tivesse o melhor desempenho nas avaliações tanto internas quanto externas realizadas mesmo com o mínimo de condições materiais.

¹⁶ Da fase inicial dos projetos até sua execução levaria um ano. Durante esse tempo, fiquei como observadora e auxiliar quando o trabalho assim exigia. A sala pequena que acomodava a Superintendência de Ensino a Distância ficava na Avenida Anhanguera, nº 7.171, Setor Oeste, e estava sempre cheia de papéis, textos, cartazes, folders, folhetos e cartilhas dos projetos realizados. Aos poucos, fui compreendendo o processo, até porque eles continham algumas exigências técnicas e de protocolo sob a ótica patrimonial.

cineasta.

Em 1999, a Secretária de Educação, professora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, após assumir a SEDUC/GO, iniciou a implantação e a implementação do projeto de Educação Patrimonial como proposta de integração entre a comunidade, seu patrimônio e sua memória que viria a se chamar *Projeto Viva e Reviva Goiás*. A proposta agregou algumas ações do Iphan voltadas para a preservação e a valorização do patrimônio cultural de Goiás que já eram trabalhadas em conjunto com algumas escolas e a Subsecretaria Regional de Educação (SRE/GO) da Cidade de Goiás. A professora Lydia Poleck e a professora Edna Taveira se reuniram com a equipe da SRE/GO para juntos desenvolverem o projeto-piloto *Viva e Reviva Goiás* tendo como eixo norteador o patrimônio cultural da Cidade de Goiás.

O projeto contemplava o Patrimônio Material e Imaterial da comunidade vilaboense e foi desenvolvido pela equipe de patrimônio da Superintendência do Ensino a Distância em conjunto com o Iphan, a Subsecretaria Regional de Educação e as escolas estaduais e municipais da Cidade de Goiás e com a comunidade local, como consta no site do *Viva e Reviva Goiás* com o título “A Educação patrimonial na Cidade de Goiás”:

A necessidade de se trabalhar com temas voltados para a conservação e preservação culturais sempre estiveram presentes nos planos de trabalho da Subsecretaria Regional de Educação de Goiás ora implantando, ora em parceria com outros órgãos, buscando interagir o estudo do passado e do presente. Imbuídos desse compromisso com a formação integral de crianças e adolescentes e atendendo à sugestão da Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, Profa. Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás concentrou todos os seus esforços na implantação e implementação do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, na expectativa de que este constitua um marco de revitalização do patrimônio que a história guardou e que permanece pulsando nos morros verdejantes que circundam Vila Boa, na poesia dos becos e casarios, na memória de sua gente. (APVRG – RELATÓRIO DA SEE, 2000, p. 25).

O projeto levava cerca de um a dois anos desde a escrita pelas equipes das escolas envolvidas até a realização final dos subprojetos já devidamente submetidos à avaliação da equipe do *Viva e Reviva* da SUED/ SEE. Havia um momento em que, após oficinas e palestras, a equipe indicava como foco o patrimônio cultural e as escolas tinham a autonomia para escolher o tema a abordar. Então, esperava-se o retorno dos subprojetos com os temas os quais seriam trabalhados pelas escolas em parceria com a Subsecretaria e os demais órgãos envolvidos, além da comunidade. Uma vez que o projeto estava aprovado, após as devidas correções, esse se tornava o projeto final, o qual continha as diretrizes que deveriam ser seguidas por todas as escolas que haviam aderido ao *Programa*.

Feito isso, a equipe escolar se reunia e escrevia os subprojetos com escolha dos temas em parceria com alunos, professores, coordenadores e direção para o desenvolvimento dos mesmos¹⁷. Na Cidade de Goiás, em cada escola que aderiu à proposta, a coordenação, os alunos e os professores escolhiam o tema como proposta de um subprojeto que posteriormente seria avaliado e respaldado pelos coordenadores do *Programa* para vir a ser executado de acordo com as etapas estabelecidas. A liberdade de escolha do patrimônio cultural a ser trabalhado na escola era uma das características do *Programa Viva e Reviva*.

Após a experiência do *Viva e Reviva Goiás* com todos os subprojetos das escolas reunidos no Relatório de Atividades do *Projeto Viva e Reviva* executadas na Cidade de Goiás, em 2002, o *Programa Viva e Reviva* foi estruturado como uma ação para as demais cidades do Estado, preservando as características principais do projeto original. A estrutura do Programa pode ser compreendida no quadro a seguir:

Quadro 1: A estrutura do *Programa Viva e Reviva*

Implantação	Programa Viva e Reviva	Projeto Viva e Reviva	Subprojetos Viva e Reviva
Descrição	Executado no Estado de Goiás por algumas cidades e comunidades quilombolas.	Executado pelas cidades que aderiram ao Programa.	Subprojetos executados pelas escolas das cidades que aderiram ao Programa.
Área de atuação	Estado	Cidade	Escolas da cidade
Equipe responsável	Equipe da Superintendência de Ensino a Distância e do Núcleo de Tecnologia de Educação (NTE) regional.	Subsecretaria de Educação da Cidade, diretores, coordenadores e professores.	Professores e alunos das escolas públicas e privadas da cidade junto com a comunidade.
Eixo norteador	Patrimônio cultural	Patrimônio cultural	Patrimônio cultural com temas escolhidos pelas escolas.
Escolha dos temas	Os temas eram de livre escolha pela comunidade escolar.	Os temas eram de livre escolha pela comunidade escolar.	Os temas eram de livre escolha pela comunidade escolar.

Fonte: APVRG – Relatório de 2002 e entrevistas com as professoras Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges.

No quadro acima, observamos a estrutura do *Viva e Reviva* a partir do *Programa* que tinha um campo de ação mais amplo envolvendo algumas cidades do Estado de Goiás e depois, em nível municipal, destacam-se os projetos da cidade e os subprojetos das escolas locais. A

¹⁷ Essas informações fazem parte da minha experiência atuando no *Programa Viva e Reviva*.

adesão voluntária das escolas era uma das características do *Programa Viva e Reviva*. Em princípio, as subsecretarias pediam uma visita da Equipe do Programa na sua cidade. Nesse momento, era feita uma reunião com diretores e coordenadores em que se explicava o que era o *Programa* e seu funcionamento. Nessa visita, a equipe levava material das experiências já executadas, por exemplo, textos sobre o tema e livretos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. A partir desse primeiro contato, as escolas públicas e privadas da localidade eram convidadas a aderir ao *Programa*. Após a adesão, as instituições de ensino escolhiam os temas que envolvessem o patrimônio material e imaterial, tais como edificações, tradições, festas religiosas, músicas e poemas e outros que faziam parte da sua comunidade local. Em seguida, enviavam as propostas para a equipe realizar as adequações técnicas necessárias sem interferir na escolha das ações que seriam trabalhadas com os alunos e com a comunidade. Em geral, todas as escolas aderiram por perceberem o ganho no aprendizado e no envolvimento dos alunos com o patrimônio cultural da sua cidade.

Nesse contexto, para compreendermos o papel do *Projeto de Educação Patrimonial Viva e Reviva Goiás* como protagonista dentro de uma política pública do governo do Estado de Goiás, é preciso considerar que foi necessária a proposta da SEDUC/GO coadunar com outras ações que iriam compor o *Dossiê* enviado à UNESCO para fins de receber o título de Patrimônio da Humanidade.

Em 1999, pelas discussões sobre a possibilidade de a Cidade de Goiás ser agraciada com o título de Patrimônio da Humanidade, os idealizadores do *Programa Viva e Reviva* perceberam a oportunidade de implantar um projeto de Educação Patrimonial na cidade, em parcerias com órgãos locais e com o Iphan-GO que já vinha implantando projetos numa das escolas locais¹⁸.

Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens, apesar de nessa época não fazer parte da equipe que implantou o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, relembra falas da professora Lydia Poleck comentando que o projeto-piloto, como o chamamos atualmente, foi inicialmente uma experiência. Embora a Cidade de Goiás já tivesse uma parceria em projetos com o Iphan junto às escolas, o *Viva e Reviva* surgiu ligado à questão do título de Patrimônio da Humanidade para a Cidade de Goiás. Nesse sentido, o projeto veio para somar.

Por isso eu separo o ano de 2000 como projeto-piloto. A experiência na Cidade de Goiás foi muito válida e levou a SUED e a Secretaria de Educação a pensarem numa proposta para ser levada para outras cidades. Depois, o projeto continuou ativo como modelo, na Cidade de Goiás e a gente foi ajustando na medida em que ele foi sendo levado para outras cidades, pois cada local tem uma realidade, um patrimônio cultural e seus profissionais. Então, por isso eu

¹⁸ Lyceu de Goyaz com o Projeto "Lyceu de Goyaz - Conte essa história" em 1998.

separo: primeiro surgiu como projeto-piloto, como eu o denomino, em seguida, ele passou a ser um projeto e depois a gente conseguiu que se tornasse um Programa. Se ele não fosse um Programa não teríamos recursos para estar trabalhando com as cidades, pagando as apresentações, o material de gráfica que são os livretos que eram produzidos, os vídeos, as fotografias (Rosaura, entrevista concedida em 09/02/2021).

Foi, então, instituída uma Comissão com representantes de todos os segmentos e órgãos envolvidos, também, com a organização da documentação para a Cidade de Goiás receber o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Em seguida, iniciaram-se as reuniões com as escolas para explicar as diretrizes do projeto. Uma vez que a instituição de ensino demonstrava interesse em participar, os professores passavam a escrever, em conjunto com os alunos, os subprojetos propondo um tema relacionado ao patrimônio cultural da Cidade de Goiás, fosse ele material ou imaterial. A escolha era livre.

O patrimônio cultural era o foco do *Programa Viva e Reviva*. No caso do *Projeto* executado na Cidade de Goiás, as propostas apresentadas pelas escolas, em sua maioria, eram direcionadas aos bens imateriais com ênfase para as memórias não contadas e ainda não registradas. No momento de implantação do *Projeto*, o conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade já tinha sido tombado. Neste contexto, era necessário incluir tal patrimônio na documentação exigida pela UNESCO e a parte da memória sobre a cidade. E foi com esse sentimento de ressignificar o passado da antiga Vila Boa que os sujeitos históricos se encontraram e reencontraram numa roda de prosa e poesia que marcou a identidade de uma pequena cidade às margens do Rio Vermelho.

Escolas públicas e privadas, professores, diretores, coordenadores, agentes públicos locais, prefeitura e equipes da SEDUC/GO e da SUED/GO foram imprescindíveis para o sucesso do *Projeto* que viria a ser modelo para outras cidades goianas. Nota-se que, com essa ação, as cantigas de roda, os personagens anônimos e as histórias esquecidas ganharam espaço no imenso livro de memórias da cidade. Junto a isso, também, além do centro histórico, projetou-se um olhar mais cuidadoso sobre o meio ambiente e os demais bairros da cidade (APVRG - RELATÓRIO de 2002, p. 19-26).

No ano de 1999, durante o processo para se obter o título de Patrimônio Mundial, a Cidade de Goiás, “situada no centro-oeste brasileiro, entregou à UNESCO o *Dossiê* para inscrição da cidade na lista dos Patrimônios Mundiais.”. As festas tradicionais e religiosas como, por exemplo, a Festa do Fogaréu, também foram incorporadas como “referências culturais” no *Dossiê* (TAMASO, 2015, p. 162-163).

Em relação ao *Dossiê de Goiás*, Andréa Ferreira Delgado (2005) nos chama atenção para alguns pontos que configuram tanto o campo do patrimônio quanto o da memória. A análise centra-se, em especial, no Anexo IV, com os resultados da pesquisa "*Cadastro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*", executada na Cidade de Goiás, entre junho e agosto de 1999, quando foram realizadas noventa entrevistas. Para a autora, as pessoas entrevistadas eram moradoras do centro histórico, excluindo, de certa forma, os sujeitos sociais dos demais bairros já que não consta nenhum relato sobre os critérios de seleção dos moradores que foram entrevistados. O outro ponto abordado pela autora trata-se do fato de algumas áreas urbanas sequer terem sido objetos de problematização no Plano Diretor e no *Dossiê de Goiás*. A exclusão dos mesmos nas discussões elementares foi notada como uma questão de invisibilidade destes bairros juntamente com sua população. Sobre a Cidade de Goiás, a pesquisadora afirma que “somente passou a ter visibilidade como bem cultural e lugar histórico quando foi inscrita na rede discursiva do patrimônio, à medida que o tecido da linguagem lhe foi atribuindo determinados conteúdos para torná-la símbolo da memória coletiva” (DELGADO, 2005, p. 129).

A Cidade de Goiás, escolhida para acolher o projeto-piloto do *Viva e Reviva Goiás*, foi fundada no século XVIII às margens do Rio Vermelho. No *Dossiê*, é descrita como:

O antigo Arraial de Santana, atualmente cidade de Goiás, foi implantado, em 1727, na intersecção da Serra Dourada e Serra do Faina; área marcada pela transição geológica, mais acidentada do que os chapadões e campos gerais do Brasil⁷⁰. A Serra do Faina se constitui em um cinturão verde reconhecido pelo seu potencial aurífero. Encontra-se a 15°56'41" de latitude S e 50°58'25" de longitude W. (*Dossiê*, Anexo II / B, 1999 *apud* TAMASO, 2008, p. 42).

Além das descrições geográficas da Cidade de Goiás, o texto acrescenta também a relação do vilaboense com a paisagem natural entrecortada por rios, morros e matas, os quais trazem à cidade uma atmosfera única com pedras e lajes, adornando suas ruas e becos como “um *topos* literário, que inspira poetas, músicos e seresteiros” (TAMASO, 2007, p. 46).

Em Goiás, no início de 1950, o Iphan começou o processo de tombamento de alguns dos principais monumentos e seções do Centro Histórico da Cidade de Goiás, como suas principais igrejas e o quartel. Em 1951, tombou a antiga Casa da Câmara, do palácio, da rua vizinha à Fundação e o Chafariz de Cauda e em 1978, com o surgimento de novos bairros, o Instituto tombou todo o centro histórico (IPHAN, 2019). A Cidade de Goiás conseguiu manter a arquitetura colonial de suas casas, ruas e igrejas. Entre as construções, destacam-se os edifícios que atualmente são sedes dos seguintes museus: o *Museu das Bandeiras*, prédio do

século XVIII onde funcionaram a antiga Casa da Câmara e a cadeia e que hoje guarda a história da intervenção bandeirante na região; o *Museu de Arte Sacra da Boa Morte*, sediado no prédio da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, que reúne mais de 900 peças de arte sacra – dentre essas, destacamos o artista Veiga Valle, considerado o “Aleijadinho do Cerrado” –; o *Palácio Conde dos Arcos*, antiga residência do governador; o *Museu casa de Cora Coralina*, residência em que viveu a poetisa Cora Coralina, transformada em museu após sua morte, em 1985. Na imagem abaixo temos uma visão do conjunto arquitetônico da Cidade de Goiás com seus casarios e ruas de pedras seculares.

Figura 1: Cidade de Goiás



Fonte: Acervo pessoal da autora

Em 1965, Elder Camargo de Passos¹⁹ fundou e presidiu a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), acreditando em um florescimento da cidade por meio do fomento de seu legado histórico, conforme explica:

Na década de sessenta nós criamos a OVAT, Organização Vilaboense de Artes e Tradições, que era um grupo de pessoas ligadas à cultura e à arte e começamos a planejar o que seria Goiás para o futuro. De que ela poderia viver? Nós partimos a pesquisar e ver que o passado de Goiás era um passado muito rico em tradições, em arte, em cultura, em história. Desde a fundação até 1937, a vida do Estado desenvolveu aqui dentro. Então, quer queira, quer

¹⁹ Elder Camargo de Passos, vice-presidente da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), vilaboense, advogado, pesquisador e historiador.

não queira, isto já é um posto fantástico. (OVAT, 2005, p. 7).

Dessa forma, essa mobilização inicial para “O reconhecimento de Goiás (antiga Vila Boa) como Patrimônio Cultural Mundial, pela UNESCO, em dezembro de 2001, fez jus à história, arquitetura e cultura do primeiro núcleo urbano fundado no território goiano, no início do século XVIII” (IPHAN, 2019).

A formação desse núcleo urbano remonta ao processo de colonização dos bandeirantes, em meados de 1727, quando foram encontrados veios de ouro na região que seria depois a Vila Boa de Goyaz, a qual pertenceu à capitania de São Paulo até o ano de 1749. A partir desta data, surgiu a capitania de Goiás com seus principais povoados e arraiais em decorrência da mineração ainda no século XVIII (NETO, 2018, p. 196).

Ainda em relação aos processos de colonização, observa-se um contexto de exclusão de diversos segmentos sociais. Atualmente, no campo das discussões historiográficas, o patrimônio tem sido abordado pela perspectiva decolonial, conforme aborda Tolentino (2018). Assim, podemos compreender a decolonização como parte da reconceitualização do Patrimônio Cultural de um grupo social tendo em vista a multiplicidade de temas e conceitos confluentes. Estes incluem os bens culturais visíveis e invisíveis, e as necessidades atuais da maioria a fim de estabelecer uma cumplicidade social entre os agentes inseridos no processo de ressignificar o próprio patrimônio cultural. Para Canclini (1994), todos os conceitos e as ideias que compõem as teorias sobre nação, povo, costumes e tradições são em sua maioria uma construção imaginária. Isso se deve à ação do tempo e da época que sempre está ressignificando um conjunto de saberes e fazeres acerca do que definimos como cultura nacional.

A esse respeito, Átila Tolentino pontua que mesmo depois de passado algum tempo ainda temos práticas educativas voltadas para o patrimônio cultural com viés colonialistas e eurocentradas priorizando, por exemplo, a arquitetura e a arte ligada aos colonizadores portugueses. Diante da ameaça que esse patrimônio estava sofrendo devido ao crescente processo de urbanização, o Estado, por meio do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Sphan, mais tarde nomeado como Instituto (Iphan), tomou para si a guarda do que considerava os valores culturais do Brasil. Assim, na concepção do autor, “o processo social e político de luta decolonial tem como projeto a transformação social e política, como também a transformação das estruturas do pensar, do atuar, do sonhar e do viver” (TOLENTINO, 2018, p. 52).

Ainda em relação a essa discussão, Márcia Chuva (2015) considera a noção de patrimônio cultural como uma categoria-chave para a orientação das políticas públicas de

preservação cultural. Do mesmo modo, afirma que esse entendimento é historicamente constituído e tem se transformado no tempo. Uma atitude decolonial é garantir o direito à memória de sujeitos silenciados no processo determinante nas escolhas do que deverá perpetuar como patrimônio cultural. Conclui-se que embora haja uma conquista de título ou reconhecimento de uma comunidade como patrimônio nacional ou mundial não é garantia de que minorias terão seu lugar de fala e de protagonismo nas guerras de narrativas entre esferas de poder. Nesse sentido, “é preciso enfrentar o debate sobre o lugar das políticas de patrimônio na construção da cidadania” (CHUVA, 2015, p. 19).

O ambiente escolar em geral desenvolve processos educativos “impermeáveis à realidade do contexto social em que se inserem” onde o cotidiano educacional e o cotidiano social se ignoram por completo. “Em muitas ocasiões, nem sequer existe um espaço para que os diferentes sujeitos possam expressar e refletir sobre a estruturação do seu dia-a-dia, de suas famílias e comunidades” (CANDAUI, 2000, p. 159).

Nesta perspectiva, no que diz respeito ao acervo patrimonial de Goiás, visando à valorização dos bens e valores culturais de Vila Boa, o *Programa Viva e Reviva*:

[...] surgiu como uma proposta de ressignificar a história goiana pelo olhar dos alunos e professores de nossas escolas. Essa proposta de fortalecimento da identidade cultural e da apropriação de um passado marcado por ações vigorosas no Brasil Central foi primeiramente levada às escolas da cidade de Goiás e encampada por diretores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e pais de alunos dessa cidade. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS – VIVA E REVIVA, 2019, p. 1).

Havia, no entanto, um diferencial em relação aos outros projetos com vistas à Educação Patrimonial e valorização da identidade cultural dentro do Estado de Goiás. Primeiro porque tinha como meta convencer o maior número de escolas dentro de cada cidade a aderir ao projeto. Segundo, a Secretaria de Educação não tinha a pretensão de “ensinar” sobre o que é o patrimônio cultural da cidade utilizando cartilhas explicativas já prontas e definidas pela equipe do *Programa*. Pelo contrário, o *Programa Viva e Reviva* tinha como premissa estimular a pesquisa feita pelos alunos e professores com a comunidade local. Isto é, a partir dos sujeitos da própria cidade, pretendia-se reconhecer o patrimônio cultural, material e imaterial do local que abriga tradições, saberes e fazeres passados de gerações para gerações.

Para Ivone Maria da Fonseca Borges, uma das particularidades do *Programa Viva e Reviva* era a valorização do saber das pessoas e da autoestima do aluno ao inseri-lo no seu espaço local, fazendo-o conhecer sua comunidade e assim, reconhecendo-se como partícipe na

construção da própria história.

Há uma frase que eu ouvi lá nessa época que eu acho linda: “o sentimento de pertencimento”. Você se sentir pertencente àquele lugar como, por exemplo, quando você passa numa praça. Você passa nela todo dia, para lá, para cá. Vai e volta todos os dias. Depois você vai pesquisar e escrever sobre esse lugar. Sua mãe fala, o vizinho conta que namorou naquele banco da praça. E todo mundo tem uma história sobre o que aconteceu ali. Então, essa praça me pertence, porque ela fez parte da minha vida. E a gente via que o Viva e Reviva desenvolvia, valorizava, quando a professora através dos subprojetos, levava o aluno para conhecer e pesquisar o espaço dele, a sua história, da cidade, da casa, da comunidade onde ele vivia (Ivone Maria da Fonseca Borges, entrevista em 14/04/2021).

Assim, para a professora Ivone, o *Programa Viva e Reviva* tinha como um dos objetivos propiciar o desenvolvimento de algumas habilidades com os alunos dentro da escola como interação, valorização e autoestima, a fim de que eles pudessem caminhar sozinhos. Isto é, a SUED proporcionava oficinas e acompanhamento técnico dos subprojetos para que alunos e professores pudessem ter autonomia na elaboração e execução de projetos futuros sem depender da equipe do *Programa*.

No entanto, havia desafios a serem vencidos. Propor a discussão sobre o conceito de patrimônio cultural com a comunidade vilaboense era instigante para a equipe do projeto, pois não se sabia ao certo o que os moradores daquela comunidade sabiam sobre os temas patrimônio cultural, memória, identidade e qual o seu lugar de sujeito histórico nesse tecido cultural de mais de 200 anos de história.

A primeira proposta era fazer um levantamento por meio da produção de questionários, inventários e documentação histórico-etnográfico local. E, ao mesmo tempo, debater, em conjunto com os professores, os temas que poderiam ser trabalhados com os alunos e a comunidade, tornando-os, também, protagonistas na construção da sua identidade cultural com registros a partir de entrevistas, desenhos, fotografias e vídeos como está descrito na justificativa do *Projeto Viva e Reviva Goiás*:

A proposta deste projeto não se restringe apenas em desenvolver um trabalho através da Escola, e sim, em extensão, à comunidade, fazendo acontecer a participação de todos os segmentos na construção e preservação do nosso Patrimônio Cultural. Sobretudo, nossa intenção precípua é possibilitar a essa comunidade as conquistas do papel de agente que se apropriará e obterá o direito de gozar dos benefícios que o Projeto carreará (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Dessa forma, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* possibilitou um trabalho envolvendo uma visão mais ampla sobre o passado e o presente inseridos no cenário de uma cidade histórica, contribuindo para que a comunidade vilaboense se reconhecesse na imaterialidade de seus saberes e fazeres. Assim, contribuiu também para que a comunidade se envolvesse mais no processo de reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade, processo este que os vilaboenses estavam vivendo, em um contexto em que a maioria da população não sabia como lidar com essa nova realidade e o real impacto desse título no cotidiano das pessoas.

Neste ponto, Néstor García Canclini (1999) ressalta a importância da participação dos sujeitos sociais como cidadãos ativos no planejamento e desenvolvimento turístico das suas cidades. Em sua concepção, o consumo turístico não está influenciado apenas pelo preço das suas mercadorias, mas também pela construção e invenção social da sua necessidade.

Nesta perspectiva de abordagem, a recuperação e conservação do patrimônio cultural devem pôr-se em relação com as necessidades sociais presentes, e com um processo democrático de seleção do que se conserva. Também deve estar ligada à participação social com o objectivo de evitar as desigualdades e a monumentalização e a “coisificação” de objectos, isto é, é muito importante pensar primeiro nas pessoas e logo nos bens culturais ou de forma associada. O participacionismo defende uma política do patrimônio cultural que tenha primeiro em conta o artesão e depois o artesanato. (CANCLINI, 1999b, p. 22.).

Essas transformações, no entanto, precisaram ter como pauta a discussão sobre o aproveitamento do patrimônio cultural da Cidade de Goiás pelo turismo buscando bons exemplos de ações turísticas que tinham como foco os bens culturais imateriais em diversas cidades brasileiras. Contudo, esta atividade demandava a participação da comunidade local e também trabalho, estratégias, formas e conteúdos que atingissem uma exploração racional e eficiente e, ao mesmo tempo, que valorizassem o potencial do patrimônio cultural, sem que o mesmo sofresse dilapidação.

Assim, a comunidade era compreendida como uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades que tenham patrimônio tombado pelo Iphan.

Ao executar o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, já se esperava que outras cidades pudessem aderir ao programa. Em julho de 2002, foi produzido o *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás*, contendo o histórico do projeto e todas as atividades realizadas durante os dois anos na cidade. O documento foi impresso em forma de livro e distribuído para várias prefeituras do estado e órgãos públicos com o intuito de divulgar o projeto e obter a

adesão dos demais municípios goianos. A partir desse momento foi criado o *Programa Viva e Reviva*.

Por iniciativa da Subsecretaria Regional de Educação de Goiás, em 2001, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* ganhou o *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 1994 – 2007*: “Pelo *Projeto Viva e Reviva Goiás*, que atingiu 7.971 alunos e 382 professores de escolas municipais, estaduais e particulares e integrou a campanha em favor da elevação da cidade de Goiás a Patrimônio Mundial” (MINC/IPHAN, 2017, p. 4).

Com o apoio das Subsecretarias Regionais de Educação, direcionando suas ações no sentido de contextualizar as manifestações culturais junto às comunidades escolares de outras regiões do Estado, as cidades de Pirenópolis, Jaraguá, Pilar de Goiás, Uruaçu, Porangatu, Hidrolândia, dentre outras²⁰, aderiram ao *Programa Viva e Reviva*. As cidades de Porangatu e Uruaçu chegaram a desenvolver o projeto, mas não executaram a etapa final em que toda a comunidade é convidada para o evento em praça pública para assistir à exibição do vídeo num telão, mostrando o resultado do projeto. Segundo a professora Rosaura, a equipe também tinha a intenção de estender o programa para as comunidades quilombolas, inclusive chegou a ser feito um trabalho com o quilombo da Dona Procópia²¹ (Rosaura, entrevista concedida em 09/02/2021).

Dentre todos esses locais, a escolha pela análise da experiência na Cidade de Goiás, para fundamentar a pesquisa desta proposta de Educação Patrimonial, se justifica primeiramente porque a cidade foi a primeira a encampar o projeto-piloto do *Programa Viva e Reviva*. Outro aspecto refere-se à disponibilidade do acervo com o maior número de documentos da época da implantação do projeto que teve mais tempo de duração do que em outras cidades onde o projeto foi pontual e não houve continuação do mesmo.

Além disso, o projeto foi escolhido por estar situado numa cidade histórica que na época estava em processo de tombamento pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade e, também, por ser um núcleo atuante e com constante trabalho de Educação Patrimonial, participando de projetos do Iphan e de veículos da grande mídia. Soma-se, ainda, o fato de a Cidade de Goiás ter uma expressiva agenda de festividades locais e de algumas publicações na área cultural e patrimonial.

²⁰ O *Programa* teve também a adesão de outras cidades do Estado de Goiás que estão no site da SEDUC: Catalão, Pires do Rio e Jataí.

²¹ Procópia dos Santos Rosa, 80 anos, nasceu na comunidade Kalunga Riachão no município de Monte Alegre. É uma das lideranças femininas que em 2005 foi uma das 52 brasileiras indicadas ao prêmio Oscar da Paz.

1.2 A Educação Patrimonial e a proposta do *Projeto Viva e Reviva Goiás*

O presente Relatório busca subsídios teóricos nos autores analisados com o intuito de suprir a necessidade de se refletir sobre Educação Patrimonial a fim de compreender o *Programa Viva e Reviva Goiás* inserido nas políticas públicas no Estado de Goiás e no Brasil. Do mesmo modo, visa analisar a proposta, os objetivos e a execução do *Projeto Viva e Reviva Goiás* que tinha o patrimônio cultural vilaboense como foco das ações educativas.

O termo “Educação Patrimonial” é utilizado há apenas algumas décadas pelas agências de fomento público nas ações patrimoniais. A esse respeito, Mário Chagas (2004) afirma que muito antes do ano de 1983, data que marcaria no Brasil o uso do termo Educação Patrimonial²² e sua consolidação pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial*²³, já havia uma preocupação em promover uma educação voltada para o patrimônio cultural, mais especificamente dentro dos museus.

Ainda que não utilizasse essa expressão, na prática, desde o final do século XIX, ações educativas com foco no patrimônio já ocorriam nos museus. No século XX, visitas guiadas aos patrimônios, centros históricos e monumentos, eram aulas práticas que faziam parte do currículo escolar. O termo “Educação Patrimonial” é a tradução da expressão inglesa *heritage education* que de certa forma se instalou dentro das práticas e dos conceitos sobre ações educativas no Brasil. Embora esteja eivado de sentido no campo diversificado das ações e reflexões educacionais, o termo, segundo o autor, se estabelece como desejo de constituir um marco zero da Educação Patrimonial, sem levar em conta as múltiplas experiências anteriores que haviam sido desenvolvidas no campo da Educação Patrimonial até aquele momento no Brasil (CHAGAS, 2004, p. 143).

Nessa perspectiva, Sônia Regina Rampim Florêncio (2015) ressalta que na década de 1930, quando o Iphan foi criado²⁴, Mário de Andrade, no seu anteprojeto, já destacava a importância do caráter pedagógico dos museus e das ações educativas envolvendo o público. Na década de 1960, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Instituto, ressaltava, em artigos e discursos, a importância da educação popular voltada para o patrimônio. Já na década

²² Em decorrência do I Seminário “Uso Educacional de Museus e Monumentos” realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro, de 04 a 09 de julho de 1983.

²³ O *Guia Básico de Educação Patrimonial*, escrito por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, foi publicado pelo Iphan em 1999 e durante muito tempo norteou as ações de Educação Patrimonial em todo o território brasileiro.

²⁴ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passou a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquiriu a designação de Instituto e recebeu a nomenclatura de IPHAN.

de 1970, Aloísio Magalhães, então diretor da Fundação Nacional Pró-Memória²⁵, com o lema “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio”, concebia a comunidade não mais como população-alvo, mas como sujeitos chamados a participar junto às instituições museológicas.

Em relação à concepção de Educação Patrimonial, Atila Tolentino faz ainda uma crítica à proposta do *Guia Básico de Educação Patrimonial* inspirado em Paulo Freire, mas sem a devida reflexão exigida: “ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro)” (TOLENTINO, 2016, p. 40-41).

Nesta perspectiva, a Educação Patrimonial não é uma transmissão de conhecimento nem pode ser enquadrada numa espécie de metodologia para uma “alfabetização cultural”, pois essa ideia de patrimônio cultural fechado em si e ornamentado de fetiches é distante da ideia de um patrimônio em constante construção identitária cuja apropriação social mantém vivo seus consensos e conflitos.

Para Carlos Rodrigues Brandão, a relação cultura-educação é indissociável e precisa ser pensada em perspectiva ampla, integrando as demais dimensões da vida das pessoas. Assim, “não se deve privilegiar o produto - habitação, um templo, um artefato, uma dança ou palavra - em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas nas quais tal produto está inserido” (BRANDÃO, 1996, p. 47).

Em relação à prática de Educação Patrimonial, observa-se que gradualmente as propostas procuram superar ações centradas apenas em acervos e construções isoladas para compreensão de espaços materiais e imateriais da cultura como documentos vivos, passíveis de interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas e pensados a partir das comunidades. Assim, a Educação Patrimonial precisa ser considerada em sua dimensão política, colocando-se muito além da divulgação, “promoção” ou “difusão” do patrimônio cultural, mas buscando possibilidades de construção de relações efetivas com as comunidades, as verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Construídas a partir de necessidades locais, as estratégias de Educação Patrimonial não podem, portanto, desconsiderar o papel agenciador das comunidades, suas necessidades e expectativas. Deve haver uma construção dialógica entre comunidades e instituições públicas para que se possa construir projetos conjuntos e diversos de cunho educativo. É por essa perspectiva que se construiu uma definição oficial de Educação Patrimonial pela Coordenação

²⁵ A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada em 1979 por Aloísio Magalhães a partir do Centro Nacional de Referências Culturais, tendo absorvido o antigo Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, com essa nomenclatura, até 1990 centralizou a política federal de patrimônio cultural.

de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan, considerando-a em seus processos formais e não formais:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 24).

Essa concepção atual de Educação Patrimonial definida pelo Iphan valoriza o processo de construção coletiva e democrática do conhecimento e também a participação “efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural” (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 24).

Para Átila Tolentino (2015), os processos educativos, dentro de uma perspectiva do que deveria ser a Educação Patrimonial, devem partir de uma base democrática a partir de uma construção coletiva do conhecimento, na qual conta com a participação efetiva dos sujeitos detentores e produtores das suas próprias referências culturais. O autor conclui que a escola é o ambiente onde o professor, ao envolver alunos e comunidade, consegue trabalhar a Educação Patrimonial a partir de várias possibilidades, proporcionando ações educativas com foco no patrimônio. Essa é uma forma de fomentar a emancipação dos agentes sociais de uma comunidade, bairro, quando de forma democrática compartilham o seu modo de viver, de falar, do fazer a comida, de produzir cantigas, e assim, alunos e professores, juntos, conseguem promover uma verdadeira educação patrimonial (TOLENTINO, 2015, p. 68).

Tomando-se como base a ideia da Educação Patrimonial como projeto político, não se pode deixar, ainda, de enfrentar a problemática de que nem sempre no Brasil a população se identifica ou se vê no conjunto do que é oficialmente reconhecido como patrimônio cultural. Ocorre aí o que se chama de “lado perverso do patrimônio cultural”, seus processos excludentes ou mesmo de objetivação do passado oficial por meio de narrativas imagéticas e monumentalistas reforçados por práticas e discursos de poder. Nesse sentido, em relação à Educação Patrimonial, o patrimônio deve ser compreendido de forma crítica (TOLENTINO, 2016, p. 44).

Na concepção de Simone Scifoni (2015), atualmente, no Brasil, o maior desafio em relação à Educação Patrimonial é:

[...] justamente o de torná-la um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, o que significa incorporá-la como atividade *pari passu* e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do

patrimônio imaterial, fomentando, desde muito cedo, uma relação próxima e dialógica com as comunidades do lugar em que se vai atuar (SCIFONI, 2015, p.197).

Em uma perspectiva crítica, a concepção de Educação Patrimonial concebida atualmente pelo Iphan questiona ações que visam apenas reforçar tradições e objetos da cultura material e imaterial de maneira imposta, sem considerar as diversidades locais e das culturas consideradas mais populares. Assim, defende-se uma Educação Patrimonial mais dialógica com a participação dos sujeitos históricos. Nesse sentido, ações educativas com foco no patrimônio cultural devem ter como objeto norteador uma constante reflexão sobre seu papel na condução dos valores patrimoniais e do lugar de memória de cada agente histórico, considerando as pessoas da comunidade com que se trabalha como protagonistas da sua própria história.

De tal problemática, surge o debate de que a Educação Patrimonial necessita, com o propósito de valorizar a diversidade cultural, fortalecer projetos de identidade no sentido do pertencimento e não da exclusão, bem como estimular o reconhecimento de alteridades como diferentes formas de ser e estar no mundo. É um campo imerso em lutas e contradições, mas que, em uma perspectiva participativa da comunidade como sujeito e envolta em um arcabouço cultural, permite evidenciar culturas marginalizadas e favorecer diálogos interculturais. O patrimônio cultural não é um objeto dado, portanto.

Para que haja uma Educação Patrimonial concreta, legítima e atual, que dialogue com os diversos agentes sociais de um espaço, é preciso que, também, exista uma “democratização da cultura através do campo patrimonial”. A comunidade afetada deve se perceber nas múltiplas formas de organização e de expressão da vida social inserida numa hierarquia de bens e valores culturais. Por isso, é necessário adotar políticas para a preservação e a divulgação, priorizando os acervos que envolvem literatura, música e vídeos, como representações da vida social e da memória histórica que fazem parte do patrimônio cultural (CANCLINI, 1994, p. 100).

A massificação das sociedades contemporâneas proporcionou uma revisão da ideia de patrimônio vinculado à identidade nacional. Em sua concepção, as tecnologias como a televisão e o vídeo aproximaram as pessoas de lugares e espaços os quais parte da população não poderia frequentar devido às distâncias geográficas e outras limitações impostas. No entanto, as identidades pós-modernas fomentadas pela indústria cultural passaram a ressignificar as identidades modernas territoriais e mono linguísticas para um novo conceito transterritorial e multilinguístico pelas vias da comunicação tecnológica e pelo comportamento diferenciado na aquisição de bens culturais (CANCLINI, 1994, p. 106). Nesse sentido, a Educação Patrimonial é um dos instrumentos eficazes e disponíveis que podem romper com processos patrimoniais

que ainda reproduzem certa dominação do saber-poder sobre as memórias de grupos sociais que não pertencem às esferas dominantes.

Assim, não cabe apenas reconhecer valores intrínsecos a determinados bens ou mesmo fetichizá-los, mas considerá-los como produtos de determinadas escolhas históricas e imposições simbólicas, muitas vezes instrumentos de reprodução de estruturas memorialísticas e identitárias relacionadas a relações de poder, dominação e desigualdade social. Sob tal perspectiva teórica, a Educação Patrimonial precisa trilhar o caminho de compreensão do legado material e imaterial de forma crítica e se esforçar para favorecer ações mediadoras que incluam construções coletivas e inclusivas.

Em relação a essas discussões, Simone Scifoni (2015) afirma que no Brasil a Educação Patrimonial ainda é um campo de ação:

[...] “em construção”, não consolidado, amplo, diverso e contraditório, não suficientemente fundamentado, multidisciplinar e interdisciplinar por natureza. Além disso, ele contém uma problemática fundamental que precisa ser enfrentada e superada se quisermos avançar, tanto nas reflexões, como nas práticas. [...] Faz-se necessário, assim, superar esta problemática inicial, buscando nas iniciativas de ações e nos projetos inovadores que estão ocorrendo pelo país, os novos desafios e as questões norteadoras para repensar a Educação Patrimonial. Busca-se aqui colocar em evidência algumas das questões que esses trabalhos estão propondo, no sentido de contribuir para a formulação de uma fundamentação teórica e conceitual nesta área de atuação (SCIFONI, 2015, p. 195-196).

Para a autora, precisamos enfrentar tal problemática, superando esse viés para avançarmos nas práticas e nos desafios que permeiam ações de Educação Patrimonial, que ainda não está devidamente consolidada no país. É sob essa perspectiva que se concebe uma Educação Patrimonial questionadora e propositiva num esforço contínuo, a fim de contribuir com avanços na reflexão sobre a prática de ações educativas voltadas para o patrimônio histórico, partindo sobretudo de questões difíceis tais como atrair os sujeitos partícipes desse processo identitário, desde a identificação do papel social do patrimônio cultural até a forma de interagir e agir para preservá-lo.

Assim, percebe-se no cenário atual uma nova forma de pensar a Educação Patrimonial que propõe como projeto ético-político uma ação educativa com foco no patrimônio sob a perspectiva decolonial, isto é, adotando uma postura pautada pelas lutas e pelos movimentos sociais, como novos processos de patrimonialização, visando à busca do desenvolvimento sociocultural contido nas diversas comunidades étnicas que compõem o patrimônio material e imaterial do Brasil. O Iphan, atualmente, tem adotado um novo posicionamento que vai ao

encontro dos ideais de decolonidade por meio de uma proposta metodológica de Educação Patrimonial que vem sendo aceita e até mesmo adotada em vários estados do país (TOLENTINO, 2018).

Na concepção de Sônia Rampim Florêncio (2012), houve no Brasil, nas últimas décadas, uma intensificação de projetos educacionais voltados para a Educação Patrimonial com metodologias, práticas e concepções diversificadas, tendo como foco a preservação e a valorização do patrimônio cultural. Esse movimento foi importante para que essas atuações trouxessem subsídios para desenhar o marco legal que desse respaldo às instituições. Tais experiências corroboraram para a elaboração pelo Iphan da Portaria 137/201 de 28 de abril de 2016 cujo artigo 3º traz em seus incisos princípios importantes, como “integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas”. (IPHAN, 2016, p. 1).

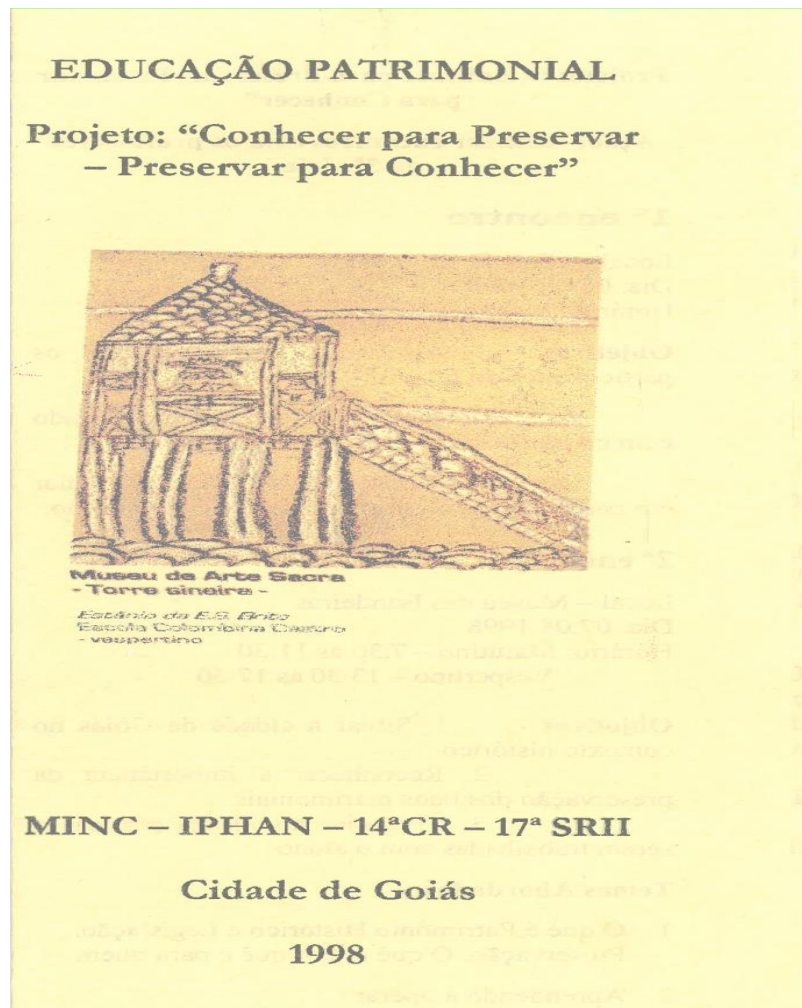
Outra portaria do Iphan que colaborou para o avanço da Educação Patrimonial foi a n. 230 de 17 de dezembro de 2002 que passou a exigir projetos de Educação patrimonial nas pesquisas arqueológicas. Em seu artigo Art. 6º §7 consta: Ela complementou e avançou nas exigências as quais deveram contemplar nos contratos entre empreendedor e arqueólogo, atividades de Educação Patrimonial, prevendo que a mesma estivesse prevista tanto nos termos de orçamento quanto de cronograma. Essa portaria acabou colaborando para o avanço da Educação Patrimonial (IPHAN, 2019).

O Estado de Goiás está entre os que realizaram alguns projetos de Educação Patrimonial, como por exemplo, o projeto “*Conhecer para Preservar – Preservar Para Conhecer*”, uma iniciativa da 14ª Superintendência do Iphan, que respondia pelas ações nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. O *Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, desenvolvido pela 14ª Superintendência Regional do IPHAN, no Estado de Goiás, desde a década de 1980 foi iniciado, primeiramente, na escola particular de primeira fase do Ensino Fundamental Magali Centro de Estudos, em 1984, tendo como o público-alvo os alunos da terceira série do Ensino Fundamental. Além de atividades em sala de aula, as ações de Educação Patrimonial incluíam caminhadas pelo centro histórico e visitas aos centros culturais, a fim de que os alunos pudessem estabelecer uma relação mais próxima com o patrimônio cultural da cidade. Em 1985, passou a envolver cerca de seis escolas públicas estaduais, voltando a ser relançado nos anos de 1994 a 2000. O projeto também contemplou alunos da zona rural das escolas municipais, encerrando-se no ano de 2000, quando se iniciou o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, incorporando e expandindo o projeto de Educação Patrimonial para todas as escolas estaduais, municipais e particulares da Cidade de Goiás, sem interromper a parceria com o Iphan-GO. Percebe-se que o tema

Identidade e Memória já era contemplado no projeto acima e continuou presente em todos os outros projetos de Educação Patrimonial realizados na Cidade de Goiás (LISITA, 2008, p. 117).

A seguir é apresentado o folder datado de 1998 sobre o projeto “*Conhecer para Preservar – Preservar Para Conhecer*” executado pelo Iphan-GO em parceria com a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás.

Figura 2: Folder do Iphan, 1998



Fonte: APVRG – Iphan, 1998.

Desde o início, como mostra a imagem acima (Figura 2), o Iphan contou com a parceria da 17ª Subsecretaria Regional II da SEDUC/GO para desenvolver projetos de educação patrimonial, tendo como foco a importância da preservação do patrimônio associada à prática da cidadania.

A preocupação em preservar os valores patrimoniais fora motivo de uma parceria entre o Iphan e a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás, que implementaram há cerca de dezesseis anos, o Projeto “*Conhecer para*

Preservar, Preservar para Conhecer". Este se destinou a um público-alvo de alunos das terceiras séries do Ensino Fundamental e curso de Magistério, pertencentes às Unidades Escolares públicas e particulares da cidade, oportunizando a formação teórica dos professores para que os mesmos fossem mediadores entre o acervo patrimonial de Goiás e os alunos. Visou, portanto, propiciar o conhecimento e a valorização dos bens e valores culturais de Vila Boa (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 15-16).

Assim, compreende-se que antes do lançamento em 2000 do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, a Cidade de Goiás já havia realizado outras experiências de Educação patrimonial no sentido de contextualizar as manifestações culturais junto à comunidade escolar. Entretanto, essas ações eram direcionadas para poucas escolas ou apenas para uma série de ensino.

Ainda em 1998, o Lyceu de Goyaz foi escolhido para participar do Programa “BRASIL 500 ANOS” realizado pela Rede Globo com o Projeto "*Lyceu de Goyaz - Conte essa história*".

Buscando interagir a comunidade estudantil no movimento desencadeado pela participação nesse programa, a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás propusera ao Lyceu de Goiás o Projeto "*Lyceu de Goyaz - Conte essa história*", a fim de que os alunos conhecessem a trajetória de sua escola por meio da coleta de informações, dados estatísticos, arquivos, fotografias, depoimentos e conhecessem a história palpitante, pontuada de momentos de glórias, incertezas, lutas, para se manter o ensino secundário público na cidade (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 15).

Nessa mesma perspectiva, o Jardim de Infância Terezinha Viggiano Mendes, que também nasceu em 1999, em comemoração aos setenta anos de instrução pública na Cidade de Goiás, registrou num pequeno livreto essa história marcada pela formação de gerações e gerações de vilaboenses. E, em 1999, a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás elaborou o Projeto "*Resgate da Memória Histórico-cultural da Escola e do Município*" que, a partir da pesquisa realizada pelos próprios alunos, tinha como objetivo contribuir para que se situassem como sujeitos na construção histórico-cultural de sua comunidade, conhecendo e valorizando as pessoas que contribuíram para a formação da sua memória cultural.

No mesmo ano, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi elaborado a partir da ideia de uma Educação Patrimonial que abarcasse toda a comunidade local e escolar. Em 2000, com o início de sua execução, este conseguiu unificar todos os projetos que vinham sendo executados pelo Iphan com algumas escolas. A partir de então, dezenove escolas da cidade aderiram ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* e passaram a trabalhar o eixo temático Patrimônio cultural, mobilizando a cidade e seus sujeitos para o registro da sua história em vídeos, fotografias, desenhos, músicas e outros. No caso da Cidade de Goiás as ações foram feitas envolvendo os sujeitos que

compõem a memória e a identidade da cidade. A comunidade tomou para si o território local como espaço educativo por meio de diversas estratégias de educação patrimonial com fins à valorização e preservação do patrimônio cultural.

Assim, por meio do levantamento e análise do material do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, propõe-se não apenas refletir e problematizar a execução de um programa de ação pública, mas tomá-lo como base para elaboração de um produto educacional: um vídeo documentário acerca dos princípios e da experiência do *Programa Viva e Reviva* na comunidade vilaboense.

No entanto, não podemos perder de vista os diversos projetos de políticas públicas que foram e continuam sendo descontinuados mediante a alternância do poder executivo, como ocorreu com o *Programa Viva e Reviva* que foi realizado em algumas cidades do Estado de Goiás, em especial na Cidade de Goiás com o *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

1.3 O Projeto Viva e Reviva Goiás: Patrimônio cultural, memória e identidade

A relevância teórica desta pesquisa se encontra, por um lado, em reunir as discussões sobre patrimônio cultural que incluem os estudos culturais, bem como sua relação com narrativas identitárias e disputas de memória. Nosso objeto de estudo relaciona-se aos princípios norteadores e à execução do *Projeto Viva e Reviva Goiás* que tinha como foco as ações e os bens culturais locais. Em tal perspectiva, propor projetos de Educação Patrimonial envolve discussões acerca do conceito de patrimônio cultural e, conseqüentemente, de memória e identidade.

O patrimônio cultural, campo de disputas e negociações é um conjunto de bens culturais materiais e imateriais que diz respeito ao legado cultural de uma comunidade, de um grupo social, de um país. No entanto, para que esse patrimônio se torne significativo, é preciso que o mesmo tenha relevância cultural para a comunidade, pois só assim os sujeitos dessa comunidade podem ter a certeza de acesso aos valores e à cultura, assegurando, assim, que as raízes culturais e históricas das gerações presentes e futuras garantirão a preservação da memória e da identidade desse grupo. Nessa concepção, o patrimônio cultural atribui cada vez mais importância à realização de uma Educação Patrimonial a fim de que o patrimônio e sua preservação passem a ser valorizados, também, pela historiografia, com o intuito de tornar possível sua compreensão em setores mais amplos da sociedade.

No primeiro artigo do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, identifica-se a

definição do patrimônio histórico e artístico nacional como: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Conforme exposto acima, o artigo não menciona os bens intangíveis como bens culturais, pois em 1937, sob o Estado Novo, a urgência do momento era garantir em Lei a preservação do Patrimônio Material. Em 1988, a Constituição Federal, em seu Artigo 216, redefiniu a concepção de patrimônio cultural, como pode se observar a seguir:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1º. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Mais de 50 anos separam o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 da Constituição de 1988 que finalmente deu o devido reconhecimento ao patrimônio imaterial brasileiro. Neste contexto, o desafio era despertar a consciência do brasileiro sobre a importância da conservação de seus bens culturais. Tal desafio coube à Educação Patrimonial cuja proposta era preencher esse espaço com ações educativas nas escolas. Somente em 2000, depois de 63 anos após a normativa para os bens materiais é que o Patrimônio Imaterial recebeu a devida atenção das autoridades governamentais.

O patrimônio cultural é um conglomerado de ações, realizações, manifestações de diversos sentidos de um grupo. Ele faz parte do nosso cotidiano e de tudo que produzimos em conjunto no passado e no presente que celebra a nossa vida em comunidade. É um jeito próprio de estar no mundo e envolve o que aquele povo sabe fazer, criar e produzir como cantos, danças, expressões culturais e religiosas, mas também monumentos, casas, templos. É o patrimônio cultural material e imaterial que dá forma às nossas identidades e memórias e que concede sentido ao nosso cotidiano. Ele forma as identidades e define os valores de uma sociedade. Nessa perspectiva, para o Iphan, o patrimônio nos faz ser o que somos. Ainda acerca desse conceito, consta que:

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. [...] Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN, 2019).

Em 04 de agosto de 2000, o Decreto nº 3.551 que instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” é um marco de referência na implantação deste modelo de política no Brasil. Em seu parágrafo 2º, consta que a inscrição num dos livros de registro deve ter como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância a nível nacional para a identidade, a memória e a formação da sociedade brasileira. Do mesmo modo, reforça não só a necessidade de registrar os bens imateriais no afã de que não se percam, mas também ressalta o reconhecimento da multiplicidade da cultura brasileira e do quão importante é o registro da memória dessa diversidade cultural identitária e plural. No entanto, surgem desafios na efetivação do processo junto às esferas estadual e municipal em parte pela dimensão territorial e pela complexidade do multiculturalismo brasileiro. Por outro lado, temos a burocracia e o pouco ou inexistente interesse do poder público no investimento em capacitação na gestão pública. Todos esses elementos conjugados dificultam a normatização do direito de salvaguardar o conjunto de conhecimentos tradicionais, a oralidade, os saberes e as manifestações artísticas da população brasileira e para ela como um todo (BRASIL, 2000).

Assim, desde a Constituição de 1988, o tema sobre patrimônio cultural tem se expandido cada vez mais, em especial no que se refere ao patrimônio imaterial, o intangível. A esse respeito, José Reginaldo Santos Gonçalves observa que além do que já existe dentro dos conhecidos conceitos de patrimônios históricos e culturais, temos, também, outros elementos que fazem parte desse universo que são a etnologia, a ecologia e outros. Assim, nessa perspectiva, passou a se preocupar com a preservação do que “um coletivo chama de “sua cultura”, um modo de cantar, de fazer um utensílio, uma dança, o que expressa aquilo que é a “identidade” de um grupo, de um segmento social específico reconhecido como patrimônio cultural” (GONÇALVES, 2015, p. 212).

Em relação ao patrimônio imaterial e à atribuição de valores pelo grupo que o produziu, Izabela Maria Tamasso afirma que “a cultura tradicional e popular – crenças, comida, dança, procissões, folias, expressões, música etc. – mantém-se com relativa autonomia, no que concerne à ação dos realizadores e participantes locais” (TAMASSO, 2006, p. 15-16).

No que se refere ao *Projeto Viva e Reviva Goiás*, ao analisar os títulos dos subprojetos

das escolas na Cidade de Goiás, percebe-se pelos temas escolhidos que o foco era, em sua maioria, o patrimônio imaterial, contemplando: as expressões culturais, as tradições, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas e danças populares, as lendas, músicas, costumes etc. Visava-se, assim, uma identificação com o passado e as origens do lugar, buscando um significado para sua existência e permanência como memória a ser mantida.

No entanto, pela análise da documentação referente às ações práticas dos subprojetos, identifica-se um entrelaçamento dos bens imateriais e materiais. O subprojeto “*Resdescobrimo Goiás*” da Escola Estadual Mestre Nhola, por exemplo, propôs trabalhar como tema a área circunvizinha da escola: o Asilo São Vicente de Paulo, o Beco do Cotovelo até o Córrego Rasgão, a Rua 15 de Novembro. Trata-se de bens de natureza material, mas que envolvem abordagens sobre histórias, músicas, poemas, entrevistas, que são bens de natureza imaterial.

Assim, observa-se, no Brasil, que as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial (CHUVA, 2012). Essa divisão do patrimônio cultural hoje nos soa falsa, ainda que largamente utilizada para classificar ou mesmo separar pedra e cal das manifestações que Mário de Andrade categorizou como folclore.

A ideia de uma categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral (CHUVA, 2012, p. 163).

Na concepção de Chuva (2012), mesmo que o poeta Mário de Andrade tenha apontado na direção de concebermos uma cultura integral, na qual deveria se conceber diversas vertentes sobre o patrimônio, sugerindo inclusive, o Estado como elo propulsor de uma atuação integradora, ainda não conseguimos romper essa dicotomia dentro do Patrimônio cultural. Nessa perspectiva, as festas, as celebrações, os modos de fazer, as formas de expressão e os lugares, categorias elencadas no Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, sobre o Registro do patrimônio cultural imaterial, precisam de algum tipo de materialização para se concretizar.

Em relação ao *Projeto Viva e Reviva Goiás*, nota-se nas atividades realizadas pelas escolas uma integração dos aspectos material e imaterial que compõem o patrimônio cultural da Cidade de Goiás. De maneira semelhante, observa-se a mesma postura da SRE/GO frente ao *Projeto* ao ressaltar a responsabilidade da comunidade escolar, em especial os alunos, na

preservação não só dos bens materiais, mas dos valores intrínsecos desses bens (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Nesse diapasão, pela fala da atual Coordenadora de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, Sônia Regina Rampim Florêncio, conclui-se que o Patrimônio Cultural,

[...] forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. (...) O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam. O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como exemplo, citamos a paisagem do bairro; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 7-8).

Essa definição é o resultado da análise de alguns trabalhos referentes às atividades educativas que têm o patrimônio como mediador. Percebe-se, no entanto, que estes apontam para o problema da falta de subsídio teórico para as ações que por razões diversas acabam por confundir Educação Patrimonial com divulgação ou promoção do patrimônio, ou, ainda, de forma simplista transformam o bem cultural em mercadoria. A Educação Patrimonial, temática de constante reflexão nesta pesquisa, considera que as pessoas da comunidade devem ser consideradas como sujeitos históricos, legitimando as suas visões de mundo, seus símbolos e significados. Acreditamos que, dessa forma, é possível propor uma Educação Patrimonial dialógica, que conte com a participação de todos, da definição de recursos até a concretização de ideias e da identificação do patrimônio até a determinação sobre como agir para preservá-lo. Será uma Educação Patrimonial cujo produto trará uma proposta a partir de uma problematização que partirá de questões ligadas à nossa concepção de identidade e de patrimônio cultural.

Em relação à Educação Patrimonial, a ideia de conferir protagonismo às comunidades nas quais as ações educativas aconteceriam abriu espaço para o rompimento da perspectiva

apenas de levantamento e preservação de objetos como “coisas em si”, elementos a serem reificados sem nenhum significado, permitindo, com isso, estimular projetos dinâmicos que poderiam tornar o patrimônio vivo um meio inspirador de uma perspectiva mais participativa e integradora das comunidades e suas estratégias de preservação. Foi assim que na década de 1980 surgiram iniciativas como o *Projeto Interação* da Fundação Pró-Memória que em seus objetivos buscava relacionar a educação básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre o cotidiano dos alunos e as ações educativas.

Nesse contexto, na década de 1990, em Goiás, foram produzidos conhecimentos acerca de Educação Patrimonial como o Programa *Viva e Reviva* que tinha como eixo norteador “ter as escolas e a comunidade como forças atuantes e transformadoras da sociedade ao longo de sua história.” (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000). A finalidade era reviver e valorizar a diversidade cultural de Goiás a partir do estudo do patrimônio cultural, contribuindo para o seu reconhecimento no cenário nacional. Acerca da abordagem sobre as categorias do patrimônio, a professora Rosaura afirma que:

[...] compreende-se que um patrimônio depende do outro. Tomamos como exemplo o da pamonhada, elemento da cultura goiana em que as famílias se reúnem. A criança descobre que a pamonha é feita de milho. É necessário plantar o milho, colher, ralar, usar as palhas para enrolar a massa. E assim, ao ajudar a preparar a pamonha, ele mantém a tradição do fazer, que é imaterial. E quando o prato fica pronto para degustação estamos diante da materialização desse saber compartilhado com todos. Mas, o saber fazer, para Rosaura, é preservado por meio da memória, da tradição daquela comunidade, do ensino sobre as festas e tradições do lugar que estão inseridas no patrimônio imaterial (Rosaura, entrevista em 02/09/2021).

O estudo do Projeto de Educação Patrimonial *Viva e Reviva Goiás* envolve também discussões acerca do conceito de memória e identidade. Em relação ao primeiro conceito, Pierre Nora (1993) esclarece que a melhor forma de apreender a memória é percebê-la em seu interior. Entre memória, esquecimento e perda, o objeto, o museu e o documento fazem parte da história e da identidade de uma comunidade, pois com a industrialização muito se perdeu das comunidades que tinham como tradição, a história oral como único recurso de transmissão do seu saber e do seu fazer. É a partir daí que nasce essa vontade de preservar aquilo que faz sentido para a sobrevivência de um pertencimento. Essa necessidade de passado é suprida a partir de uma busca pela memória do que é carregado de sentido para o sujeito enquanto ser social.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplina os

particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 12-13).

Nesta perspectiva, Nora (1993) apresenta a memória como o espaço que habitamos cujos elementos do nosso cotidiano, permeados por esses lugares habitados, se transformam em história. E a Cidade de Goiás, enquanto espaço de memória, é marcada por vontades idealizadas e realizadas ao longo do tempo cronológico, seja na parte material ou imaterial, mas que se transformaram em “elemento simbólico do patrimônio memorial” de um grupo, não importa qual seja a comunidade. Todas passam pelo mesmo processo. Para aquela comunidade era o momento em que as duas realidades, a material e a simbólica, justapostas passavam a fazer sentido naquilo que tinham em comum entre si, para aqueles agentes partícipes na construção de suas identidades marcada pelas memórias individuais inseridas no espaço da memória coletiva.

Em 2000, a iminência de ganhar o título de Patrimônio da Humanidade para a Cidade de Goiás ganhou novos contornos com o *Projeto Viva e Reviva Goiás* a partir do instante em que a comunidade foi convidada a olhar para si mesma enquanto sujeito na construção dessa memória. A partir dos anos 80, “patrimônios associados a diversos grupos e movimentos sociais vêm sendo reivindicados, reconhecidos ou contestados sem que os vínculos com uma “identidade nacional” sejam necessariamente colocados em primeiro plano” (GONÇALVES, 2012, p. 219).

A memória coletiva é compreendida por Halbwachs (2013) é uma reconstrução do passado de certo grupo social a partir de suas vivências e experiências. Esse movimento requer a rememoração dos fatos, no entanto, a memória individual deve estar, segundo o autor, em sintonia com a memória dos membros do grupo cujo evento a ser lembrado seja comum entre os sujeitos desse mesmo grupo. É preciso que a memória de um esteja em consonância com a dos outros que habitam o mesmo espaço e tempo.

De acordo com Halbwachs, a “memória coletiva” molda o sujeito de tal forma que suas lembranças nunca são apenas as recordações individuais, pois coexistem dentro do seu grupo social que por sua vez se encontra inserido em um espaço, passando a nos moldar dentro de suas concepções, valores, adaptando-se a materialidade do lugar, as tradições, sendo influenciado pela dinâmica do grupo. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, pois as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente

nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Assim, durante a implantação do Projeto havia a preocupação em valorizar a identidade cultural do cidadão vilaboense que constituía para a equipe da subsecretaria motivo maior para justificar a implantação do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Dessa forma, cada um ao seu tempo ia se apropriando do seu lugar na história daquela cidade e qual referência ele teria com a memória coletiva e a sua memória individual. Essa memória coletiva, como defende Halbwachs (2013), deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a constantes transformações. Nas respostas dos participantes fica claro que eles estavam interessados no que estava acontecendo naquele momento com a Cidade de Goiás que concorria ao título de Patrimônio da Humanidade. Além disso, fica evidente que um programa de Educação Patrimonial naquele momento contribuiria para assegurar a todos o seu lugar na história e na memória e legitimar o sentimento de identidade com aquele conjunto arquitetônico, incluindo, nas ações, os saberes e fazeres daquela comunidade.

Os conceitos de memória e identidade são totalmente interligados, pois somos o resultado de nossas experiências, tanto individuais como coletivas. Assim, a construção da identidade do *Programa Viva e Reviva* a partir das memórias nos traz vários desafios como, por exemplo, trabalhar tanto com os documentos físicos quanto com a história oral.

No entanto, após cerca de onze anos de “esquecimento”, o desafio aqui é buscar no acervo o que ficou retido daquela experiência. O acervo nos conta parte dessa história além de levantar dúvidas, também sobre essa experiência individual. Nesse sentido, Ricoeur concebe o esquecimento como uma noção de rastro e sua multiplicidade de formas como, por exemplo, as impressões psíquicas e os documentos escritos dos arquivos. Assim, o “esquecimento tem igualmente um pólo ativo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão realmente desaparecidas” (RICOEUR, 2007, p. 6).

No que se refere ao conceito de identidade, Stuart Hall (2006) afirma que são importantes para compreendermos como suas mais variadas formas contribuem para nossa compreensão acerca do tecido social no qual vivemos. Em sua concepção, identidade é uma questão de “tornar-se” permitindo que o sujeito tenha a liberdade para aderir às mais diversas identidades em seus mais diferentes contextos, sem se importar com as contradições que isso pode causar, pois o sujeito se confronta com inúmeras identidades, possíveis de se identificar na experiência coletiva ao qual ele está sujeito, em especial no mundo globalizado. Não há

apenas uma identidade individual, mas múltiplas identidades que nos confrontam diariamente tanto externa quanto internamente, impossibilitando-nos de fazer uma escolha.

Nesse sentido, o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, idealizado pela Secretaria de Educação, assegurava aos agentes da Cidade de Goiás, por meio das escolas, o fortalecimento da sua própria identidade no tocante à valorização, preservação e apropriação do seu patrimônio cultural. Do mesmo modo, propiciava a esses agentes reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um passado comum “que atua de maneira consciente²⁶, mantendo nossos valores materiais e imateriais para transmitir nossa identidade às gerações atuais e futuras” (APVRG – RELATÓRIO DA SEE, 2000, p. 1).

Logo, é também papel da Educação Patrimonial se colocar como prática coletiva, levando em conta a importância da apropriação e construção desse elemento social eivado de conflitos e divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento. Nesse contexto, o patrimônio cultural passa a ser um espaço social de disputa política, econômica e simbólica. Pretende-se, assim, refletir de que forma a diversidade cultural e as memórias coletivas do *Projeto Viva e Reviva Goiás* são representadas no acervo em estudo e na narrativa expositiva dos integrantes da equipe entrevistados. São levadas em consideração as discussões que tratam o patrimônio cultural como categoria do pensamento, bem como questões já apontadas por Stuart Hall (2006) a respeito da construção das identidades culturais na modernidade, a constituição da memória como um elemento social, a partir de Maurice Halbwachs, Átila Tolentino, Reginaldo Gonçalves e Simone Scifoni.

A Educação Patrimonial como instrumento de memória e identidade reconhece os sujeitos históricos que podem mudar a sua percepção da realidade refletida no reconhecimento dos bens patrimoniais materiais e imateriais que fazem parte da sua memória. A Educação Patrimonial libertadora: “é a busca da construção de uma nova relação entre a população com o seu patrimônio cultural” (SCIFONI, 2012, p. 33). É preciso tomar cuidado em não valorizar mais a estética arquitetônica do prédio com o risco de incorrer na transformação do bem cultural em uma mercadoria, pois a Educação Patrimonial deve primeiramente problematizar a condição histórica dos sujeitos detentores desse patrimônio. No entanto, percebe-se que há um contraste entre o grande número de ações educativas e a incipiente quantidade e qualidade de reflexões teóricas.

²⁶ Em algumas partes do Relatório e na fala das entrevistadas a utilização da palavra conscientização não é no sentido de persuadir e convencer. Primeiro, porque a própria comunidade escolar (professores e alunos) é considerada como agente do patrimônio cultural. Cabendo a ela atuar de maneira cuidadosa e responsável nas ações com foco no patrimônio. Segundo, porque era a própria comunidade que propunha os temas dos subprojetos de acordo com suas referências culturais identitárias e suas memórias.

Conclui-se que um dos caminhos é a concepção de uma ação educativa problematizadora, dialógica e democrática, que considera a participação da comunidade local porque a concebe de uma maneira positiva, confiando nela, e que questiona a realidade histórica, desnaturalizando hierarquias. A participação como característica da Educação Patrimonial deve ter como princípio a continuidade, a longa duração, em que as práticas são constantemente, apreendidas, ampliadas e reformuladas pelas instituições comprometidas com a preservação cultural, e em que “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro” (RIBEIRO, 2005, p. 70).

Nessa perspectiva, deve-se reconhecer a existência de forças que vão atuar diretamente na seleção e apropriação do que será lembrado e esquecido no jogo da memória coletiva. Isto é, apropriar-se dos diferentes saberes e fazeres presentes nas comunidades numa constante ressignificação das referências culturais e identitárias inseridas no espaço social no qual estão os sujeitos que detêm e produzem esses registros, essas pegadas históricas. Assim, a Educação Patrimonial deve ter como premissa essencial a formação de um conceito voltado para a pluralidade cultural, valorizando e consolidando essas identidades e suas peculiaridades como maneira de o indivíduo se afirmar nas diferentes formas de ser e de estar no mundo contemporâneo (FLORÊNCIO, 2012; TOLENTINO, 2016).

Muitas instituições, ao divulgar e promover determinado patrimônio cultural, acreditam estar fazendo alguma ação educativa. Cartilhas informativas ou jogos lúdicos em torno do bem cultural são tomados, nesses casos, como educativos. No entanto, as cartilhas não problematizam as questões do patrimônio cultural, por vezes só promovem o turismo e uma relação superficial com os bens culturais, como simples mercadorias a serem consumidas. Como consequência, o bem material ou imaterial é fetichizado, tornando-se imanente de significado por si próprio, o que é um equívoco.

Sobre isso, Simone Scifoni (2015), afirma que a Educação Patrimonial não pode ter a pretensão de “ensinar a população” por meio de cartilhas e panfletos naquela perspectiva tradicional de levar conhecimento à comunidade sem considerar os saberes locais e as relações estabelecidas ao longo do tempo pelos seus habitantes locais.

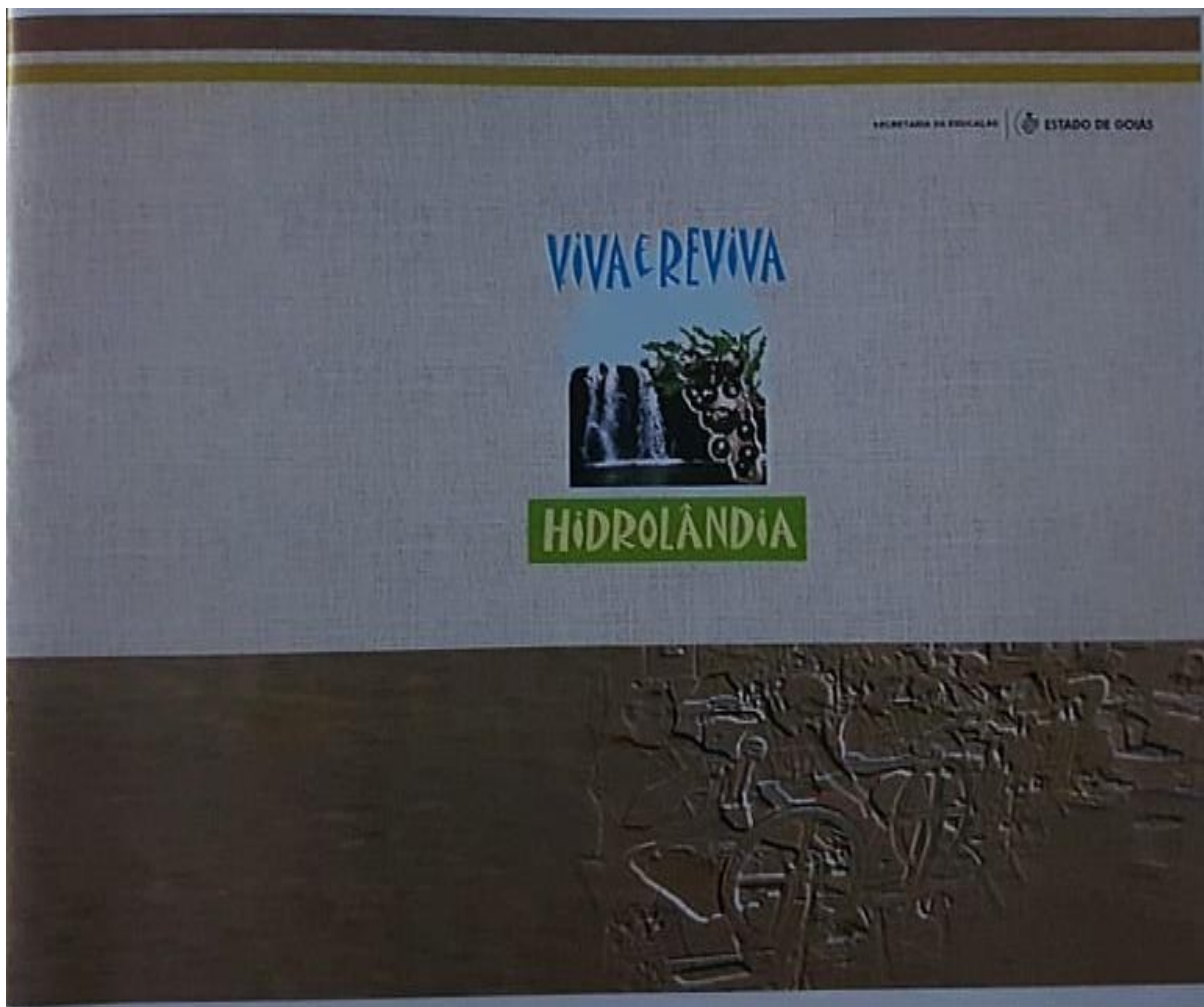
Ainda, no que se refere a essa discussão, é importante ressaltar que o *Programa Viva e Reviva* não tinha cartilha. Como produto final e com base nas ações desenvolvidas pelas escolas, além do vídeo documentário apresentado para a comunidade, havia os livretos que continham as ações dos subprojetos desenvolvidos em conjunto com a comunidade escolar e local. Esses

livretos eram distribuídos gratuitamente como forma de divulgação do patrimônio cultural da cidade.

Segundo Ivone Maria da Fonseca Borges, o trabalho da equipe técnica do *Programa Viva e Reviva* era fazer os recortes dos subprojetos e incentivar as escolas na conclusão das pesquisas. Do mesmo modo, ajudava a montar os livretos com os subprojetos das escolas, a escolher as gravuras que melhor contextualizavam ou a que melhor ilustravam o texto. A atuação da equipe era sempre se preocupando em manter a linguagem dos livretos do *Viva e Reviva* voltada para a cultura patrimonial (Ivone, entrevista concedida em 14/04/2021).

No livreto era apresentada a proposta executada pelas escolas. A descrição das ações era acompanhada por um texto explicativo e por fotos tiradas pelos alunos ou pelos professores. Nas figuras 3 e 4 temos como exemplo o Livreto *Viva e Reviva Hidrolândia*.

Figura 3: Capa do Livreto *Viva e Reviva Hidrolândia*

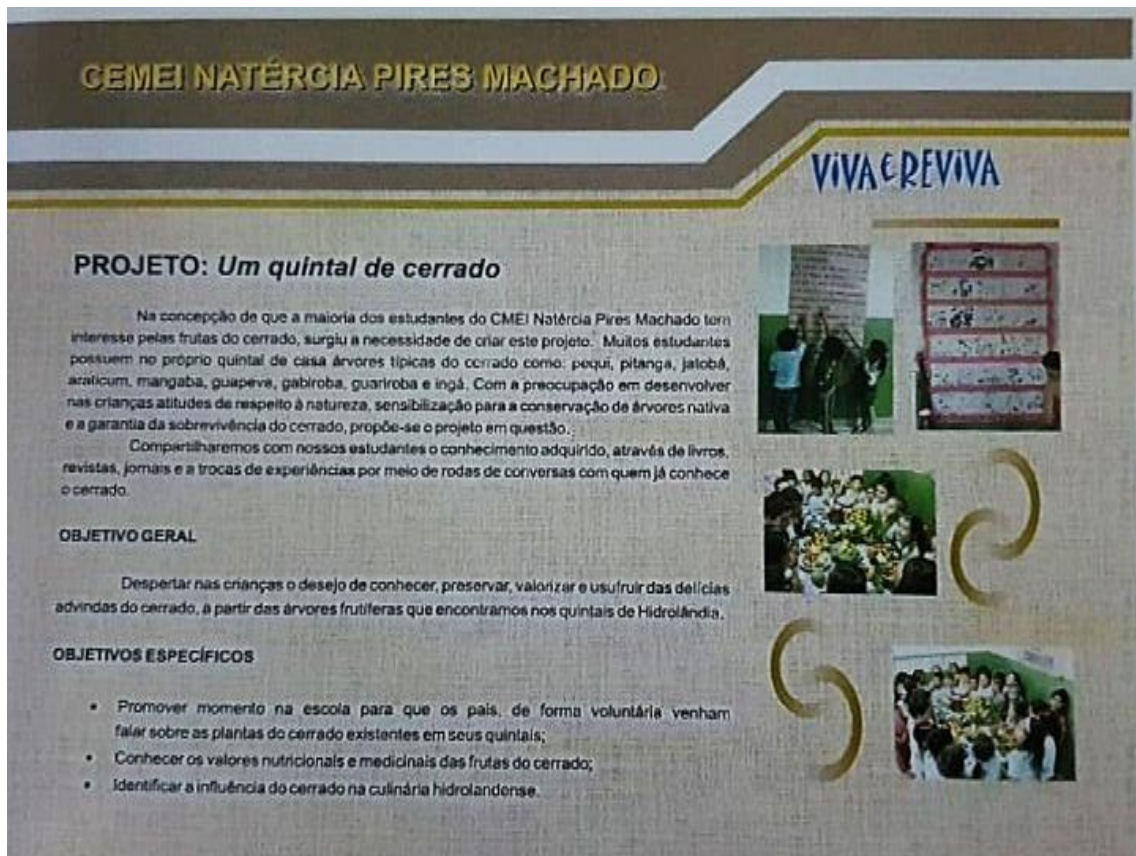


Fonte: Acervo pessoal da autora

Na figura 4 é apresentada a atividade desenvolvida no subprojeto do Centro Municipal

de Educação Infantil CMEI Natércia Pires Machado da cidade de Hidrolândia-GO que trabalhou o tema “Um Quintal de Cerrado”. A escolha do tema é explicada e justificada com base em dois argumentos: primeiro porque a maioria dos alunos tinha quintal em casa com árvores frutíferas e plantas medicinais; e segundo porque havia um interesse deles pelas frutas do Cerrado. Nas imagens a seguir apresentamos a capa do livreto *Viva e Reviva Hidrolândia* e a atividade desenvolvida por uma das escolas da cidade.

Figura 4: Parte interna do Livreto *Viva e Reviva Hidrolândia*



Fonte: Acervo pessoal da autora

Na figura 4 é apresentada a atividade desenvolvida no subprojeto do Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Natércia Pires Machado da cidade de Hidrolândia-GO que trabalhou o tema “Um Quintal de Cerrado”. A escolha do tema é explicada e justificada com base em dois argumentos: primeiro porque a maioria dos alunos tinha quintal em casa com árvores frutíferas e plantas medicinais; e segundo porque havia um interesse deles pelas frutas do Cerrado.

Sobre essa experiência do tema “Um Quintal de Cerrado”, a professora Ivone Maria da Fonseca Borges relata sob o ponto de vista de um membro da equipe:

Um projeto pelo que eu apaixonei foi o de Hidrolândia. Eu e a Rosaura até fomos na casa de uma aluna. Um dos subprojetos que mais me chamou a atenção foi “Um Quintal do Cerrado” que incentivava o aluno a olhar o próprio quintal da casa para saber quais as frutas que ele tinha, o tipo de árvore, o que os pais cultivavam e se tinha hortaliças. Quando eu era mais nova e morava em casa, no interior, eu via o quanto o nosso quintal era rico. Nós tínhamos quase tudo lá no quintal: pé de abacate, pé de manga. Minha mãe tinha a horta. Então, eu vi a escola trabalhar esse tema onde pedia os alunos para olhar para o quintal da sua casa. Achei um tema diferente e inteligente, pois o aluno perguntava para a mãe, para o pai, para a avó e para o avô: que planta é essa? Para que serve essa planta medicinal? E assim, cada um foi descrevendo o seu quintal. No lançamento um aluno aprendia sobre o que tinha no quintal do outro. E, no final, toda a comunidade, também, tomava conhecimento (Ivone, entrevista concedida em 14/04/2021).

Todos os temas dos subprojetos propostos pelas escolas relacionavam-se com a memória e a identidade da sua comunidade. Assim, é possível que uma cartilha seja feita dentro de um processo de construção coletiva com a participação efetiva da comunidade, a fim de contemplar todos os aspectos culturais dos agentes sociais. O *Projeto Viva e Reviva* teve sempre como premissa o diálogo sobre significados e sentidos sociais dos moradores e o aprender com o outro numa perspectiva de participação social, inserindo o outro como sujeitos do mundo.

1.4 O trabalho de campo e demais procedimentos metodológicos

Diante do referencial teórico exposto no item anterior é que se pode pensar nos aspectos metodológicos da pesquisa que serão aferidos na análise dos documentos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, ao mesmo tempo em que se relacionam às ações para a elaboração do produto educacional.

Os fundamentos metodológicos passam, em primeiro lugar, pela ideia de que os bens culturais devem ser tratados como suportes vivos e de construção coletiva de conhecimento, dados que só podem ser aproveitados se incorporados às necessidades e expectativas das comunidades envolvidas por meio de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem. O princípio dialógico que proporciona protagonismo às comunidades é avaliado no levantamento dos princípios norteadores do *Programa Viva e Reviva*, bem como enfatizado na proposta interventiva a ser elaborada após a análise do material.

Assim, a apresentação da metodologia utilizada neste trabalho visa explicar os caminhos percorridos não só na fase de levantamento dos dados do estudo como também na forma de fazê-lo. As informações pesquisadas, segundo o método adotado e em acordo com referencial

teórico, pretendem dar alguns esclarecimentos com o objetivo de responder o problema de pesquisa.

Foi utilizado o método de pesquisa explicativa com a finalidade de analisar o desempenho do *Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás* a partir dos conceitos de Patrimônio cultural, memória e identidade por meio de um estudo dos subprojetos desenvolvidos nas escolas, partindo de um embasamento bibliográfico composto pelos principais autores da área.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, inicialmente, foi realizado o levantamento dos documentos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* desenvolvido nas escolas da Cidade de Goiás. Este tipo de pesquisa possui um planejamento flexível, envolvendo normalmente pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise de exemplos. O estudo teve caráter essencialmente qualitativo, com ênfase na observação e no estudo documental, sendo necessário o cruzamento dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica já feita. Assim, buscou-se justamente coletar dados e informações, sistematizá-los e analisá-los de modo a construir algum conhecimento mais específico sobre o tema. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, virtual e pesquisa de campo.

Dessa forma, a pesquisa constitui-se por um estudo de caso, ou seja, está limitada à realidade de um único projeto: o *Viva e Reviva Goiás*. Esse estudo de caso foi realizado de forma a analisar com maior profundidade a implantação deste na Cidade de Goiás e sua eficácia ou não como projeto de Educação Patrimonial e seu desempenho junto à comunidade local de 2000 a 2007. Neste sentido, um estudo de caso permite uma investigação profunda das peculiaridades do contexto vivenciado pelos agentes envolvidos, por meio de dados e situações que proporcionam mais subsídios ao Relatório.

Vale destacar que não é intenção deste trabalho realizar uma pesquisa quantitativa com rigorosa avaliação, embora os procedimentos mais usuais para a coleta de dados em um estudo de caso sejam a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história oral. Para este estudo, o primeiro método utilizado foi a pesquisa bibliográfica a respeito dos conceitos de Patrimônio cultural, memória e identidade e também as discussões mais atuais acerca de Educação Patrimonial. Como resultado obteve-se uma maior compreensão a respeito do tema explorado bem como a referência bibliográfica para a pesquisa de campo.

Outro procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa de campo realizada na Cidade de Goiás a fim de coletar dados primários e material impresso da SEDUC/GO com os projetos desenvolvidos pelas escolas que participaram do *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

A pesquisa documental refere-se ao acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, composto

por documentos produzidos pela equipe da Subsecretaria e professores, coordenadores e diretores da Cidade de Goiás por meio de relatório, pesquisas e comunicados internos, *folders*, rascunhos, entre outros. Além disso, os dados, presentes no site *Viva e Reviva* SEDUC, foram utilizados como fonte de pesquisa, objetivando-se com isso, além de uma fonte considerável de informações, o acesso a dados atuais que pudessem ser agregados a este estudo por meio do material disponibilizado pelo site da SEDUC/GO. O intuito da análise dessa documentação é conhecer melhor os aspectos históricos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* para a compreensão da organização e da sua aplicabilidade nos dias atuais, suas diretrizes e estratégias para o desempenho do mesmo na comunidade local e escolar ocorrido no período de 2000 a 2007, data do último documento impresso pela SEDUC/GO de projetos realizados pelas escolas da Cidade de Goiás.

Assim, metodologicamente, foi analisada a documentação sobre o *Programa Viva e Reviva* e o *Projeto Viva e Reviva Goiás* realizado na Cidade de Goiás: *folders*, questionários, documentos oficiais como convite de lançamento do *Projeto Viva e Reviva* para autoridades, partes do projeto original e relação de escolas que aderiram ao projeto em Goiás, bem como na produção de material visual do *Programa*.

A análise da documentação do *Programa Viva e Reviva* é importante para se pensar qual a perspectiva de educação utilizada e, a partir dela, quais noções educativas devem pautar os projetos de Educação Patrimonial. Todo o esforço é para identificar ações que levem a uma proposta de Educação Patrimonial mediadora de uma construção coletiva de conhecimento, que reconheça uma comunidade como produtora e a importância dos saberes locais. Um conhecimento, enfim, que considere que os bens culturais estão inseridos em contextos próprios de significação e atrelados a uma construção de memórias e identidades em disputa.

Por causa da complexidade e da subjetividade dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental e na observação participativa, estes foram tratados qualitativamente. Na pesquisa documental foi levantada uma grande quantidade de dados, tanto em documentos internos do acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás* quanto no site da SEDUC/GO, facilitando a compreensão e seleção das informações pertinentes.

Além disso, ainda como metodologia, tornou-se necessária a realização de entrevistas com algumas pessoas da equipe que integraram o *Programa Viva e Reviva*. Seguindo as orientações presentes na obra “Educação patrimonial: inventários participativos”, manual de aplicação do Iphan, a preocupação constante está em adotar princípios éticos de pesquisa com o uso responsável e autorizado de imagens e depoimentos obtidos ao longo do levantamento do

material e das entrevistas (FLORENCIO ET AL, 2016). Assim, com base nas discussões acerca da Educação Patrimonial, que valoriza a construção coletiva e dialógica envolvendo o público participante, foram entrevistadas duas professoras integrantes do *Programa Viva e Reviva*: Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges.

Nesse sentido, mesmo que existam limitações inerentes à própria metodologia empregada, uma vez que a abordagem qualitativa está sujeita às interpretações do pesquisador, a consciência do rigor metodológico, que busca o distanciamento do objeto de estudo e a isenção de preconceitos, procurou contrabalançar esta limitação. Vale destacar que, apesar das limitações apresentadas inerentes ao estudo, o método foi capaz de capturar a realidade do *Projeto Viva e Reviva Goiás* para compreender a mudança cultural. Verificou-se que as repercussões do projeto no cotidiano da prática escolar da rede de ensino em questão foram positivas, pois houve a adesão de mais cidades imbuídas do desejo de ressignificar seu patrimônio histórico, dando voz e sentido às suas memórias e suas múltiplas identidades.

O *Projeto Viva e Reviva Goiás* se manteve atuante durante os governos de Marconi Perillo e Alcides Rodrigues nos quais as três secretárias²⁷ de Educação mantiveram o *Projeto* de 1999 a 2010, além de incluírem outras cidades²⁸. Isso foi possível primeiro, pelo fato de os governadores serem do mesmo grupo político e as secretárias de educação estarem alinhadas com o mesmo propósito educacional, incluindo a Educação Patrimonial. Em 2011, o novo secretário entendeu que o modelo adotado precisava ser remodelado e nessa nova direção o *Programa Viva e Reviva* foi descontinuado. O mesmo governo que abraçou a ideia do Programa, investindo material humano e recursos financeiros e tecnológicos foi também o que entendeu, onze anos depois, com um novo gestor²⁹ na pasta, que o mesmo não cabia na nova proposta de educação para o Estado de Goiás. Em 2014, o Iphan lançou a obra “*Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*” tendo como uma das redatoras Sônia Rampim Florêncio, coordenadora da Coordenação de Educação Patrimonial-CEDUC/Iphan e firmou uma cooperação com o MEC. Segundo Florêncio, “A parceria entre Iphan e MEC foi iniciada em 2011, quando a educação patrimonial passou a integrar o macrocampo “cultura e artes”, na ocasião do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II Enep)” (FLORENCIO, 2019, p. 70).

Em relação ao *Programa Viva e Reviva*, a semente havia sido lançada em várias cidades

²⁷ Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira de 1999 a 2001; Eliana Maria França Carneiro de 2002 a 2006 e Milca Severino Pereira de 2006 a 2010.

²⁸ Pirenópolis, Hidrolândia, Jaraguá, Catalão, Jataí e Pilar de Goiás.

²⁹ Thiago Mello Peixoto da Silveira, Secretário de Educação do Estado de Goiás de 2011 a 2015.

e acredita-se que tenha marcado para sempre a história desses locais. E é a partir dessa experiência que se propõe revisitar o *Projeto Viva e Reviva Goiás* com a finalidade de que tal investigação visa contribuir para o desenvolvimento de um o produto voltado para as práticas escolares, buscando compreender as ações interdisciplinares presentes no cotidiano dos professores na sala de aula no que diz respeito à temática da Educação Patrimonial. Quanto às atividades de campo, estas se dividem em dois momentos: o primeiro, direcionado ao levantamento e à análise da documentação do *Projeto Viva e Reviva Goiás*; o segundo, relacionado às ações visando à elaboração do produto educacional.

1.4.1 Descrição das etapas de campo

Em relação ao *Projeto Viva e Reviva Goiás*, buscou-se, primeiramente, coletar dados e informações, sistematizá-los e analisá-los de forma que fosse possível construir algum conhecimento mais específico sobre Educação Patrimonial. Dessa forma, seguiu-se o seguinte roteiro de trabalho:

- 1) Leitura da historiografia selecionada: livros, cadernos do Iphan, entre outros que contêm informações sobre Memória, Patrimônio e Educação Patrimonial.
- 2) Levantamento dos documentos³⁰ do *Projeto Viva e Reviva Goiás* na Cidade de Goiás e contidos no site da SEDUC/GO. Essa coleta de dados teve como objetivo fornecer subsídios para a análise do objeto. Foram coletadas informações sobre as ações de Educação Patrimonial, desenvolvidas pela equipe do projeto em Goiás.

O acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás* encontra-se no colégio Lyceu de Goyaz e está acondicionado em uma sala com dois armários grandes, sendo que em um deles encontram-se todas as pastas, as caixas e os envelopes brancos e pardos, referentes ao projeto. Após abrir armário, caixas, envelopes e pastas, o material foi separado por categoria estabelecida da seguinte forma: 1 – material impresso – *folders* e catálogos; 2 – ofícios e documentos oficiais; 3 – pré-projeto e rascunhos do mesmo; 4 – questionários internos para as escolas e para a comunidade.

Com a separação já realizada, o material foi colocado em ordem cronológica para que se pudesse saber se estava faltando algum material de alguma data. O *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi até 2010, no entanto, o material impresso vai até 2007. Não há mais nenhum material impresso de divulgação após essa data que coincide com a data em que houve mudança de

³⁰ O material das outras cidades encontra-se no site da SEDUC/GO.

gestão na Secretaria de Educação e, como consequência, a professora Lydia Poleck foi exonerada da SUED. O material impresso era feito na gráfica terceirizada da SEDUC/GO que passou a não mais prestar serviços para o projeto. Após a seleção do material, foi feita a sua digitalização.

3) Seleção e análise do material do acervo: seleção de partes relevantes do material consultado; organizado e ordenado de acordo com o seu conteúdo, conferindo sua confiabilidade e confrontando os dados coletados com a problematização construída a partir do objeto de pesquisa.

4) Realização de entrevistas com duas professoras que integraram a equipe do *Programa Viva e Reviva*: Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges.

Os Procedimentos Metodológicos a serem adotados na elaboração do produto em formato de vídeo documentário envolveram as seguintes etapas:

- (1) Elaboração do roteiro;
- (2) Seleção das imagens da fita Mini-DV na qual constam atividades dos subprojetos realizados pelas escolas da cidade de Hidrolândia;
- (3) Seleção de documentos do acervo físico do *Projeto Viva e Reviva Goiás*;
- (4) seleção de trechos da entrevista realizada com duas professoras que fizeram parte da equipe do *Programa Viva e Reviva*;
- (5) Filmagem na Cidade de Goiás;
- (6) Edição do material audiovisual (vídeo-documentário)

Durante o processo de elaboração do roteiro, passando pela seleção dos documentos que entrariam no vídeo documentário até a edição final, deu-se prioridade ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* por ele ser o objeto de pesquisa deste Relatório e conter dados e elementos imprescindíveis sobre as ações realizadas pelas escolas. As imagens das atividades filmadas em Hidrolândia e as da Cidade de Goiás serviram como ilustração no decorrer do vídeo a fim de enriquecer a narrativa e, também, como inspiração para os que tenham interesse em trabalhar a Educação Patrimonial mediante a produção de vídeo documentário. É importante pontuar que o vídeo documentário pode ser usado tanto com alunos da rede pública ou privada quanto com um grupo de estudo, no bairro, nas cidades seja ela de qualquer porte. Assim, o produto, o vídeo documentário *Viva e Reviva Memórias*, além de propor a interação, a conectividade entre as pessoas de uma mesma comunidade e para além do seu espaço geográfico, visa reforçar que esse é um veículo importante na construção e divulgação do conhecimento.

Além disso, possibilita desenvolver uma participação mais ativa de todos os sujeitos a partir da utilização do gênero documental para o registro das suas memórias, do seu patrimônio cultural e dos seus saberes e fazeres. Ao final, o vídeo documentário estará disponível para uso gratuito, no site do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, podendo ser acessado sem restrições de uso para fins de promoção da Educação Patrimonial e para servir como base de inspiração para a realização de outros documentários. Assim, é possível crer que esse meio audiovisual seja capaz de aguçar o interesse de alguma comunidade e, a partir de então, possibilitar alguns avanços nas ações educativas voltadas para o levantamento do patrimônio cultural local.

2. PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS: UM MERGULHO COM PROFUNDIDADE NA HISTÓRIA DE GOIÁS

2.1 Apresentação do Projeto

A proposta deste trabalho é analisar o material relacionado ao *Programa Viva e Reviva* executado pela Superintendência de Educação a Distância (SEDUC/GO) para assim, compreender seus objetivos gerais e protocolos de operacionalização. Do mesmo modo, objetiva-se identificar a concepção de Educação Patrimonial presente no projeto em estudo.

Nesse sentido, percebe-se que, imbuído do desejo de fomentar projetos para o fortalecimento da identidade cultural e da apropriação da sua própria história, provavelmente levado pela atmosfera de cidade histórica com prédios tombados e museus com acervos de relevância histórica para Goiás, o *Programa Viva e Reviva* foi pensado para as escolas. Além das questões do processo de tombamento, as ações de educação patrimonial são capazes de reconstruir o imaginário de diferentes modos de perceber as narrativas identitárias. Com isso, o projeto piloto *Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás* propunha o diálogo entre a escola, a comunidade, a cidade e seu patrimônio cultural. Essa proposta foi acolhida por diretores, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e toda a comunidade vilaboense.

Assim, cada detalhe, linha, rascunho e rasura, identificados no acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, representa uma preocupação em criar uma proposta marcada pela valorização da Cidade de Goiás e de seus habitantes. Todos os envolvidos no processo contribuíram para o nascimento e o amadurecimento da ideia de fazer um projeto de Educação Patrimonial que servisse de modelo para as novas gerações. No contexto em que a Cidade de Goiás estava se preparando para receber o título de Patrimônio da Humanidade, a comunidade escolar e local tornou-se responsável pela ação educativa que seria uma experiência coletiva e ao mesmo tempo individual, sem perder, no entanto, o contato com sua terra e suas raízes, ambas amálgamas do mesmo fio que ligava os sujeitos às suas memórias e ressignifica suas identidades.

Dentre o acervo analisado nesta pesquisa, destaca-se um documento de duas páginas, escrito à mão, intitulado “Síntese do *Projeto Viva e Reviva Goiás*”. Nele consta que o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi uma sugestão da então secretária de Educação do Estado de Goiás, professora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira que defendia a ideia de que era necessário implantar ações que despertassem em toda a comunidade local o sentimento de ressignificação

dos patrimônios material e imaterial que compõem a cidade. Por esse motivo, a preocupação era apresentar uma proposta que propiciasse:

[...] a toda a comunidade estudantil bem como de forma extensiva à sociedade local a apropriação, valorização e preservação da identidade cultural vilaboense. [...] Conforme a especificidade da Unidade Escolar cada um tem a sua história de vida, uma identidade cultural mais caracterizada em relação ao meio ambiente onde se acha inserida. Frente a isto, cada escola tem liberdade de estabelecer em seu subprojeto. (APVRG - “SÍNTESE DO PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS”, p. 1).

A Superintendência Regional de Educação da Cidade de Goiás estabeleceu as diretrizes gerais comuns a todos os subprojetos que viriam a fazer parte do *Projeto Viva e Reviva Goiás* com o objetivo de que cada um pudesse abranger a área de atuação que melhor atendesse às expectativas dos proponentes. No documento “Síntese do *Projeto Viva e Reviva Goiás*” consta o relato de que se realizaram sessões de estudos e planejamento, a fim de lançar oficialmente o *Projeto* e os subprojetos e, a partir daí, desencadear uma série de estratégias com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Essas estratégias foram colocadas em um cronograma seguido pela equipe técnica. A equipe era composta pelos profissionais da SEDUC/GO, da Subsecretaria Regional de Educação da Cidade de Goiás, do Iphan-GO e das demais associações e entidades afins da Cidade de Goiás que, juntos, escreveram os objetivos e pressupostos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. O propósito era que as escolas públicas e privadas aderissem ao *Projeto* a partir do seu lançamento em um evento no qual toda a comunidade escolar e local estivesse presente e participasse da construção desse *saber e fazer* da história.

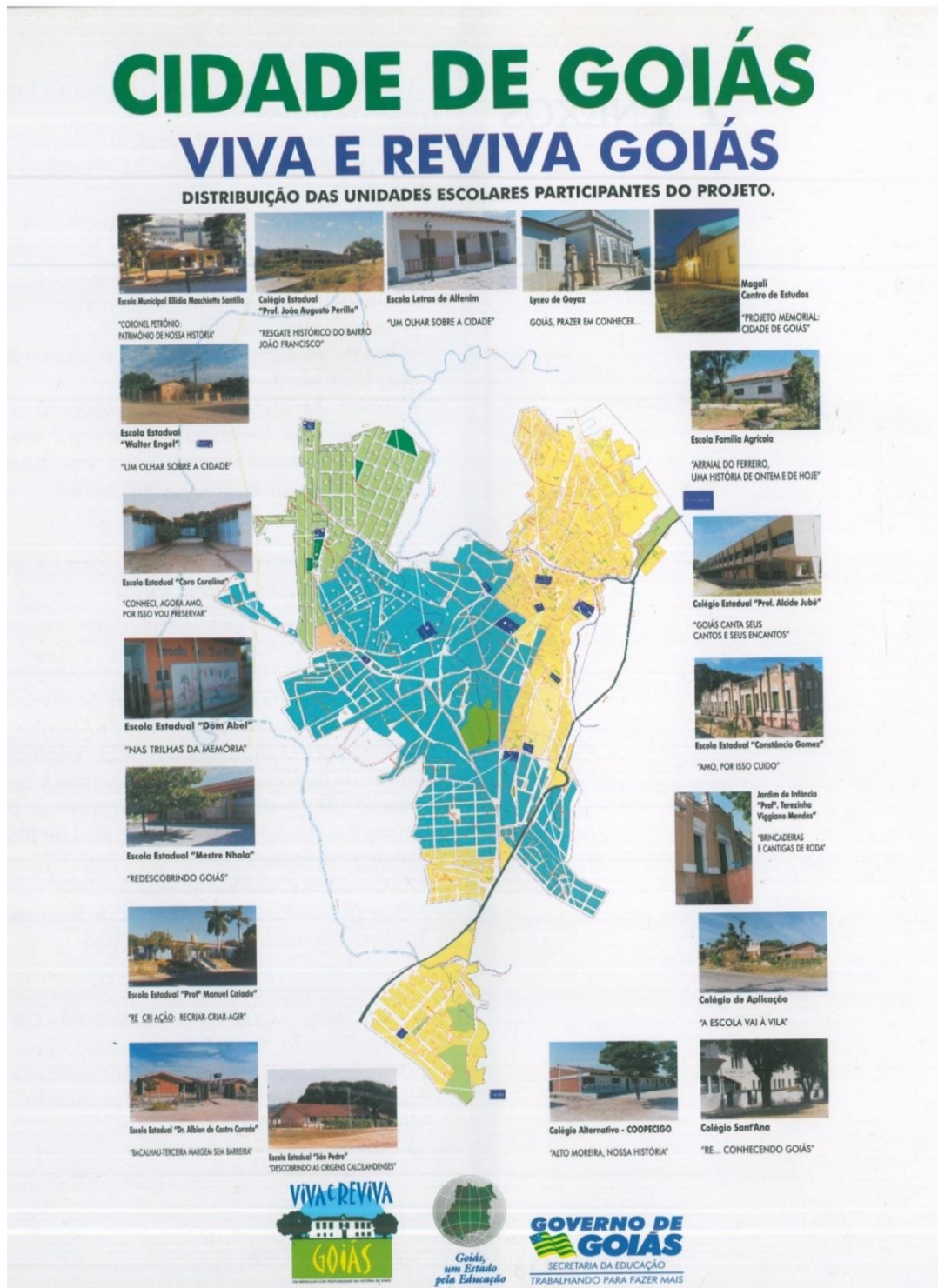
Após a fase de lançamento, as escolas locais decidiam se iriam participar do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Na apresentação do *Projeto*, há uma passagem que mostra a exata dimensão do envolvimento das escolas com o programa e a decisão de dar continuidade a ele mesmo após o período da candidatura da cidade ao título de Patrimônio da Humanidade.

O *Projeto Viva e Reviva* (Goiás) foi encampado por todas as escolas estaduais, particulares e uma municipal tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio. Em virtude dessa aceitação e abrangência a toda comunidade estudantil, a 17ª Subregional do Iphan deixou de executar o *Projeto Conhecer Para Preservar, Preservar Para Conhecer* que tinha como público apenas a 3ª Série do Ensino FUNDAMENTAL. (APVRG – PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS, 2000).

Em 2000, o projeto foi lançado oficialmente na Cidade de Goiás. Em seguida, teve a

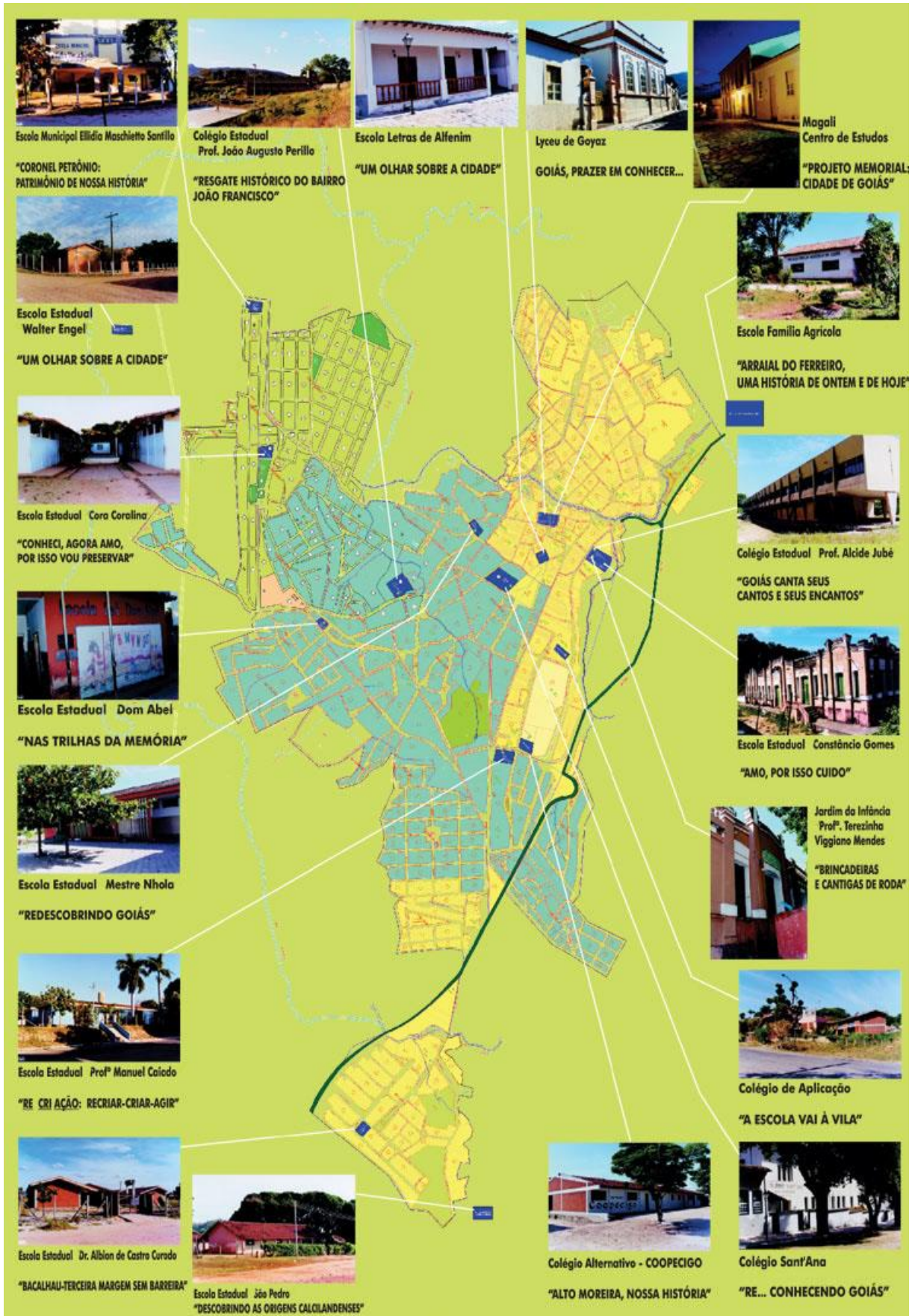
adesão de dezenove escolas do município goiano, que entenderam a proposta como uma forma de se sentirem representadas naquilo que elas tinham como identidade, seja no patrimônio material ou imaterial. Essas instituições são apresentadas pelas imagens a seguir.

Figura 5: As escolas da cidade de Goiás que aderiram ao Projeto



Fonte: APVRG – Relatório de 2002, p. 114.

Figura 6: Mapa com a localização das escolas da cidade de Goiás



Fonte: Site *Viva e Reviva* - SEDUC/GO

As duas imagens que apresentam as dezenove escolas que aderiram ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* fazem parte do acervo do *Programa Viva e Reviva*. A primeira integra o Relatório de 2002, e a segunda está no site *Viva e Reviva*. Ambas contêm o mapa da Cidade de Goiás no centro e, ao redor dele, as fotos das fachadas das escolas, seus nomes e os títulos dos subprojetos. Nota-se que havia uma intenção de que os trabalhos das escolas ficassem conhecidos no Estado de Goiás, e que um dos objetivos era a divulgação do *Projeto Viva e Reviva Goiás* para todo o estado, a fim de que gestores de outros municípios fossem contagiados pela ideia e a levassem para suas cidades. Na segunda imagem, podemos identificar no mapa da Cidade de Goiás a localização das dezenove escolas que aderiram ao *Projeto*. Algumas estavam no centro histórico, outras, distribuídas em diversos bairros da cidade, abarcando assim toda a comunidade vilaboense. Como exemplo das regiões abarcadas, temos o Setor Comercial Coronel Petrônio, Setor Bacalhau, Setor Carioca, Setor Central, entre outros.

Nessa perspectiva, o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, além de abarcar as experiências de educação patrimonial anteriormente realizadas na Cidade de Goiás e pensadas por educadores, tornou-se uma proposta mais ampla. Num dos documentos, com observações acerca de reuniões técnicas, consta que:

[...] é um projeto [Viva e Reviva] muito mais abrangente do que o nosso porque ele não pega as crianças da 3ª e 4ª série do ensino fundamental, ele pega todo o ensino, até a Universidade Estadual de Goiás. Existe um projeto básico e cada escola monta o seu subprojeto de acordo com o bairro onde está inserido, o professor prepara, junto com aquela comunidade o que eles querem discutir, o que vão fazer, como é que vão tratar a questão. E o Iphan tem apoiado de diversas maneiras com palestrantes, muitas vezes buscando o material que falta na escola. Para nós tornou-se muito mais viável, podemos ajudar todo ano e, por outro lado, todos participam. (REUNIÃO TÉCNICA, 2004, p. 158).

Tanto o patrimônio material como o imaterial eram os elementos principais dessa experiência, cuja pretensão consistia em que os sujeitos da Cidade de Goiás mergulhassem em seu passado para juntos ressignificarem o presente e o futuro daquela comunidade como protagonistas da sua própria história. Por essa razão, uma das diretrizes da Secretaria de Estado da Educação de Goiás era propor que os envolvidos no projeto aprendessem a conviver e a ressignificar os valores culturais e históricos da comunidade na qual a escola está inserida.

2.2 A adesão das escolas da Cidade de Goiás

Assim, a partir da experiência do projeto piloto lançado em 1999 na Cidade de Goiás, a intenção era levar o *Programa Viva e Reviva* a outros municípios do estado, conforme se

pode observar a seguir:

Pelo êxito alcançado, dada a capacidade de desenvolver propostas das escolas sob a coordenação da Subregional de Goiás e ao sucesso alcançado, essa ação estendeu-se a Pirenópolis, Monte Alegre, Jaraguá, Silvânia, Catalão, Morrinhos além da versão Viva e Reviva/Bairros de Goiânia. (*FOLDER DE LANÇAMENTO DO PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Das cidades citadas acima, não temos registros documentais no acervo do *Programa Viva e Reviva* e no site da SEDUC/GO de Monte Alegre, Silvânia e Morrinhos. É possível que elas tenham aderido ao programa, mas não tenham finalizado os subprojetos. Essa observação se dá pelo fato de não ter sido encontrado nenhum *folder* de divulgação, já que era praxe a impressão destes para a apresentação dos subprojetos para toda a comunidade em eventos com a presença das autoridades locais.

A proposta teve um impacto na Cidade de Goiás, primeiro pela ousadia de propor algo que não estava pronto e acabado, mas que começaria no momento em que houvesse adesão dos convidados. Além disso, os governos estadual e municipal e as instituições federais e as locais apoiaram integralmente a ação educativa em diferentes instituições, dentre as quais a Casa de Cora Coralina, o Museu das Bandeiras, o Museu das Artes Sacras e o Palácio Conde dos Arcos, que fazem parte do patrimônio cultural da Cidade de Goiás, tombados pelo Iphan. Foram vinte e quatro órgãos governamentais e não governamentais que colaboraram de forma espontânea para a realização do *Projeto*. Dentre estes, destacamos, além dos já citados acima, a OVAT, o Gabinete Literário Goiano e o Movimento Pró-Cidade de Goiás (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 27).

No Relatório da Secretaria de Educação do Estado de Goiás menciona-se que, no dia 04 de junho de 2000, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi lançado durante uma cerimônia no Palácio Conde dos Arcos, contando com a presença de autoridades³¹ do Estado de Goiás e do Brasil. Nesse documento oficial consta que o *Projeto*, idealizado pela Secretaria de Educação e executado pela Subsecretaria Regional de Educação de Goiás com a participação de todas as escolas da Cidade de Goiás, propicia:

[...] às escolas a apropriação, valorização e preservação do patrimônio

³¹ Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Junior; Secretária de Educação Estadual Prof.^a Raquel F. Alessandri Teixeira; representante da UNESCO no Brasil, Dr. Jorge Werthein; embaixador do Brasil em Marrocos, Dr. Lauro Cruz; Secretário Municipal de Educação de Goiânia, Prof. Jonathas Silva; Secretário de Saúde do Estado de Goiás, Dr. Fernando Passos Cupertino de Barros; Secretária Regional de Educação de Goiás, Prof.^a Valdenice Borges Peres e a Coordenadora do Departamento Pedagógico de Goiás, Prof.^a Seila Maria Vieira de Araújo.

cultural de Vila Boa, fortalecendo sua identidade. Realiza ações que oportunizarão consolidarem-se enquanto agente social que atua de maneira consciente, mantendo nossos valores materiais e imateriais para transmitir nossa identidade às gerações atuais e futuras. (APVRG-RELATÓRIO DA SEE, 2000, p. 1).

No Relatório, intitulado “Atividades desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação, por meio da Subsecretaria Regional de Educação junto às Unidades Escolares/2000”, são mencionados três encontros entre 21 de fevereiro e 13 de março de 2000 para discutir, implementar e avaliar o *Projeto Viva e Reviva Goiás* com as unidades escolares com o objetivo de torná-lo realidade.

O primeiro encontro ocorreu em 21 de fevereiro de 2000, na Casa de Cora Coralina, com a presença da professora Raquel Teixeira. Nesse encontro, a então secretária de Educação lançou oficialmente o *Projeto Viva e Reviva Goiás* com a Superintendência Regional de Educação, cujo trabalho de convencimento junto às escolas só fortaleceria a causa chamada “Goiás Patrimônio da Humanidade”.

O segundo encontro aconteceu no dia 23 de fevereiro do mesmo ano no auditório da Subsecretaria Regional de Educação, na Cidade de Goiás, onde foi formada uma comissão para ser a interlocutora das escolas, reforçando a importância da candidatura da Cidade de Goiás ao título de Patrimônio da Humanidade. Nessa reunião, foram elaboradas as orientações gerais para a escolha dos temas para os subprojetos, levando em conta as particularidades de cada escola e de sua região.

O terceiro encontro, no dia 13 de março de 2000, também ocorreu no auditório da Subsecretaria Regional de Educação. Teve como pauta, para fins de apreciação e aprovação, a apresentação do *Projeto Viva e Reviva: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás* para a professora Lydia Poleck. Os passos seguintes foram o lançamento oficial e a execução do *Projeto Viva e Reviva* (APVRG-RELATÓRIO DA SEE, 2002, p. 33 a 36).

Após o lançamento, a meta do *Projeto Viva e Reviva Goiás* era atingir diretamente as escolas do município da Cidade de Goiás. Todas as escolas se inscreveram, mas, no final de 2000, somente dezenove unidades escolares da cidade aderiram e conseguiram propor e realizar os subprojetos com temáticas variadas e voltadas para o patrimônio cultural, envolvendo a memória e a identidade local. Os diferentes temas abarcaram tanto o patrimônio material como o imaterial, cobrindo basicamente os elementos que compõem a cultura vilaboense.

O desejo de olhar, redescobrir, sentir a cidade como sendo parte da sua história, e da

memória coletiva que compõe o tecido patrimonial dessa comunidade está expresso na maioria dos temas dos subprojetos, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 2: Escolas e subprojetos apresentados

Nome da Escola	Título do subprojeto
Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo	“Coronel Petrônio: Patrimônio de Nossa História”.
Escola Letras de Alfenim	“Um Olhar Sobre a Cidade”.
Colégio Estadual Prof. João Augusto Perillo	“Resgate Histórico do Bairro São Francisco”.
Lyceu de Goyaz – Goiás	“Prazer Em Conhecer...”.
Magali - Centro de Estudos	“Projeto Memorial: Cidade de Goiás”.
Escola Estadual Dom Abel	“Nas Trilhas da Memória”.
Escola Estadual Mestre Nhola	“Redescobrimo Goiás”.
Escola Estadual Prof. Manuel Caiado	“RE CRI AÇÃO: Recriar Criar Agir”.
Escola Estadual Dr. Albion de Castro Curado	“Bacalhau Terceira Margem Sem Barreira”.
Escola Estadual São Pedro	“Descobrimo as Origens Calcilandenses”.
Colégio Alternativo – COOPECIGO	“Alto Moreira, Nossa História”.
Colégio Sant'Ana	“RE... Conhecendo Goiás”.
Escola Estadual Constâncio Gomes	“Amo, Por Isso Cuido”.
Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé	“Goiás Canta Seus Cantos e Encantos”.
Escola Família Agrícola	“Arraial do Ferreiro, Uma História de Ontem e de Hoje”.
Jardim da Infância Prof. Terezinha Viggiano Mendes	“Brincadeiras e Cantigas de Roda”.
Colégio de Aplicação	A Escola Vai à Vila’.
Escola Estadual Walter Engel:	“Um Olhar Sobre a Cidade”.
Escola Estadual Cora Coralina	“Conheci, agora Amo, Por Isso Vou Preservar”.

Fonte: APVRG - Relatório 2002.

Cada escola precisava inicialmente escolher um tema a ser desenvolvido em conjunto por alunos, professores e pela comunidade e construir o projeto a muitas mãos e memórias. Do mesmo modo, devia seguir um cronograma de atividades elaborado a partir de discussões entre a equipe. Pela análise do cronograma, que ia de fevereiro a novembro, observa-se que foram necessários quatro meses desde a ideia da implantação do *Projeto Viva e Reviva Goiás* até o lançamento previsto, em junho.

Em 13 de março de 2000, foi constituída, na Subsecretaria Regional de Educação, uma comissão central responsável pelo assessoramento teórico e de pesquisa aos participantes durante toda a execução do *Projeto*. Essa comissão era responsável por organizar as palestras,

oficinas e encontros de avaliação dos subprojetos junto aos professores.

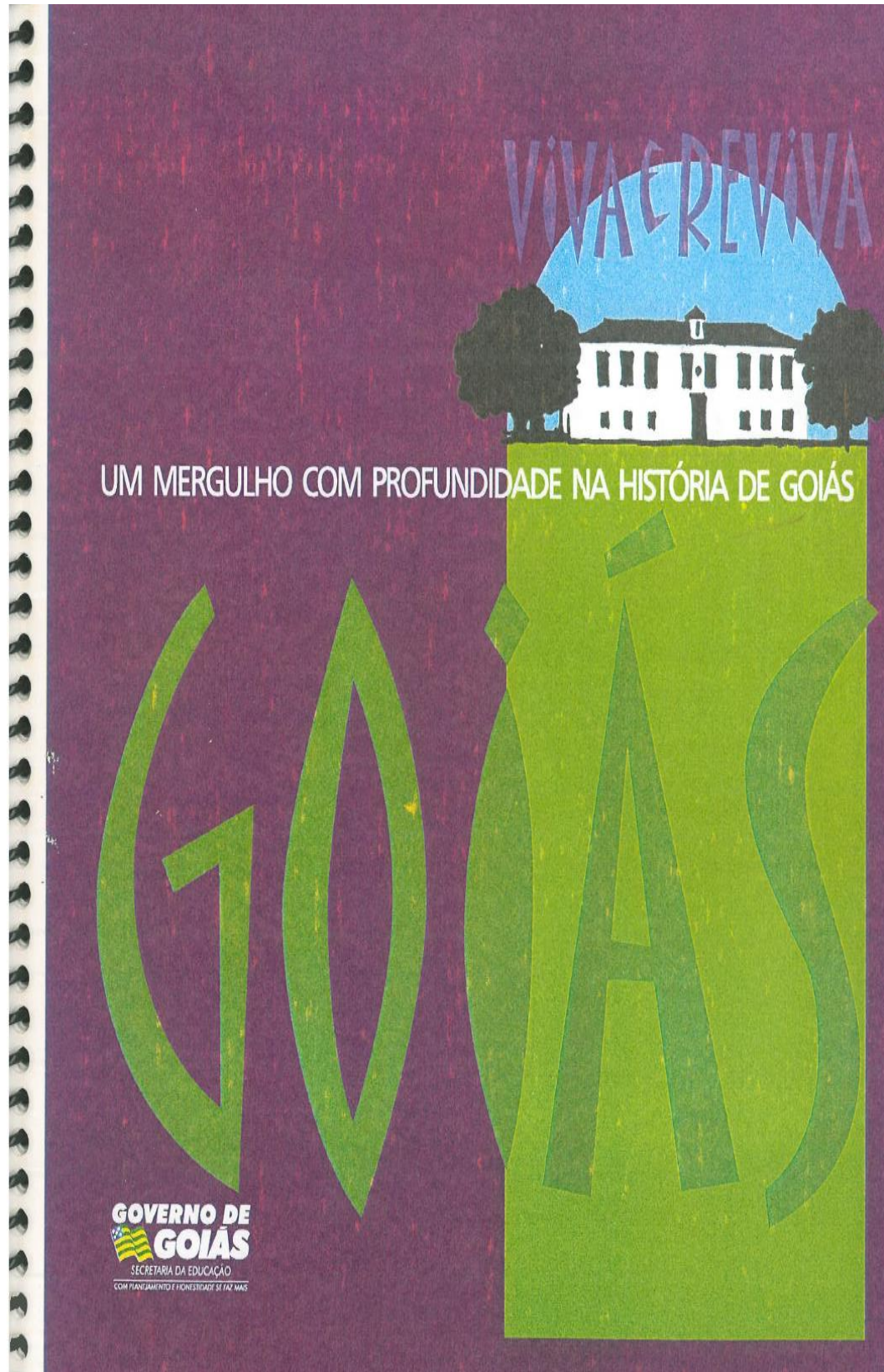
Assim, todos os envolvidos no *Projeto* começavam a refletir sobre suas próprias referências culturais, sobre o local onde moram e sobre o patrimônio material e imaterial de sua comunidade. Em seguida, iniciava-se a escrita do subprojeto da escola que havia aderido ao programa. As instituições de ensino iniciavam o processo de pesquisa entre os docentes e discentes, trabalhando em conjunto com parceiros e a comunidade. Por fim, o trabalho era enviado para a equipe do *Programa Viva e Reviva* para ser revisado e validado. A partir daí começava a execução das ações práticas, que podiam ser: produção literária e a confecção de um livreto; pesquisa documental e de campo; coletas de dados por meio de visitas *in loco*; levantamento do histórico de uma região, bairro ou local histórico; pesquisa bibliográfica; propostas de palestras sobre o tema escolhido; feiras de artes, cultura e ciências; produção de hinos, poemas, apresentação de peças de teatro escritas pelos alunos, danças, filmes e documentários etc.

O *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás* foi uma espécie de passo a passo para a construção dos subprojetos. Assim, constavam justificativas, objetivos, metas e demais elementos, abarcando todas as etapas realizadas desde a adesão ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* até o seu lançamento e apresentação dos subprojetos para a comunidade. No resultado do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, escrito pela Subsecretaria Regional de Goiás em fevereiro de 2002, foi mantida a proposta inicial. Observa-se na figura 7 a capa do *Projeto*, ou projeto piloto, na sua versão final com espiral, sem data e sem numeração de páginas. Como podemos perceber, na capa do projeto piloto (figura 7), identifica-se no canto superior direito a imagem do Museu das Bandeiras (MUBAN)³², antiga Casa de Câmara e Cadeia. Essa é a logomarca do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, que aparece em todas as capas dos *folders* produzidos entre os anos de 2001 e 2007. Nas figuras 8 e 9, apresentamos quatro modelos deles: o primeiro é de 2001; o segundo, de 2002, é um convite para o lançamento do projeto; o terceiro *folder*, uma apresentação dos temas dos subprojetos das escolas desenvolvidos em 2006; o quarto *folder*, de 2007, refere-se à implementação do acervo do Centro de Referência Histórica da Escola em Goiás.

No capítulo “Apresentação”, do *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás*, já havia a proposta de ampliação para envolver escolas de outros municípios, visando fortalecer e revitalizar a identidade da escola pública goiana.

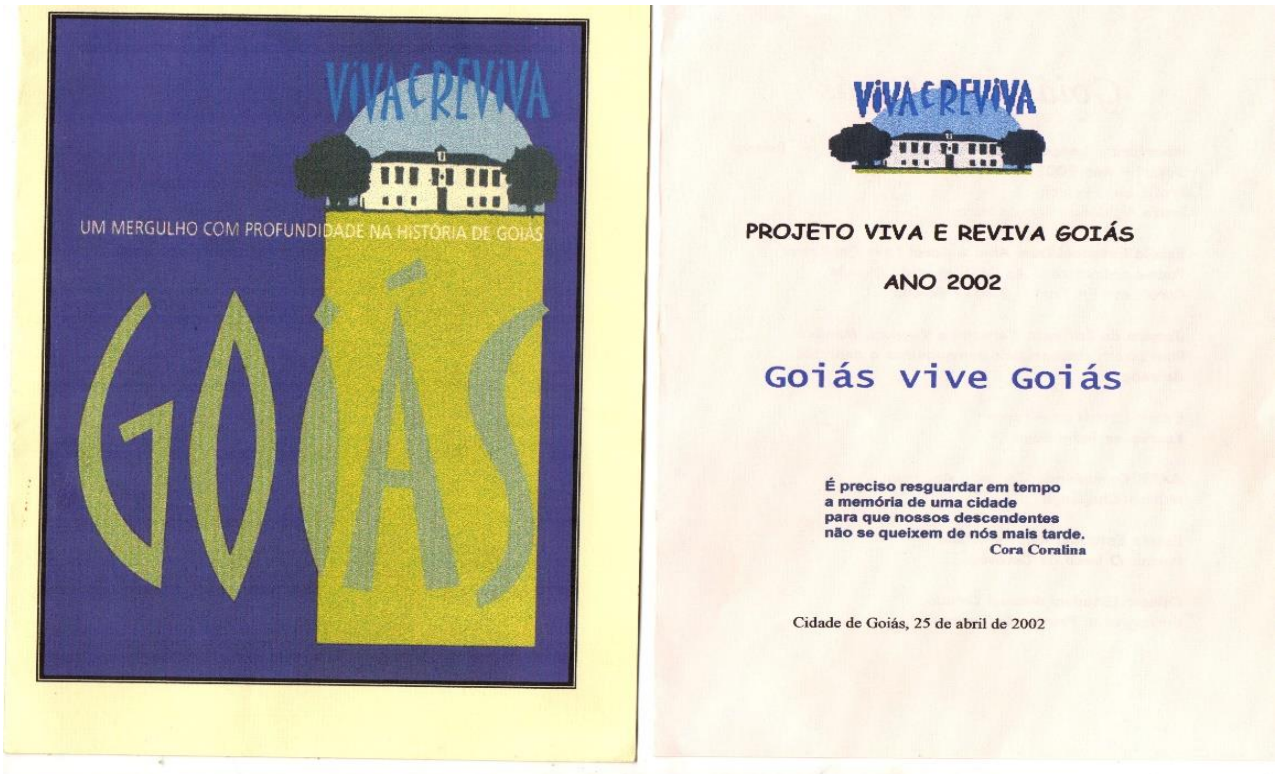
³² O Museu das Bandeiras (MUBAN), criado em 1954, está instalado no edifício da antiga Casa de Câmara e Cadeia, que foi construído em 1766.

Figura 7: Capa do *Projeto Viva e Reviva Goiás*



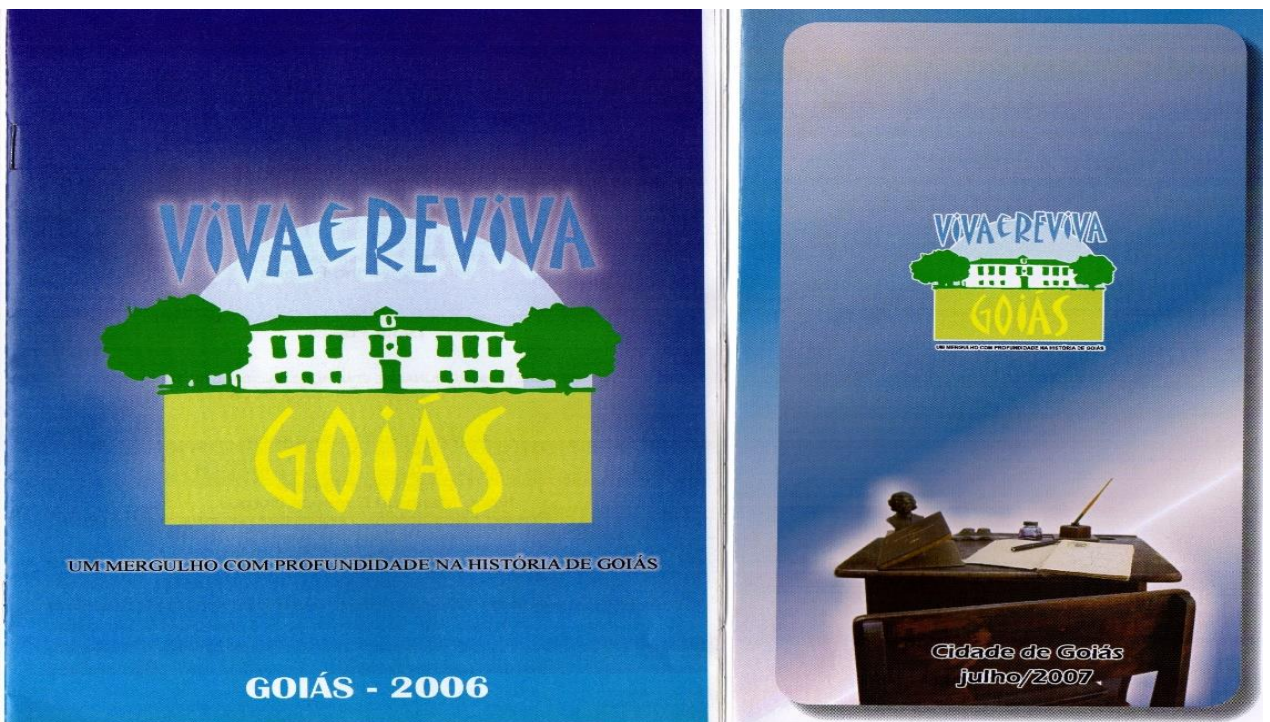
Fonte: APVRG - *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

Figura 8: Capas de folders do Projeto Viva e Reviva Goiás 2001 e 2002



Fonte: APVRG – Projeto Viva e Reviva Goiás

Figura 9: Capas de folders do Projeto Viva e Reviva Goiás 2006 e 2007



Fonte: APVRG – Projeto Viva e Reviva Goiás

Na “Apresentação”, a professora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, então secretária de Educação, finaliza:

Em cada comunidade, em cada escola há uma produção social que necessita ser registrada, organizada e apropriada pelas gerações atual e futura. Nada melhor do que ter a comunidade e a escola como forças atuantes e transformadoras da sociedade ao longo de sua história (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Para Maria Célia Santos, os projetos ainda abordam temas sobre cultura, patrimônio e tradição como sendo separados das comunidades e de seus sujeitos sociais, tornando-os dissociados do cotidiano da escola e da realidade do professor e dos seus alunos. Com isso, persiste a ideia equivocada de que o patrimônio cultural é algo que permanece no passado, sem nenhuma relação com o presente, com a vida presente, cabendo aos sujeitos apenas a contemplação passiva dele. É preciso repensar a tradição, a reconstrução do seu legado cultural a partir de uma base referencial, a qual deverá ser a missão primordial da escola. Do mesmo modo, a autora atenta para a pesquisa como princípio educativo, voltada para constituir uma relação concreta entre educação e cultura, “visando à apropriação, à reapropriação e à criação de novos patrimônios culturais” (SANTOS, 2008, p. 5).

Seguindo esses pressupostos, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* começou pelas escolas e com a participação de toda a comunidade local. No entanto, havia uma preocupação da equipe para que os professores não ficassem sobrecarregados no desenvolvimento dos subprojetos e, por consequência, para que não houvesse uma possível resistência da parte deles. Assim, a equipe da subsecretaria encontrou uma forma de encaixar os temas nas disciplinas já trabalhadas em sala de aula. Também elaborou um roteiro que serviu como base para a escolha dos temas dos subprojetos dentro das atividades já previstas nas disciplinas. Dessa forma, o *Projeto* integrou-se de maneira harmônica ao cotidiano da escola, criando uma nova dinâmica na rotina dos alunos, professores e de toda a comunidade.

Os próprios discentes, sob a orientação dos professores, saíam a campo para fazer as pesquisas junto à comunidade, dando voz aos sujeitos sociais e revivendo as histórias esquecidas naquele tempo e espaço. Nesse processo de Educação Patrimonial de recuperação das memórias da cidade e de suas narrativas de identidade, a discussão sobre o patrimônio cultural foi levada para dentro da escola.

A esse respeito, Ivone Maria da Fonseca Borges ressalta que o *Viva e Reviva* era um programa em que os alunos pesquisavam e que, quando eles executavam essas ações de investigação, passavam a se reconhecer em seu espaço, em sua escola e em sua cidade.

O aluno tinha que pesquisar, então ele tinha que interagir com as outras pessoas da comunidade, com os saberes dos mais velhos. O *Viva e Reviva* dava apenas um norte sobre o que ele poderia fazer porque às vezes eles ficavam perdidos com a quantidade de temas que poderiam ser explorados naquela cidade. Então, era aí que a gente entrava para ir delimitando. Olha, esse você tem mais material de pesquisa, nesse outro você vai conseguir trazer para a sociedade um conhecimento que outros não têm. Então, esse era o nosso trabalho. E com isso a gente ajudava onde eles precisavam de ajuda, que era na organização das ideias e das pesquisas, mas tudo era produzido por eles. Nunca um tema foi reprovado. O que a gente fazia às vezes eram pequenos recortes onde estava extenso e ele não conseguia fechar o projeto. Eu achava muito lindo, isso (Ivone, entrevista concedida em 14/04/2021).

Outro aspecto observado refere-se à separação dos tópicos em categorias de elementos: patrimônio natural, cultural e histórico. Conforme descrito no documento de papel timbrado da Subsecretaria Regional de Educação de Goiás para as unidades escolares, cujo título também é *Projeto Viva e Reviva Goiás*, essa divisão foi realizada somente para efeito didático com a finalidade de facilitar a elaboração do roteiro a ser planejado e estudado durante a execução do *Projeto Viva e Reviva Goiás* em cada unidade escolar.

Todavia, ressaltavam ainda que tinham consciência de que esses tópicos são interdisciplinares e que estão presentes nos conteúdos de várias matérias, o que impossibilita separá-las, como foi sugerido no esquema proposto aos professores. O patrimônio natural, por exemplo, estava subdividido em ambiental, físico, ecológico e atrativos naturais, que estavam ligados à natureza e que compõem os atrativos turísticos da cidade. Já a categoria de Patrimônio Cultural ressaltava os aspectos arquitetônico, cultural e de usos e costumes. Por último, o Patrimônio Histórico, descrito em função do título de Patrimônio da Humanidade, tinha como foco a memória individual e coletiva: “Fator decisivo na construção da identidade e cidadania cultural, recuperação de história incluindo a apropriação do presente para preservar nossa identidade cultural” (DOCUMENTO AVULSO, SRE/GO, 2000).

Do ponto de vista da concepção de material didático-pedagógico, esse documento pode ser classificado como um roteiro, um material auxiliar para professores e alunos pensarem nos temas para os subprojetos. Além disso, ele sugere questões a serem exploradas no raio de atuação da escola em relação ao tema escolhido, como, por exemplo, a origem do bairro (como surgiu, por que surgiu, origem do nome, época de criação, por quem foi fundado etc.) e o estado de conservação do bairro.

A essas questões, seguiam-se outras, acerca da origem do nome da rua, se ela tem apelido, como e por que deste, qual a relação entre o apelido e fatos históricos da época etc. Incluía-se também os moradores mais antigos do bairro por meio de mais questões, como:

“quem são, o que faziam e hoje fazem, pois todos têm histórias interessantes para contar sobre as transformações ocorridas em seu bairro” (DOCUMENTO AVULSO, SRE/GO, 2000). Percebe-se, pela análise, que, até chegar ao produto final, havia um trabalho diário, laborioso, construído de forma lenta e sistemática que levava em média um ano, pois havia protocolos e um cronograma a serem seguidos.

No item “Operacionalização” do *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho com Profundidade na História de Goiás*, estavam previstas duas fases: a preparatória e a de execução. A primeira etapa consistia em reuniões envolvendo as entidades e organizações da Cidade de Goiás, com o objetivo de formar uma comissão para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do *Projeto*. Essa comissão deveria estabelecer parcerias com diversas entidades e organizações públicas e privadas da cidade, com a finalidade de sensibilizá-las para a importância do engajamento delas no projeto.

Assim, era função da comissão fazer o lançamento do *Projeto* e dialogar com órgãos competentes sobre qualquer decisão que envolvesse um bem público. Além disso, ela também deveria subsidiar as unidades escolares na elaboração dos subprojetos, ressaltando que as atividades a serem desenvolvidas deveriam conter justificativa, objetivos, duração, forma de desenvolvimento, cronograma, área de atuação, acompanhamento e avaliação. Nessa fase do *Projeto*, a comissão fez reuniões, elaborou questionários e acompanhou os subprojetos (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

A segunda etapa era a de execução, na qual deveriam ser registradas todas as atividades desenvolvidas por meio de relatórios, filmagens, depoimentos etc. Essa fase era marcada por reuniões para trocas de experiências, acompanhamento, orientações e avaliação das ações executadas. Finalizava-se o projeto na praça ou em um local público da cidade com um evento para exibir o vídeo com os trabalhos desenvolvidos pelas unidades escolares, também com exposições e apresentações feitas pelos alunos.

Segundo Rosaura, nas cidades que haviam aderido ao *Programa Viva e Reviva*, o que as pessoas das comunidades mais queriam era que se fizesse um vídeo contando a história deles.

Eles queriam se ver na tela, mostrar que eles tinham uma identidade, uma memória que era só deles. E quando o vídeo era exibido na praça da cidade, mesmo tendo a questão política envolvida, pois era um projeto de governo, o mais importante naquele momento era que eles queriam ver a tradição deles registrada em vídeo e exibido em praça pública. Esse era o ápice do acontecimento para aquela comunidade que participou da execução do projeto. Mostrar que eles têm identidade, memória e história. Também tinha um livreto, distribuído no dia do evento, com o nome da professora, dos alunos que participaram, suas fotos e um pequeno resumo de cada subprojeto, o que

para eles era, também, motivo de orgulho. Isso era recorrente em todas as cidades em que o projeto foi executado (Rosaura, entrevista concedida em 09/02/2021).

Um capítulo à parte no *Projeto Viva e Reviva Goiás* é o da construção do Centro de Referência Histórica da Escola em Goiás (CRHE), meta incluída e realizada em 24 de julho 2000, com a criação do centro, que, no entanto, foi inaugurado com todo acervo restaurado e higienizado só em 2007, na gestão da professora Milca Severino Pereira, secretária de Educação/SEDUC e Celene Cunha M. A. Barreira, superintendente da SUED. A divulgação do lançamento do acervo do Centro de Referência Histórica da Escola em Goiás, em julho de 2007, foi feita para toda a comunidade local e escolar.

Como podemos ver nas imagens abaixo, o *folder* de lançamento do CRHE foi feito na época em formato A4 pela gráfica da SEDUC/GO. Nele, consta a assinatura da superintendente de Educação a Distância, a professora Celene Cunha. O texto das páginas internas tem caráter informativo como parte da devolutiva para a comunidade, em especial às escolas que não só acompanharam o trabalho, mas também auxiliaram na busca de materiais que enriquecessem o acervo.

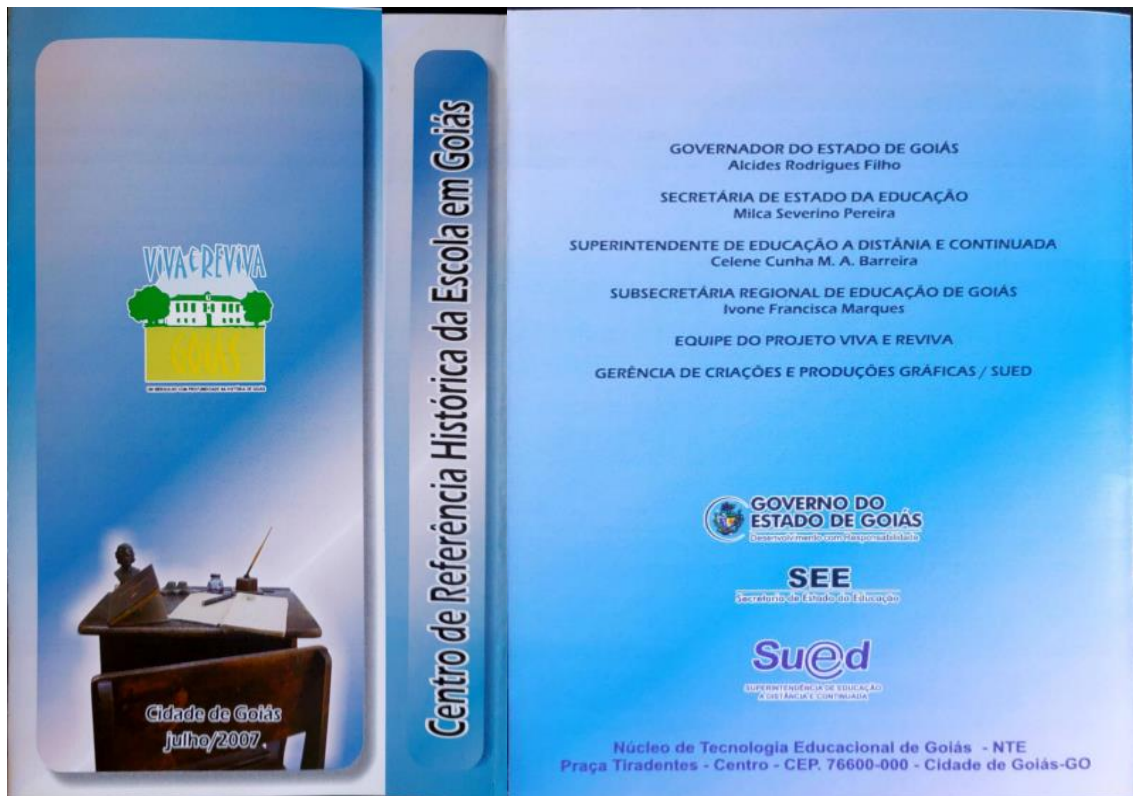
O texto ressalta ainda o fortalecimento da identidade, da memória e da preservação do nosso patrimônio cultural. Numa das fotos que integra o *folder*, identificam-se materiais e mãos com luvas, como representação das pessoas que trabalharam no acervo, reconhecendo, assim, a importância do ofício de um profissional que lida com acervos e documentos.

A criação do CRHE, que abrigaria o acervo documental do Lyceu de Goyaz, em Goiânia, entrou como proposta no quarto item, dos “Objetivos gerais” do *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás*, com o seguinte texto, que foi mantido no projeto final: “Criar, coletar, equipar e organizar um Centro de Referência Histórica da Escola em Goiás – CRHE, bem como divulgá-lo, para que a Comissão constituída adquira e ofereça suporte material e bibliográfico aos participantes deste Projeto, à comunidade e a todos que se interessam pela nossa história” (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Essa era a realização de um sonho antigo e acalentado por décadas pela comunidade vilaboense, que viu no *Projeto Viva e Reviva Goiás* a oportunidade de trazer de volta a história do Lyceu de Goyaz. Essa foi uma das metas alcançadas pelo *Projeto* que teve um processo de sete anos de duração, desde a sua criação até a efetivação de todos os procedimentos necessários para preservação, restauração e abertura do acervo ao público.

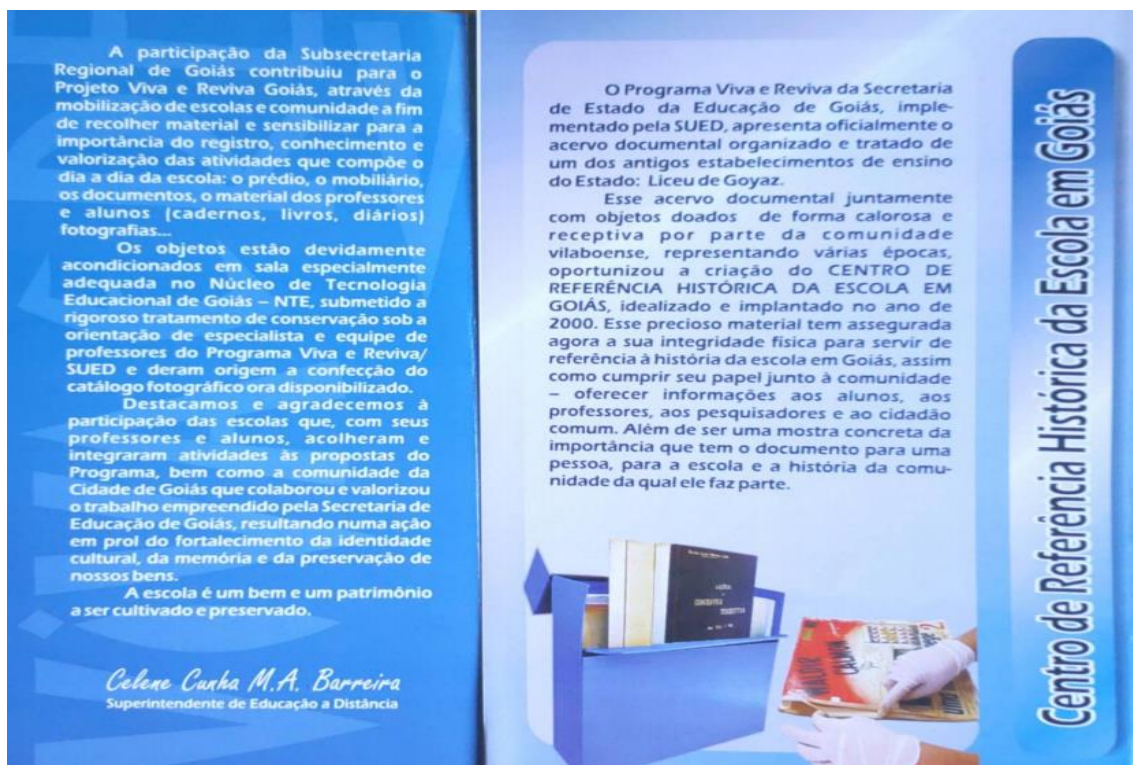
As figuras 10 e 11 são os *Folders* do lançamento do CRHE:

Figura 10: Folder do lançamento do CRHE (capa e contracapa)



Fonte: APVRG – Projeto Viva e Reviva Goiás

Figura 11: Folder do lançamento do CRHE (interno)



Fonte: APVRG – Projeto Viva e Reviva Goiás

Sensibilizados com a proposta do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, o Lyceu de Goiânia³³ detentor de documentos do Lyceu de Goyaz, desde a transferência da capital para Goiânia, em 1927, devolve-o à cidade de origem como acervo a ser incorporado ao Centro de Referência Histórica da Escola de Goiás. Todo documentário lá existente está sendo tratado e higienizado por uma especialista especialmente contratada pela Secretaria de Estado da Educação, a fim de ser devidamente acondicionado e armazenado no referido Centro. O Centro de Referência Histórica da Escola de Goiás foi transferido para uma sala no NURED “D. Colombina Caiado de Castro”, sendo que este Projeto conta com a orientação da Superintendência do Ensino à Distância e Continuada (APVRG – RELATORIO 2002, p. 22).

Consta no documento também a reforma do local para acomodar o acervo em condições ideais. Para o trabalho de conservação e restauração, a equipe aguardava orçamento específico para a liberação de recursos.

A criação do CRHE, em 24 de julho de 2000, aconteceu um mês e meio depois do lançamento oficial do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e teve presença de autoridades locais, do estado e do governo federal. Sobre o acervo, consta no documento que “ao selecionar o material recolhido procurou-se levar em conta a sua utilização e, sobretudo, o seu valor enquanto patrimônio material e imaterial advindos de um processo histórico educacional” (RELATÓRIO DO CRHE, 2000, p. 01). Com essa ação do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, fica evidente a importância de se preservar os acervos que contam a história da própria cidade e, ao mesmo tempo, envolver a comunidade, a fim de que essa história tenha significado relevante para as gerações do presente que reconstruíram suas histórias a partir de fragmentos dispersos, como os documentos do Lyceu de Goyaz, que retornava ao seu lugar de origem. Sete anos depois, o acervo do CRHE já higienizado e organizado foi apresentado ao público.

Para o lançamento do *Projeto Viva e Reviva Goiás* na Cidade de Goiás, a presença da imprensa já estava prevista no item “Recursos necessários”, com todos os órgãos de divulgação, como: os jornais *O Vilaboense* e *O Popular*; a *Rádio Cidade de Goiás*; e as emissoras *TV Anhanguera* e *TV Brasil Central*, esta última do Estado de Goiás. O *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás/2002*, impresso pela gráfica da própria SEDUC/GO, no formato de 28 x 28 cm, com fotos e diagramação coloridas, foi disponibilizado para os

³³ No Relatório de 2002, consta a seguinte nota explicativa para o colégio: “O Lyceu de Goiânia foi transferido, juntamente com a capital do Estado, da Cidade de Goiás para Goiânia em 1937, tendo retornado à Cidade de Goiás, em 1998. Entretanto toda a documentação referente à existência do Lyceu de Goyaz na cidade de Goiás foi em parte junto com a escola para Goiânia e em parte foi depositada no Museu das Bandeiras desta cidade. Quando de seu retorno à cidade de Goiás, a instituição de ensino permaneceu na capital com a denominação Lyceu de Goiânia e na cidade de Goiás retornou como Lyceu de Goyaz, fundado em junho de 1846, na cidade de Goiás, pela Lei Estadual nº 9”.

parceiros e autoridades. Ele contém o registro material das atividades do *Projeto* realizadas pelas dezenove unidades escolares em 2002. O Relatório era parte das ações educativas, apresentadas na área de Educação Patrimonial, enviadas para a UNESCO como propostas a serem executadas, a fim de obter o título de Patrimônio da Humanidade para a Cidade de Goiás.

No item “Anexos do relatório”, consta uma lista de material de divulgação do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Nota-se, pela análise da descrição, que o evento, além de comemorar o título de Patrimônio da Humanidade da Cidade de Goiás, concedido em 2001, era também uma oportunidade de expandir o *Projeto* para todo o Estado de Goiás. Na lista de materiais, temos:

Folder do lançamento do projeto, folder lançado por ocasião da exposição do Projeto Viva e Reviva Goiás em 2001, camiseta com a logomarca do Projeto, cartazes de divulgação, reportagens publicadas em jornais, filme sobre o lançamento do Projeto, fotografias dos eventos, mapa do município, situando a área de estudo de Cada Unidade Escolar (APVRG – RELATORIO 2002, p. 113).

Além disso, como continuidade do programa para todo o estado, constava que o governo de Goiás deveria entregar o material de divulgação do *Projeto Viva e Reviva Goiás* a todas as prefeituras municipais como sugestão para um trabalho de Educação Patrimonial a ser desenvolvido no futuro. Esse objetivo era parte do *Projeto*, para implantar a Educação Patrimonial no Estado de Goiás, com total apoio do governo junto à Secretaria de Educação.

Discutir o patrimônio cultural com a comunidade vilaboense era um desafio para a equipe do projeto, pois ela ainda não tinha dados do que os agentes daquela comunidade sabiam sobre as suas referências culturais. Na justificativa do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, consta que:

A proposta deste projeto não se restringe apenas em desenvolver um trabalho através da Escola, e sim, em extensão, à comunidade, fazendo acontecer a participação de todos os segmentos na construção e preservação do nosso Patrimônio Cultural. Sobretudo, nossa intenção precípua e possibilitar a essa comunidade conquistas o papel de agente que se apropriará e obterá o direito de gozar dos benefícios que o Projeto carreará. (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Por isso, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi escrito prevendo todas as etapas necessárias, de forma que todos participassem do processo, envolvendo-se e compreendendo o *Projeto*. Uma das etapas era denominada “Operacionalização” e estava dividida em duas fases, a “Fase preparatória” e a “Fase de execução”, que, juntamente com o “Cronograma das atividades” e “Recursos necessários”, norteariam a equipe do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, também chamada

de “comissão”. O cronograma era de dez meses, que iam de fevereiro a dezembro, excetuando férias em janeiro e julho.

No que se refere às atividades descritas no *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás/2002*, destaca-se fazer “contato com os executores do Projeto de Arte para levantamento de atividades artísticas de coral, teatro e bandinha, interdisciplinarizadas com o folclore vilaboense” (APVRG – RELATORIO 2002, p. 33). Assim, mais do que criar novos grupos artísticos, havia a preocupação de incluir os grupos que já existiam como forma de inclusão ao *Projeto*, contemplando, desse modo, os artistas locais.

A primeira etapa foi iniciada com uma sondagem sobre a possibilidade de implantação do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e contava com a participação da secretária de Educação, entidades, organizações públicas e privadas e diretores de unidades escolares, a fim de ouvi-los para então fazer uma coleta de ideias, sugestões e buscar parcerias. Além disso, o cronograma previa também:

Elaboração do projeto, lançamento do projeto junto aos executores com a participação da comunidade escolar, reuniões periódicas da comissão central com as unidades escolares, visita às escolas, contato com os executores do projeto, reunião geral com todos os participantes para a avaliação do projeto (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Dessa forma, esperava-se que esses agentes comessem a refletir sobre suas próprias referências culturais, sobre o local onde moravam. A partir do desenho do pré-projeto e da execução do seu cronograma de atividades, iniciava-se a escrita do *Projeto*, que serviria de norteador para cada escola que quisesse aderir ao programa. As instituições de ensino deveriam propor um subprojeto, com um tema escolhido a partir de uma pesquisa entre os agentes das escolas e que seria trabalhado com os alunos, professores, parceiros e comunidade.

No acervo do *Programa Viva e Reviva* temos um documento de papel timbrado da SEDUC/GO em três folhas, sem numeração, intitulado *Relatório*. Nesse documento oficial, afirma-se que o *Projeto*, idealizado pela Secretaria de Educação e executado pela Subsecretaria Regional de Educação de Goiás com a participação de todas as escolas da Cidade de Goiás, propicia “a apropriação, valorização e preservação do patrimônio cultural de Vila Boa, fortalecendo sua identidade” (APVRG – RELATÓRIO, 2000, fl.2). Na folha seguinte, há as informações de que o lançamento do projeto era um meio de divulgá-lo e que o evento contaria com a participação da comunidade escolar, da população local e de autoridades do Estado de Goiás e do governo federal.

Em julho de 2002, o *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás* saiu numa edição em formato de catálogo, que continha todas as atividades que haviam sido realizadas para reunir, sobretudo, as informações sobre o Patrimônio Cultural da Cidade de Goiás em decorrência do título de Patrimônio da Humanidade. Após o sucesso do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, foi proposto para a equipe da SUED transformar esse projeto piloto em um programa de Educação Patrimonial da Secretaria de Educação de Goiás que pudesse envolver as demais cidades do estado, mantendo sempre o patrimônio cultural como tema principal dos subprojetos.

O *Viva e Reviva* era um programa de adesão e contava com o apoio dos professores, já que a proposta era integrar os temas dos subprojetos a uma das disciplinas oferecidas pela escola para não sobrecarregar os professores, pois eles não teriam um adicional no salário. No entanto, de acordo com a professora Rosaura, muitas cidades não aderiram por diferentes motivos. Ela afirma que havia um encantamento natural pelo *Projeto* por parte dos professores, mas algumas cidades já tinham parcerias com outros programas de patrimônio, como, por exemplo, Corumbá de Goiás e Niquelândia, ambas cidades históricas. Como era um projeto de adesão, as cidades eram livres para aderir ou não a ele, conforme sua realidade na época. Há exemplos, também, de outras cidades que gostariam de ter aderido ao programa, mas não deram seguimento ao processo, pois era um trabalho que deveria ser desenvolvido em conjunto com a comunidade escolar e local (Rosaura, entrevista em 09/02/2021).

No documento de lançamento do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, está presente a preocupação com o patrimônio cultural da Cidade na decisão de eleger as escolas como espaços para fortalecer as identidades locais. A ideia central do *Projeto* é oportunizar à comunidade vilaboense, por meio das escolas, a apropriação, a valorização e a preservação do seu patrimônio cultural, com o objetivo de consolidar sua identidade e manter os valores culturais tanto materiais quanto culturais para que estes possam ser transmitidos para as gerações futuras (RELATÓRIO DE LANÇAMENTO, SEDUC/GO, 2000, p. 1-2).

O *Projeto Viva e Reviva Goiás* teve como proposta incluir todos os “eus” identitários e dar voz e rosto aos excluídos, convidando-os a eleger os fragmentos da memória que ficariam registrados nos anais do próximo capítulo da história da Cidade de Goiás. Houve, no início de 2000, vários encontros para discutir, implementar e avaliar o *Projeto Viva e Reviva Goiás* com as unidades escolares, com o intuito de esclarecer o cidadão vilaboense sobre a importância de se tornar patrimônio mundial e os benefícios desse título para a cidade. Esses encontros incluíram palestras com personalidades da área de patrimônio cultural. Izabela Tamaso, mestra

e doutora em Antropologia, foi convidada pela equipe do *Projeto Viva e Reviva Goiás* para dar duas palestras para alunos, professores e para a comunidade em geral. A primeira ocorreu em 6 de dezembro de 2000, a segunda em 6 de fevereiro de 2001, e ambas foram feitas no Centro Diocesano em torno do tema patrimônio cultural (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 35-36).

No acervo, encontramos um questionário sem data cujo título é apenas *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Trata-se de um documento com questões que poderiam ser utilizadas em todas as palestras já programadas para capacitação docente, as quais também eram abertas a toda a comunidade. Esse questionário foi colocado à disposição dos presentes para coletar informações sobre suas impressões em relação ao tema e à palestra.

Entre as questões levantadas no documento, destacam-se duas perguntas sobre o *Projeto Viva e Reviva Goiás*:

1 - Você considera esses encontros como uma contribuição às ações do *Projeto Viva e Reviva Goiás* desenvolvidas em sua Unidade Escolas? 2 - Você considera a execução do *Projeto Viva e Reviva Goiás* importante para contribuir na formação de um aluno mais crítico, consciente da realidade na qual se encontra inserido? (APVRG-Relatório de Atividades do *Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás/2000*, p. 35).

Em relação à primeira questão, duas respostas se sobressaem: “Sim. Pois quanto mais informação tivermos sobre a nossa cidade, mais fácil ficará de desenvolvermos nosso trabalho” e “Acho muito válido, pois resgata essa imagem do que somos hoje e o que foi no passado” (APVRG – QUESTIONÁRIO, 2000).

Em relação à segunda pergunta, destacam-se duas respostas: “Organizando mais encontros. Conscientizando seus alunos a preservar. Levar a comunidade a ser mais consciente e participativo” e “Fornecendo filmadoras, máquinas fotográficas, filmes, gravadores, verbas para locomoção e lanche com os alunos uma orientação periódica com os professores (assistir o trabalho mais de perto)” (APVRG–QUESTIONÁRIO, 2000). Essas questões foram levantadas no momento dos encontros e das palestras com professores das escolas que haviam aderido ao *Projeto Viva e Reviva* e estavam no processo de ampliação de conhecimentos sobre memória, identidade e patrimônio cultural.

Assim, observa-se que a maioria das respostas já revelava um interesse da comunidade, em especial dos professores, em um momento importante para a Cidade de Goiás, o de receber o título de Patrimônio da Humanidade. Isso se deve também ao desejo da comunidade de desencadear outros modos de apropriação e de socialização patrimonial.

A aplicação de questionários, o levantamento de dados estatísticos com análise de resultados, para, conseqüentemente, propor as devidas correções para fins de acompanhamento dos subprojetos, eram parte das diretrizes do *Projeto Viva e Reviva: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás* e está previsto no item “Avaliação”. A intenção era que durante a execução houvesse acompanhamento das ações dos subprojetos, tendo como premissa básica a equação “ação x reflexão x ação”, com a finalidade de reforçar os pontos positivos, para que todos os envolvidos nessas atividades fossem motivados nesse exercício diário da realização das ações propostas.

No Encontro do dia 09 de novembro de 2001 para os grupos de professores e coordenadores das unidades escolares, foi distribuído um questionário com perguntas sobre a participação da escola no *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Desse modo, identificavam-se questões acerca do nível de envolvimento da comunidade escolar no *Projeto* e se as ações da comunidade eram direcionadas no sentido de melhor conhecer e divulgar o patrimônio material e imaterial vilaboense. Outra pergunta feita aos envolvidos era: “Como vem sendo estudado o centro histórico da Cidade de Goiás nas unidades escolares e quais aspectos estão sendo priorizados?” (APVRG – QUESTIONÁRIO, 2000). Nesse documento, é ressaltada a intenção da comissão de não só levantar informações, mas de, por meio dessas informações, colaborar ativamente na construção de cada subprojeto a fim de garantir que todos os envolvidos tivessem consciência do seu papel como constructo identitário naquele momento político-cultural da cidade.

2.3 A concepção de Educação Patrimonial nos subprojetos das escolas

Com base na análise do acervo que engloba relatórios, questionários e avaliações, nota-se uma preocupação por parte dos organizadores do *Projeto Viva e Reviva Goiás* em contribuir para que todos os agentes envolvidos no projeto fossem integrados nesse processo de Educação Patrimonial para desenvolverem um senso crítico em relação ao mundo à sua volta enquanto ser individual e social.

Do mesmo modo, os participantes concebem que todo o patrimônio cultural de uma comunidade faz parte da vida cotidiana e diária das pessoas. É, sem dúvida, um processo de aprendizagem no qual o entendimento da história pode se dar fora dos muros das escolas. Por isso, antes dos subprojetos serem trabalhados em sala de aula, o *Projeto Viva e Reviva Goiás* oferecia oficinas e palestras para os professores e toda a comunidade local.

Esses encontros tinham o objetivo de municiá-los de informações básicas, porém essenciais, para trabalhar os temas escolhidos juntamente com os alunos. Assim, por meio da análise dos documentos que deram início ao *Programa Viva e Reviva* na Cidade de Goiás e da adesão de várias escolas da cidade, percebe-se o engajamento da comunidade, com seus bens patrimoniais, expresso nas iniciativas dos sujeitos históricos que visam à apropriação da sua identidade. Do mesmo modo, pelo estudo do material produzido pelas instituições de ensino, é possível identificar as metodologias de ações de Educação Patrimonial que estavam presentes nos subprojetos de cada Cidade de Goiás que havia aderido ao *Programa Viva e Reviva*.

A concepção de Educação Patrimonial ligada ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* que norteou as ações educativas no levantamento do patrimônio material e imaterial da Cidade de Goiás está presente em todo processo de envolvimento da comunidade escolar com a local. O *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi, portanto, uma proposta de Educação Patrimonial na qual a própria comunidade indicava em seus subprojetos quais eram as suas referências culturais e ressaltava a importância da preservação dos seus bens patrimoniais.

No acervo do *Programa Viva e Reviva* não foi encontrada nenhuma cartilha de Educação Patrimonial direcionada aos alunos e à comunidade com a finalidade de ensinar a comunidade escolar e local sobre a importância do patrimônio cultural. O que temos são ações que envolviam todos os agentes escolares e locais e os instigavam a compartilhar as experiências e memórias para a construção da identidade das pessoas que são parte daquela história, daquele núcleo social, mas que, na maioria das vezes, eram excluídas do processo de identificação com o patrimônio cultural da cidade.

Dessa forma, cada um, ao seu tempo, ia se apropriando do seu lugar na história daquela cidade e das referências entre a memória coletiva e sua memória individual. Os resultados desses processos nas atividades desenvolvidas pelas escolas ficavam registrados na forma de vídeos e de livretos³⁴.

Ao analisar o material do acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, percebe-se que, nas ações educativas promovidas dentro das escolas da Cidade de Goiás, havia uma constante preocupação em aproximar a comunidade escolar à comunidade local, tendo o patrimônio histórico como mediador. No subprojeto intitulado “Goiás: Prazer em Conhecer...”, por exemplo, dentre as ações a serem desenvolvidas pelo Lyceu de Goyaz, localizado no centro histórico da cidade, foram incluídas visitas programadas de estudo a logradouros, museus,

³⁴ Não foram encontrados livretos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* no acervo material analisado. Na pesquisa, utilizamos um livreto da experiência em Hidrolândia do acervo pessoal da autora (figuras 3 e 4) e outro (figura 22) que se encontra no site *Viva e Reviva* da SEDUC/GO.

instituições etc., mas não foram especificados quais museus seriam visitados (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 104).

Na Escola Estadual Mestre Nhola, no subprojeto “Redescobrimo Goiás”, uma das ações propostas foi de desenvolver trabalhos manuais. Essa atividade resultou num livro de poesias de Cora Coralina bordado à mão, ressaltando, dentro do patrimônio imaterial, o *fazer*.

Figura 12: Subprojeto Redescobrimo Goiás: Serra Dourada

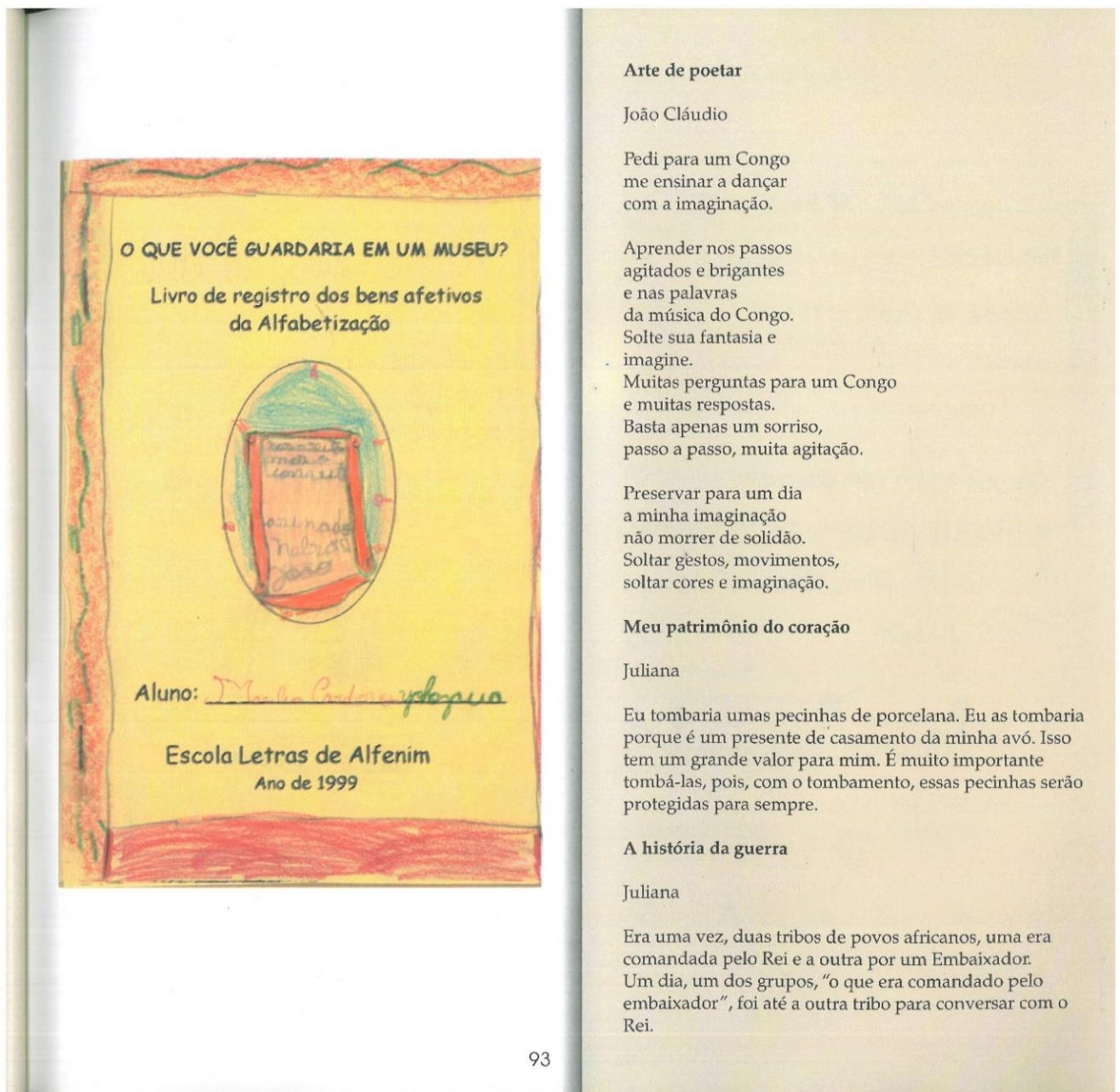


Fonte: APVRG – Relatório 2002, p. 73.

A partir da análise da imagem acima, percebe-se que a escola abordou o patrimônio imaterial por meio do trabalho de um livro em tecido bordado pelos alunos para registrar o jeito de *bordar* da comunidade vilaboense. O livro, por sua vez, por guardar o *modo de fazer*, torna-se um patrimônio material.

As próximas imagens (figuras 13, 14 e 15) referem-se ao subprojeto “Um Olhar Sobre a Cidade” da Escola Letras de Alfênim. Nele, destaca-se a atividade “O que você guardaria em um museu? Livro de Registro dos Bens Afetivos da Alfabetização” na qual era trabalhada com as crianças a importância da preservação de um objeto que tem relevância em sua vida, relacionando-o com o patrimônio material da sua comunidade.

Figura 13: Subprojeto Um Olhar Sobre a Cidade – Livro do Tombo I



Fonte: APVRG - Relatório 2002, p. 93.

Desse modo, a escola apresenta um "Livro do Tombo" e faz um exercício lúdico no qual cada criança escolhe o que preservar de seu patrimônio para as gerações futuras. As crianças eram questionadas acerca do que guardariam em um museu, o que preservariam e o que tombariam. Assim, a partir de suas referências culturais, os estudantes indicavam o que consideravam importante, como mostra a resposta (figura 13) da aluna Juliana acerca do seu patrimônio do coração:

Eu tombaria umas pecinhas de porcelana. Eu as tombaria porque é um presente de casamento da minha avó. Isso tem um grande valor para mim. É muito importante tombá-las, pois, com o tombamento, essas pecinhas serão protegidas para sempre (*PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS* 2000).

Compreende-se assim que um dos principais objetivos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* era a participação da comunidade nas ações para que ela pudesse se reconhecer durante esse *fazer*. Assim, os participantes ressignificavam sua história a partir de um novo olhar para o cotidiano da cidade, para seus personagens, monumentos, documentos, saberes e fazeres, que antes passavam despercebidos ou não recebiam a devida importância como agentes partícipes da história do seu lugar de memória.

A tônica do *Projeto* era educar para o patrimônio e para a salvaguarda das memórias, tendo desde o início o objetivo da inclusão da Educação Patrimonial na agenda política da Secretaria de Educação de Goiás, alcançando todas as escolas de todos os municípios do estado.

Fica evidente, no “Capítulo III” do Relatório, que o foco da Educação Patrimonial do *Projeto Viva e Reviva Goiás* estava em fazer da escola uma extensão da comunidade, com o envolvimento de todos os sujeitos pertencentes àquela cidade na preservação dos elementos que constituem o arcabouço cultural local.

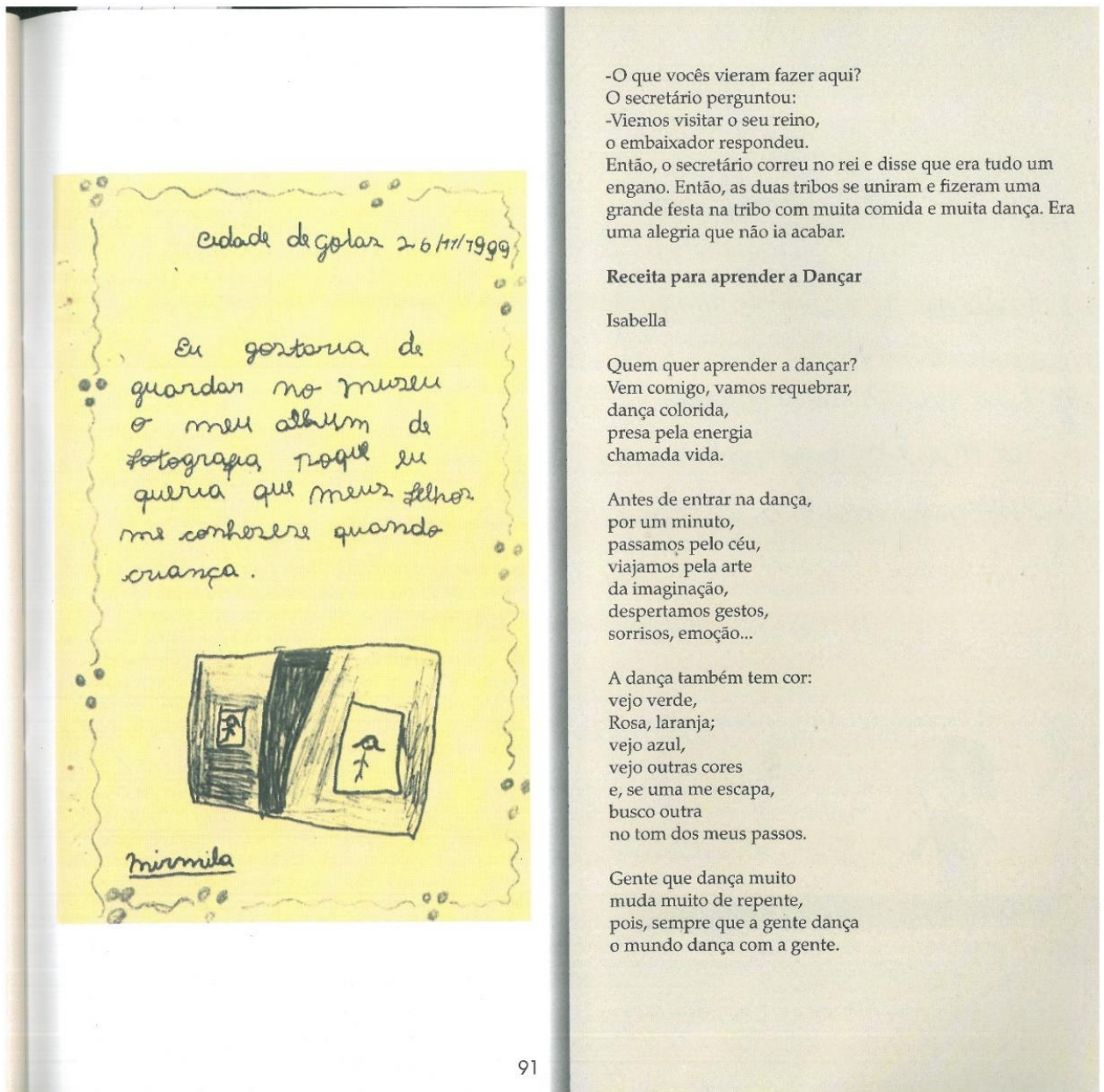
Para os executores do *Projeto*, o patrimônio cultural é toda a expressão de um povo e está presente em todos os lugares e ações realizadas por uma comunidade: “Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos” (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 19). Para os idealizadores do *Projeto*, o patrimônio cultural é concebido como um eixo norteador de todas as atividades.

Portanto, as ações de Educação Patrimonial envolviam a escola e, com isso, integravam alunos, professores, pais e sociedade em todas as etapas de execução do atual *Projeto*.

O trabalho de Educação Patrimonial que integrou o subprojeto da Escola Letras de Alfenim proporciona um reconhecimento de que tudo aquilo que nos cerca e que faz parte da nossa história, seja pessoal ou em comunidade, tem algo que precisa ser preservado para que as próximas gerações possam se sentir parte dessa identidade coletiva.

Assim, no subprojeto “Um Olhar Sobre a Cidade” da Escola Letras de Alfenim com a atividade “Livro do Tombo”, “as crianças são incentivadas a registrar os fatos que julgam de maior relevância para a vida da Escola” (APVRG –RELATÓRIO, 2002, p.83), ou seja, no exercício de memória, os alunos deveriam eleger o que era perda ou esquecimento.

Figura 14: Subprojeto Um Olhar Sobre a Cidade – Livro do Tombo II



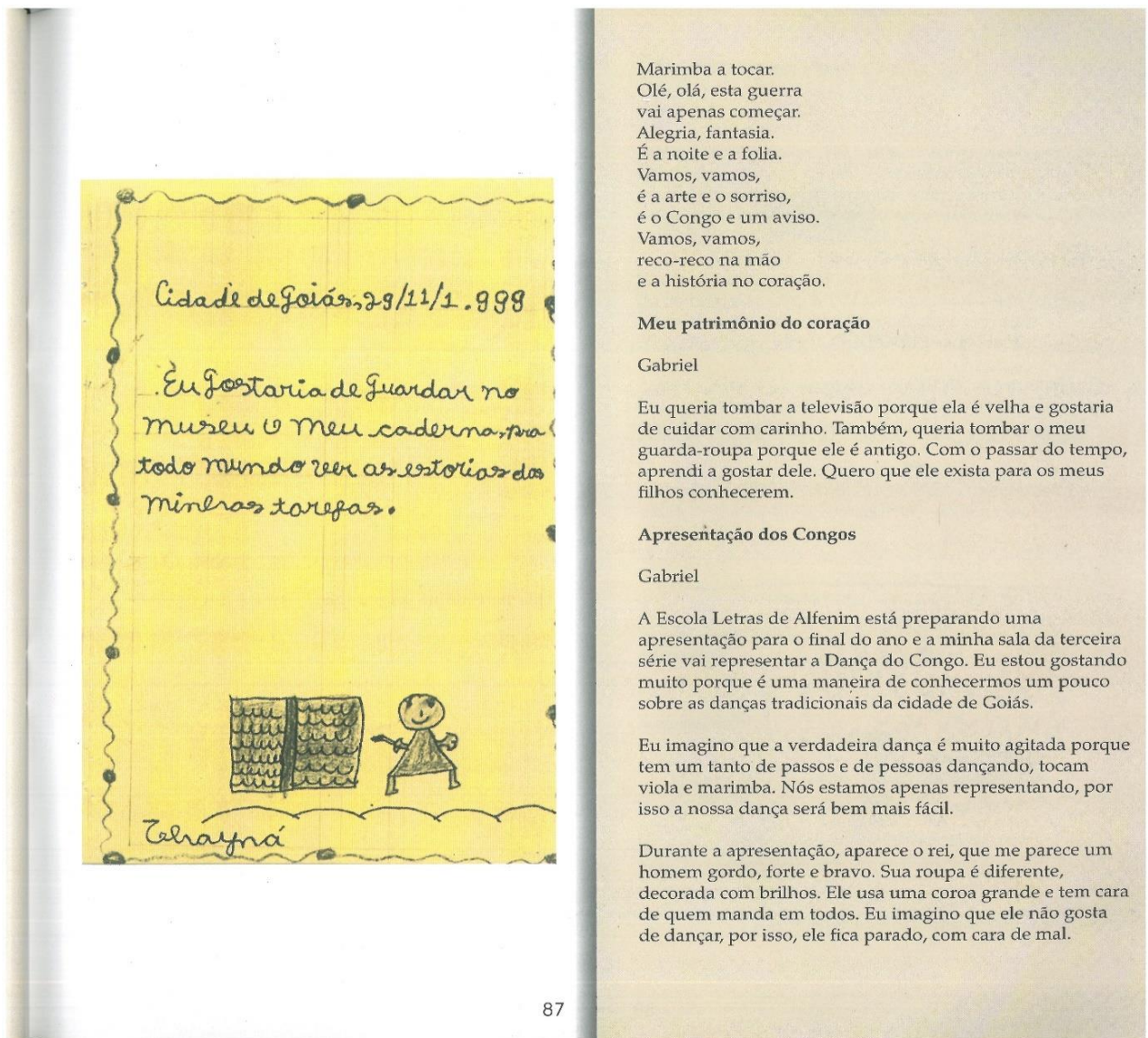
Fonte: APVRG – Relatório 2002, p. 91.

Nas figuras 13 e 14, seguindo a premissa de preservar o que tem significado para elas, as crianças indicam os objetos que são ligados a sua história pessoal e familiar. Na imagem acima, a aluna Mirmila escolheu o álbum de fotografia e afirma que “gostaria de guardar no museu o meu álbum de fotografia porque queria que meus filhos me conhecessem quando criança” (APVRG – RELATORIO 2002, p. 91).

De modo semelhante, as crianças identificam-se com vários elementos ligados ao patrimônio imaterial, como danças, como Congo, tradicional na Cidade de Goiás. Além disso,

a ação contava com desenhos e poemas feitos pelos próprios alunos da Escola Letras de Alfenim que já vinha desenvolvendo esse trabalho desde 1999, incorporado ao Relatório de atividades do *Projeto Viva e Reviva* na Cidade de Goiás como um dos subprojetos que trabalhavam a interação entre comunidade escolar e local.

Figura 15: Subprojeto Um Olhar Sobre a Cidade – Livro do Tombo III



Fonte: APVRG - Relatório 2002, p. 87.

Tratava-se de um projeto que se preocupava com o outro em seu local de *ser e estar*, ao mesmo tempo em que se revelava ao outro, apresentando suas memórias expressadas em afeto e sentimento pelo que lhe é percebido como parte da sua identidade enquanto indivíduo e ser social, coletivo.

Por meio do exemplo dessas duas atividades percebe-se o quão profundo foi o trabalho de Educação Patrimonial do *Projeto Viva e Reviva Goiás* como proposta para incentivar toda uma comunidade a valorizar e preservar sua identidade e memória. Ao examinarmos essas ações desenvolvidas nos subprojetos das duas instituições (Escola Estadual Mestre Nhola e Escola Letras de Alfenim), notam-se aproximações nos diferentes modos de operar, perceber e narrar a identidade. Nesse sentido, tais políticas começam a agenciar temáticas diversificadas e de conteúdo identitário mais plural.

Por fim, nas duas narrativas, ao identificarmos certas correspondências entre a patrimonialização e os processos identitários, percebemos que a Educação Patrimonial no *Projeto Viva e Reviva Goiás* está voltada, também, para o futuro, tendo o passado como fio condutor. Ao analisar os temas dos subprojetos, fica evidente que todos queriam participar desse processo, tendo consciência de que os alunos do Ensino Fundamental e Médio estavam assistindo, participando, acompanhando e percebendo quais as discussões que estavam sendo feitas. Isso dava uma consciência da riqueza do tecido identitário do patrimônio imaterial que compunha as profundas memórias guardadas no bucólico cenário da Cidade de Goiás, propósito definido pelo *Projeto Viva e Reviva Goiás* no seu nascedouro.

Sônia Rampim Florêncio (2012) defende a importância das ações de Educação Patrimonial que devem primar pela valorização da diversidade cultural com o propósito de fortalecer as diversas identidades que coexistem no mundo atual. Ela é concebida, portanto, como um recurso para garantir o direito das diversas formas de ser e de estar no mundo e contribuir para assegurar a identificação do sujeito com o seu lugar, sua cultura e seu patrimônio cultural.

No âmbito das ações educativas, nas esferas pedagógicas, históricas, culturais ou identitárias, a Educação Patrimonial permite reflexões profundas sobre os patrimônios, as memórias sociais e as várias formas possíveis e viáveis de construir futuros. Dessa forma, fica evidente que, nos subprojetos, muitos dos temas voltados para o patrimônio imaterial da Cidade de Goiás contemplavam de forma integrada o conjunto arquitetônico que compunha o patrimônio material, já tombado pelo Iphan, e o patrimônio natural.

Percebe-se, pelas temáticas, que os limites acerca do patrimônio cultural foram ultrapassados quando, ao olhar à sua volta, os participantes perceberam que os bens de natureza ambiental também complementavam o vazio identitário dos sujeitos vilaboenses com os retalhos de memória dos excluídos e silenciados, cuja valorização era um dos objetivos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

O “Capítulo VI” do *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás/2002*, ressalta que as diversas ações feitas para mobilizar toda a comunidade vilaboense, como a implementação de política patrimonial nas escolas, o incentivo à pesquisa, a promoção de oficinas, dentre outras, foram realizadas com o propósito de valorização e preservação do patrimônio cultural vilaboense.

Ao final, as dezenove escolas externaram, por meio dos seus subprojetos, todo o exercício diário que se deve fazer na construção da nossa identidade por meio da memória. Consta no documento que, dessa forma, “os professores são orientados para que explorem a inserção da escola no meio no qual se encontra, através do estudo do artesanato local, de músicas e cantos tradicionais, do conhecimento dos monumentos e sítios, dentre outros” (APVRG – RELATÓRIO, 2002, p. 25).

Nesse sentido, era objetivo do *Projeto Viva e Reviva Goiás* que os professores, junto com os alunos, tornassem-se mediadores entre a comunidade e seu patrimônio cultural e, nessa mobilização, atuassem juntos na apropriação de conhecimentos específicos que pudessem auxiliar na construção da cidadania, a fim de que fossem reintegrados à sociedade atual. Nesse desafio, os docentes contavam com toda a comunidade escolar, a comunidade local e todos os parceiros para que, juntos, fizessem o exercício da memória e da ressignificação de suas identidades, no qual eles também estavam inseridos como sujeitos (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

O *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi, sem dúvidas, um Programa de Educação Patrimonial que propunha a valorização e a comunhão de bens culturais entre os membros de uma sociedade, indicando ações nas quais todos poderiam participar desse processo de apreensão a partir do olhar e do sentimento de identidade dessa comunidade.

O *Programa de Educação Patrimonial Viva e Reviva* foi uma experiência coletiva e, ao mesmo tempo, individual de várias cidades que participaram dialogando com suas memórias e identidades. Nesse sentido, a documentação analisada reforça que o *Projeto Viva e Reviva Goiás* conseguiu envolver a comunidade escolar e local em todas as fases do *Projeto*. As propostas apresentadas pelos subprojetos espelhavam naquele momento os anseios dos protagonistas daquelas histórias (re)contadas que incluíam todos, em especial os silenciados e excluídos.

A proposta inicial era a de ressignificar a história goiana pelo olhar dos alunos e professores das escolas da rede pública estadual. Normalmente, os projetos do governo já vêm pensados e estruturados por um grupo com base em um modelo pronto para serem aplicados

pelo professor em sala de aula. Em relação ao *Viva e Reviva Goiás*, é interessante observar o contexto e a escolha da cidade para o lançamento do *Projeto*, que foi uma iniciativa de agentes de um órgão do governo, com a proposta de um programa de Educação Patrimonial para o Estado de Goiás começando por uma cidade histórica que estava prestes a receber o título de Patrimônio da Humanidade. A esse respeito, Scifoni nos alerta sobre a Educação Patrimonial e nos convida a repensá-la “recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que produtos pensados e executados de cima para baixo” (SCIFONI, 2015, p.198).

A construção dos projetos de forma coletiva e com a participação de toda a comunidade escolar e local fez com que o *Programa Viva e Reviva* proporcionasse uma interação significativa entre professores, alunos e pessoas da comunidade. Conseqüentemente, favoreceu uma produtiva parceria entre toda a equipe das escolas, subsecretarias e da Secretaria de Educação. Na figura a seguir, retirada do Relatório de 2002, (APVRG – RELATÓRIO 2002, p. 103), observamos o registro fotográfico de algumas das atividades realizadas.

Figura 16: “Coronel Petrônio: Patrimônio de Nossa História”



As ações práticas propostas pelos subprojetos eram realizadas por meio de pesquisas fora da sala de aula. Na figura 16 que retrata ações desenvolvidas pela Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo, identificam-se algumas dessas atividades, como visita à família do Coronel Petrônio (foto acima, à esquerda) para que os alunos conhecessem os fatos marcantes de sua trajetória de vida, sendo ele um cidadão vilaboense dentro do contexto humano-sócio-histórico-cultural.

A cena (foto acima, à esquerda) é do filme *Um Dia*, produzido pelos discentes. Os alunos criaram uma dinâmica para contar o seu dia a dia por meio de uma história que retrata uma manhã na vida dos alunos da zona rural. Na encenação, os discentes foram atores. Essa forma de abordar o assunto indica o grau de envolvimento dessa turma na execução das ações propostas pelo subprojeto da escola.

Por fim, observa-se, nas duas últimas imagens, professores e alunos (fotos à direita) que conversam entre si, numa troca de conhecimentos em torno dos temas propostos e das pesquisas realizadas por eles. Nessa perspectiva, observa-se que os subprojetos tinham como premissa inicial temas que contemplassem o patrimônio cultural da cidade. Algumas escolas incluíram em sua temática o meio ambiente, abordando a preservação das matas ciliares, o lixo e a poluição dos rios.

No subprojeto “Arraial do Ferreiro, Uma História de Ontem e Hoje”, a Escola Família Agrícola propôs abordar a história do Arraial do Ferreiro e questões referentes ao reflorestamento da cabeceira do Rio Vermelho bem como a preservação das matas ciliares. O subprojeto visava integrar os desafios da realidade dos alunos “privilegiando o aspecto natural, a preservação do ambiente e da relação de trabalho e subsistência atual das famílias atendidas de forma a fixar e mantê-las no campo” (APVRG –RELATÓRIO, 2002, p.82).

Na execução dessa proposta envolvendo a comunidade escolar e do Arraial do Ferreiro, identificou-se como problema local a devastação da nascente do Rio Vermelho. Os alunos foram incentivados a fazer visitas *in loco*, práticas agro-ecológicas, pesquisas e estágios. Essas atividades eram consideradas “importantes para a formação da consciência ecológica dos alunos e das comunidades rurais” (APVRG – RELATÓRIO, 2002, p. 82). Outro subprojeto envolvendo temática acerca do meio ambiente foi a proposta apresentada pela Escola Estadual Constâncio Gomes.

A Escola Estadual Constâncio Gomes teve o subprojeto “Amo, Por Isso Cuido”, no qual os alunos fizeram um estudo sobre o córrego Manoel Gomes dentro do contexto histórico e ambiental.

Figura 17: “Amo, Por Isso Cuido”



Vamos limpar o córrego e fazer a vida surgir.

Fonte: APVRG – Relatório 2002, p. 57.

Na imagem acima, identificamos alguns alunos da 1^a à 4^a séries do Ensino Fundamental fazendo uma visita técnica a fim de identificar os problemas ambientais que afetavam o córrego e reportá-los à equipe, propondo ações concretas para a recuperação desse manancial.

O subprojeto contemplava diferentes atividades, tais como: produção literária; passeio às margens do córrego Manoel Gomes com o objetivo de fazer a limpeza de suas margens e colocar placas informativas; sensibilização dos moradores ribeirinhos sobre a importância da conservação desse manancial; reivindicações direcionadas às autoridades competentes solicitando restauração do prédio do Palácio da Instrução, local onde se encontra sediada a escola, dentre outras.

Um dos registros que se destaca é a carta do aluno João Paulo da 3ª Série “B” para o prefeito da Cidade de Goiás, Adélio Alves de Aguiar:

Carta ao prefeito

Sr. Prefeito Adélio Alves de Aguiar,

Como vai o senhor? Esperamos que esteja bem.

Nós, da 3ª B vespertino da Escola Estadual Constâncio Gomes, estamos participando do Projeto “Viva e Reviva Goiás” e estamos fazendo um estudo do Córrego Manoel Gomes, que passa no fundo da nossa escola. Queremos contar ao senhor como está a situação do córrego. Ele está com mau cheiro por causa dos esgotos que caem nele. Está cheio de lixo e tem muito mato nas suas margens. Na seca, suas águas ficam cada vez mais poucas. Tudo isso prejudica o nosso ecossistema e, inclusive, nossa saúde. Nós queremos pedir à Prefeitura que cuide dessa situação porque este córrego ainda pode ser salvo e suas águas poderão novamente servir a população para tomar banho, beber, lavar roupa, pescar, etc.

Esperamos a sua atenção para este problema e aguardamos uma resposta.

Muito obrigado!

João Paulo (Site *Viva e Reviva* - SEDUC/GO).

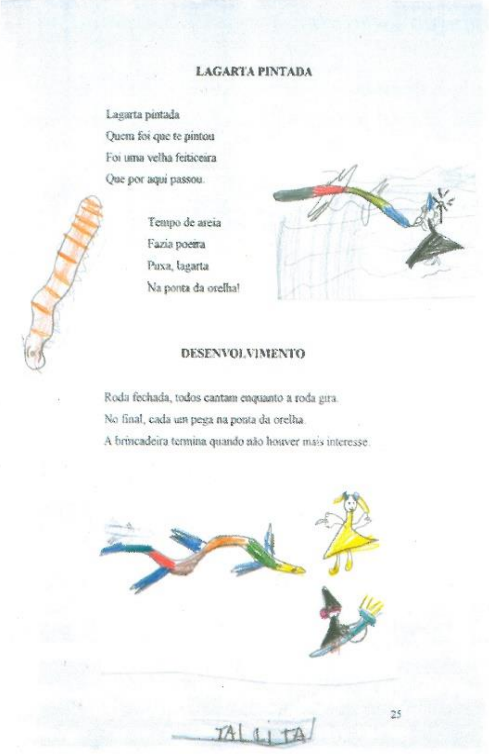
Na carta, o aluno solicita ao prefeito providências para salvar o córrego Manoel Gomes, que passa no fundo da escola. O córrego estava cheio de lixo e com mau cheiro em decorrência dos esgotos, impossibilitando a pesca, a lavagem de roupas, o banho e mesmo o uso da água para beber.

Da mesma forma, a aluna Fernanda Ferreira Vasconcelos, em sua produção literária, escreve como era o córrego no passado, a partir das memórias da sua professora: “o córrego Manoel Gomes era limpo. [...] Era cheio de bambus, coqueiros, pés de manga e outras árvores” (Site *Viva e Reviva* - SEDUC/GO). É possível identificar o desejo e a esperança dos alunos de terem de volta o córrego despoluído e apto para uso da comunidade.

Pelo estudo realizado, é possível compreender o impacto do *Projeto Viva e Reviva Goiás* nas construções identitárias regionais e suas repercussões em processos de exclusão da Cidade de Goiás, para além dos mecanismos estabelecidos pelas políticas de patrimonialização do seu patrimônio material. A proposta de Educação Patrimonial resultou em projetos, construídos a partir das suas manifestações, tradições, identidade e cultura local, elencando-os aos processos identitários de seus agentes locais.

Potencializou-se assim, a produção e a circulação de narrativas em torno da resignificação das mais variadas formas, como, por exemplo, a resignificação da cantiga “Lagarta Pintada” no subprojeto “Brincadeiras e Cantigas de Roda” do Jardim de Infância Profª Terezinha Viggiano Mendes.

Figura 18: Cantiga de roda: Lagarta Pintada



LAGARTA PINTADA

Lagarta pintada
Quem foi que te pintou
Foi uma velha feiticeira
Que por aqui passou.

Tempo de arcaia
Fazia poeira
Puxa, lagarta
Na ponta da orelha!

DESENVOLVIMENTO

Roda fechada, todos cantam enquanto a roda gira.
No final, cada um pega na ponta da orelha.
A brincadeira termina quando não houver mais interesse.

25

UNIDADE ESCOLAR: Jardim da Infância "Prof. Terezinha Viggiano Mendes"

ENDEREÇO: Rua Prof. Alcide Ramos Jubé

DIRETORA: Eliza de Melo Rocha Lima

NÍVEIS DE ENSINO: Educação Infantil


Nº DE ALUNOS: 363

TÍTULO DO SUBPROJETO:
"BRINCADEIRAS E CANTIGAS DE RODA"

TEMÁTICA:
Reconstrução da memória histórica através da pesquisa e vivência de brincadeiras, cantigas, dramatizações, etc., com a finalidade de reavivar nossas raízes culturais e desenvolver nos alunos habilidades e competências diante de contextualização histórica, socialização, criatividade, ludicidade, coordenação motora, etc., bem como para o desenvolvimento de atitudes saudáveis.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA: A própria Unidade Escolar; 6ª Batalhão da Polícia Militar; Córrego Manuel Gomes; Quadra de Esportes do Colégio Estadual "Alcide Jubé"; Chácara "Moisés"; Chácara : "Costa Campos".

AÇÕES DESENVOLVIDAS:
Levantamento junto à comunidade de atividades lúdicas, lendas, cantigas, bailados para transmiti-los de forma vivenciada aos alunos, buscando reavivar por meio das brincadeiras e cantigas as raízes culturais.
Participação de algumas vovós dos alunos contando histórias, ensinando brincadeiras de seu tempo, que depois foram vivenciadas com os alunos;
Ao longo do desenvolvimento do projeto a Escola montou um "livreto": **Brincadeiras e Cantigas de Roda Rodas, brincadeiras, folguedos, parlendas e jogos infantis.**



Brincadeiras de roda - Professora Liane Alencastro - Jardim I - Tsujita

79

Fonte: APVRG – Relatório 2002, p. 79

O Jardim de Infância Prof^a. Terezinha Viggiano Mendes trabalhou o tema “Brincadeiras e Cantigas de Roda”, no qual as crianças brincavam de roda, produziam desenhos e escreviam as letras das cantigas como reforço de memória e identidade (fotos à esquerda):

Lagarta pintada
Quem foi que te pintou
Foi uma velha feiticeira

Que por aqui passou
Tempo de areira
Fazia poeira
Puxa, lagarta
Na ponta da orelha (APVRG – Relatório 2002, p. 79).

As “Brincadeiras e Cantigas de Roda” contêm elementos identitários que mobilizam narrativas, evidenciadas na produção de políticas culturais de programas de Educação Patrimonial com temas que têm relevância para a cultura do país e estão incluídas nas tradições orais em inúmeras culturas. A maioria dessas cantigas tem origem europeia, mais especificamente em Portugal, Espanha e França, mas temos ainda cantigas de matriz africana e indígena. É importante ressaltar aqui que as cantigas de roda, conhecidas também como brincadeiras ou cirandas de roda, fazem parte do folclore brasileiro e nem sempre têm um autor específico. Acredita-se que nasceram espontaneamente ou foram modificadas ao serem passadas oralmente de geração para geração. Como o nome já sugere, essas rodas são formadas por crianças ou adultos que se dão as mãos formando um círculo, usando coreografias ou não, cantando melodias simples de fácil assimilação. Por meio dessas cantigas de roda, podemos conhecer costumes, o cotidiano das pessoas, brincadeiras e crenças. As cantigas têm origens antigas e muitas versões de suas letras, pois vão sendo passadas oralmente pelas gerações, principalmente no Brasil, configurando uma autoria coletiva e anônima (APVRG – RELATÓRIO, 2002, p. 79).

Com o foco nessas tradições orais, a escola escolheu essa temática com o objetivo voltado para a:

Reconstrução da memória histórica através da pesquisa e vivência de brincadeiras, cantigas, dramatizações, etc., com a finalidade de reavivar nossas raízes culturais e desenvolver nos alunos habilidades e competências diante de contextualização histórica, socialização, criatividade, ludicidade, coordenação motora, etc., bem como para o desenvolvimento de atitudes saudáveis (APVRG – *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Assim, para a execução do subprojeto “Brincadeiras e Cantigas de Roda” do Jardim de Infância Prof^a. Terezinha Viggiano Mendes, as ações desenvolvidas pelos alunos foram:

Levantamento junto à comunidade de atividades lúdicas, lendas, cantigas, bailados para transmiti-los de forma vivenciada aos alunos, buscando reavivar por meio das brincadeiras e cantigas as raízes culturais; Participação de algumas vovós dos alunos contando histórias, ensinando brincadeiras de seu tempo, que depois foram vivenciadas com os alunos; Ao longo do desenvolvimento do projeto a Escola montou um “livreto”: Brincadeiras e Cantigas de Roda Rodas, brincadeiras, folguedos, parlendas e jogos infantis.

(APVRG – SUBPROJETO “BRINCADEIRAS E CANTIGAS DE RODA”, 1999).

Como exemplo de mudança de letra e da forma de brincar, vejamos a cantiga “Lagarta Pintada”, que está no site do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, como resultado final do projeto. Na parte de “Desenvolvimento”, está descrita a forma de brincar. Na Cidade de Goiás e em Tatajuba, no Ceará, a brincadeira de roda “Lagarta Pintada” tem algumas variações, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3: Brincadeira de Roda: *Lagarta Pintada*

Aspectos observados	Na Cidade de Goiás	Em Tatajuba
Letra da Cantiga	Lagarta Pintada Lagarta pintada, quem foi que te pintou? Foi uma velha feiticeira que por aqui passou. Tempo de areia, fazia poeira. Puxa, lagarta, na ponta da orelha!	Lagarta Pintada Quem foi que pintou? Foi uma velhinha Que aqui passou No tempo da era Fazia poeira Puxa lagarta Na ponta da orelha!
Desenvolvimento	Roda fechada, todos cantam de mãos dadas, enquanto a roda gira. No final, cada uma pega na ponta da orelha de outra criança. A brincadeira termina quando não houver mais interesse.	Elas começam em roda sentadas no chão, com as mãos ao centro. Uma delas vai cantando e tocando uma por uma das mãos. No final da cantiga aquela mão escolhida segura a orelha da companheira do lado. Assim, seguem cantando até que todas estejam segurando as orelhas das companheiras.

Fonte: APVRG – Relatório 2002 e Site – Território do Brincar, 2014.

Nota-se pequena diferença entre as letras da cantiga de roda “Lagarta Pintada”. Na Cidade de Goiás, por exemplo, repete-se a frase “Lagarta pintada”, ao passo que em Tatajuba só se diz a frase uma vez. Outra diferença é a resposta à pergunta “Quem foi que te pintou?”, que varia nas duas cidades.

Em Goiás diz-se “foi uma velha feiticeira que por aqui passou”, e em Tatajuba, “uma velhinha que aqui passou”. Outra diferença está na frase “Tempo de areia, fazia poeira”, na letra cantada da Cidade de Goiás, e “No tempo da era, fazia poeira”, cantada em Tatajuba. É possível que, ao ser levada de uma cidade a outra, a palavra *areia* tenha virou *era* devido à pronúncia de quem a cantou pela primeira vez na cidade.

Mesmo que algumas cantigas sofram modificações tanto na letra quanto na forma de brincar, elas mantêm essa memória coletiva, como defende Halbwachs (2013), a qual deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a constantes transformações. A preservação do patrimônio imaterial é o diferencial para a identificação de grupos sociais distintos. A partir da constatação dessas mudanças comportamentais, que vão se formando cada vez mais rápido, há um crescimento na busca por informação sobre o passado e sobre os bens que dão condição à existência dos diferentes grupos que compõem a comunidade local, fazendo aumentar a lista de bens imateriais que representam a cultura que se quer valorar. Sabe-se que o patrimônio imaterial tem papel fundamental na construção da memória social e histórica, seja ela local ou global.

Do mesmo modo, ele é importante na preservação e difusão da memória coletiva de um povo “de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado” (NORA, 1990, p. 23).

2.4 Registro audiovisual: concepção e montagem da narrativa no *Programa Viva e Reviva*

Não há como deixar de reconhecer o poder da linguagem fílmica no processo de constituição da memória social que acaba, de certo modo, interferindo em comportamentos sociais e na cultura de modo geral, pois é pelo “vídeo que sentimos, experienciamos sensorialmente o outro, o mundo, nós mesmos” (MORAN, 1995, p. 2). Na concepção de Moran, o vídeo nos permite ter uma visão múltipla da realidade por ter uma linguagem que abarca planos e ritmos visuais dinâmicos e diversificados com imagens e câmera fixas ou em movimento como forma de eternizar os fragmentos de memória. Sem perder o caráter artístico do filme, podemos encontrar no vídeo documentário os registros da memória social de diferentes épocas, de povos variados, de diferentes locais e de suas culturas, reafirmando seu valor documental.

Nesse diapasão, não é de se estranhar que o vídeo tenha sido uma constante nos subprojetos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* como recurso para registro das atividades. Esse elemento tecnológico, ao mesmo tempo que fascinava quem produzia o filme, era o instrumento necessário de apreensão da memória do momento presente.

Era o recurso usado para (re)contar e registrar fatos e histórias, ora ocultas, ora mostradas, conforme fossem os interesses do entrevistado no permanente diálogo entre os fragmentos de memórias e nossas identidades.

Figura 19: Oficina de Vídeo

Fonte: Blog *Viva e Reviva Goiás* da Escola Estadual Mestre Nhola

A Escola Estadual Mestre Nhola usou uma oficina de vídeo com os alunos da 3ª série como metodologia para promover a integração e a socialização entre os alunos e a comunidade. O objetivo era incentivar os discentes a utilizar essa ferramenta para seus trabalhos escolares e também para ressignificar o olhar para sua própria comunidade e o seu patrimônio cultural. Isso se deu porque nessa época o uso da tecnologia estava muito presente na SEDUC/GO depois da criação dos NTEs.

Os Núcleos de Tecnologia Educacionais (NTEs) são ambientes computacionais com equipe interdisciplinar de professores qualificados para promover a formação contínua dos professores. Também assessoram escolas da rede pública no uso pedagógico dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Pela demanda de formação de professores, gestores e servidores, os NTEs estão vinculados aos Setores Pedagógicos das Coordenações Regionais de Educação, Cultura e Esporte (CRECEs). Atendem, prioritariamente, professores e equipes diretivas de todas as escolas da rede pública estadual de educação, promovendo ações de formação pedagógica para uso, incentivo e inserção das TICs nas práticas pedagógicas (SEDUC/GO - NTE).

Quando o projeto foi descontinuado pela SEDUC Goiás, a equipe do *Programa Viva e Reviva* enviou para cada NTE os materiais de cada cidade. Segundo a professora Rosaura, que ficou responsável pelo acervo na época, ela mesma entrou em contato com os NTEs para devolver o material. Ela fazia os malotes³⁵ e os encaminhava para os NTEs e para as subsecretarias de cada região. O acervo devolvido contava com livretos e fotos que foram feitas nas oficinas pelos professores. Tudo foi colocado em ordem nas remessas com destino aos NTEs. Semanas depois, quando ela retornou para a antiga sala do *Programa Viva e Reviva*, não

³⁵ A SEDUC/GO trabalha com sistema de malotes para entrega de encomendas e material de consumo entre as subsecretarias regionais.

encontrou mais nada do que ainda havia ficado lá. Ela não sabe dizer o que foi feito com o restante do material, pois já não estava mais como responsável pelo programa. Ainda de acordo com Rosaura, o *Viva e Reviva* tinha um acervo muito grande e diversificado. Os NTEs foram extintos no início de 2019 com o novo governo (Rosaura, entrevista 09/02/2021).

Em Hidrolândia, durante a preparação das ações propostas pelos subprojetos das escolas, foi ofertada uma oficina de vídeo cujo título era “Meu Primeiro Documentário”. Nessa e em outras oficinas do *Programa Viva e Reviva* sempre pedíamos um número máximo de dez pessoas para que o conteúdo e a parte prática fossem bem assimilados. A ideia era que eles pudessem ser multiplicadores dentro da sua própria escola e comunidade. Tínhamos na sala alunos e professores aprendendo juntos. Ensinávamos as técnicas de roteiro, desde a ideia até a linguagem audiovisual como enquadramentos, movimentos de câmera, opções de fundos para realizar entrevistas, a edição final e sobre a equipe mínima para realização de um vídeo documentário.

As viagens da equipe para as cidades que aderiram ao *Programa Viva e Reviva* começavam bem antes, como pontua Rosaura. Acerca da atuação da equipe do *Programa Viva e Reviva*, Rosaura afirma que:

[...] primeiro, era feito um mapeamento das cidades históricas do Estado. Depois, era o momento de apresentar o *Projeto Viva e Reviva* para as subsecretarias regionais de cada cidade, com o apoio do Núcleo de Tecnologia em Educação – NTEs, os quais estavam diretamente ligados à Superintendência de Educação a Distância – SUED, da professora Lydia Poleck. A próxima cidade depois de Goiás a ser visitada foi Pirenópolis, depois Jaraguá e outras cidades que também quiseram buscar sua identidade, trazer sua cultura, seu patrimônio. Era apresentado, para a subsecretaria e o NTE, um esboço, uma ideia da proposta a ser construída com aquela comunidade, pois entendia-se que cada cidade era diferenciada. A equipe apresentava por meio das oficinas, palestras, as discussões sobre o patrimônio, levava material de apoio, fazia uma formação rápida para as equipes das escolas locais, usando muitas vezes os vídeos e os textos da TV Escola que tinham embasamentos teóricos sobre o Patrimônio Cultural (Rosaura, entrevista em 09/02/2021).

Por fim, as escolas levantavam os temas que seriam trabalhados. Todo o processo durava quase um ano. Englobava desde a apresentação inicial da proposta até a etapa final com a apresentação dos resultados em vídeo documentário em praça pública, como evento, que era o fruto das pesquisas que os meninos tinham feito junto com suas famílias, com seus vizinhos e com a comunidade escolar.

Era demorado porque era um processo de se conhecer o espaço, de escrever, reescrever e depois, registrar com fotos e vídeos. Esse registro ultrapassava a

sala de aula, envolvia os NTEs, e também, os profissionais da própria SUED, ministrando oficinas de vídeos, de fotografia e tudo isso era utilizado para fazer esse registro daquilo que os alunos com a comunidade tinham “descoberto”. Na verdade, já estava lá, ninguém descobriu, mas redescobriu aquela casa, aquele objeto, aquele jeito de fazer a comida típica, como Patrimônio, como uma identidade deles. E isso não era um trabalho rápido. Era um trabalho de mudança de olhar para o Patrimônio cultural deles. Eles tinham que fazer o projeto desde a escolha do tema, a escrita que a equipe ia orientando nos aspectos técnicos. Cada *Viva e Reviva* em cada município tinha suas peculiaridades. Cada cidade tinha sua característica daquilo que ela tem para oferecer, do que a comunidade gosta e dos recursos que eles têm. Isso levava cerca de um ano até a finalização (Rosaura, entrevista em 09/02/2021).

Outra viagem da equipe para a cidade era para filmar as ações dos alunos, professores e a comunidade que organizavam os espaços e as apresentações para serem filmadas. O último encontro da equipe com a comunidade escolar era no dia da exibição do vídeo e apresentação das ações desenvolvidas pelos alunos em praça pública, com a presença de autoridades locais e equipes da SUED/SEDUC. A fita de mini-DV utilizada em nosso vídeo documentário, contendo as imagens de uma dessas visitas, ilustra o engajamento das comunidades para apresentarem sua cultura, suas memórias e identidades.

2.4.1 O documentário no *Projeto Viva e Reviva Goiás*

No *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás*, o vídeo também estava presente como recurso documental para registro das atividades durante a execução dos subprojetos. Na fase de execução, consta, como formas de registro de todas as atividades desenvolvidas pelos executores, relatórios, filmagens, depoimentos, dentre outros (APVRG - *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

O documentário também aparece como uma das formas de produção de documentos dentro do *Programa Viva e Reviva*, inclusive algumas escolas propuseram o documentário como forma de apresentar seus trabalhos. É possível ver na parte de “Recursos necessários”, no subtítulo “Recursos financeiros”, a seguinte observação:

No tocante a materiais permanentes, a equipe central necessita da aquisição de uma filmadora e de uma máquina fotográfica para registro e documentário, os quais não estão incluídos no presente orçamento. Merece ressaltar que essa previsão orçamentária está cobrindo os custos do Projeto ao longo da sua execução (APVRG - *PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS*, 2000).

Das dezenove escolas que apresentaram subprojetos para o *Projeto Viva e Reviva*

Goiás, seis delas – Colégio Sant'Ana, Escola Estadual Cora Coral, Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo, Lyceu de Goyaz, Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé e Colégio de Aplicação – colocaram como ação, entre outras, a realização de filmes/documentários. As escolas, com seus respectivos filmes e sinopses, estão elencadas no quadro abaixo:

Quadro 4: Subprojetos de filmes/documentários

Nome da escola	Título do filme/Documentário	Descrição – sinopse
Colégio Sant'Ana	“Orai Por Nós”	“Procissão das Almas - uma lenda contada e recontada com algumas variações em Goiás. Para este evento, um grupo de jovens turistas visita a Igreja Santa Bárbara e ouve o Guia contar a lenda desta procissão, baseado num conto de Cora Coralina.”
Escola Estadual Cora Coral	Sem título	Documentário de registros escritos, fotográficos, fitas com depoimentos, relatórios, textos, criados pelos próprios alunos.
Escola Municipal Ellidia Maschietto Santillo	“Um Dia”	“Um dia na vida dos alunos da zona rural, retratando a manhã de trabalho junto à família e a viagem pelo transporte escolar até a escola. O ônibus fura o pneu, os alunos esperam o concerto debaixo do sol. Um aluno dorme e sonha (ou tem pesadelo) com o abandono da Igreja de São João Batista do Ferreiro e os problemas ambientais da região. Na escola, os alunos falam sobre os problemas ambientais de Goiás.”
Lyceu de Goyaz	“Goiás-prazer em conhecer”	“Poema musicado que canta as atrações vilaboenses mostrando ângulos diferenciados da cidade e seus principais monumentos históricos e naturais.”
Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé	“Cidade de Goiás - Contrastes”	“A degradação ambiental e a urgência da tomada de decisões no município de Goiás. A comunidade está preparada para manter o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.”
Colégio de Aplicação	“O Pau da Bandeira.”	“A partir de uma história lúdica recolhida na região da Fatura pelos alunos de História da Faculdade de Cora Coralina, o vídeo recria uma andança de Folia de Reis, passando pelas ruínas de Ouro Fino até o almoço na Fazenda Agapito com catira, comida e muita cachaça. Lá, Seu Alberico conta histórias engraçadas como aquela em que foliões dormem bêbados no pasto e uma vaca come a bandeira, obrigando o cortejo a seguir para a próxima visita apenas com o pau da bandeira.”

Fonte: APVRG - Relatório 2002.

Podemos identificar nos subprojetos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* uma tentativa de propor ações que articulassem efetivamente uma integração entre o patrimônio material e imaterial. Os bens de natureza imaterial como tema recorrente na maioria dos subprojetos propostos pelas escolas da Cidade de Goiás não excluem a materialidade.

E, assim, comprovam a tese de que o patrimônio imaterial e o material estão intrinsecamente ligados. Para Rosaura, a sociedade em geral pensa no patrimônio como sendo a casa, ou seja, somente os bens materiais, e se esquece, ou às vezes não sabe, que o patrimônio cultural se relaciona à identidade de um grupo. Em sua concepção, é o nosso jeito de falar, de ver e perceber as coisas. Do mesmo modo, “o patrimônio material e o imaterial estão juntos” (Rosaura, entrevista em 09/02/2021).

Há, portanto, uma falsa dicotomia entre o material e o imaterial do patrimônio cultural, conforme afirma Chuva (2012). Ao analisar a documentação referente à execução do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, identifica-se uma estreita relação entre o material e o imaterial. No subprojeto “Redescobrimo Goiás”, da Escola Estadual Mestre Nhola, identifica-se um entrelaçamento entre os bens imateriais e materiais, por exemplo, quando os alunos confeccionam um livro em tecido em que as poesias são bordadas à mão.

Nesse caso, o modo de fazer os bordados, ou seja, o ofício de bordar de cada comunidade, bem de natureza imaterial, envolvia também abordagens sobre a confecção de um objeto que é o livro, bem de natureza material.

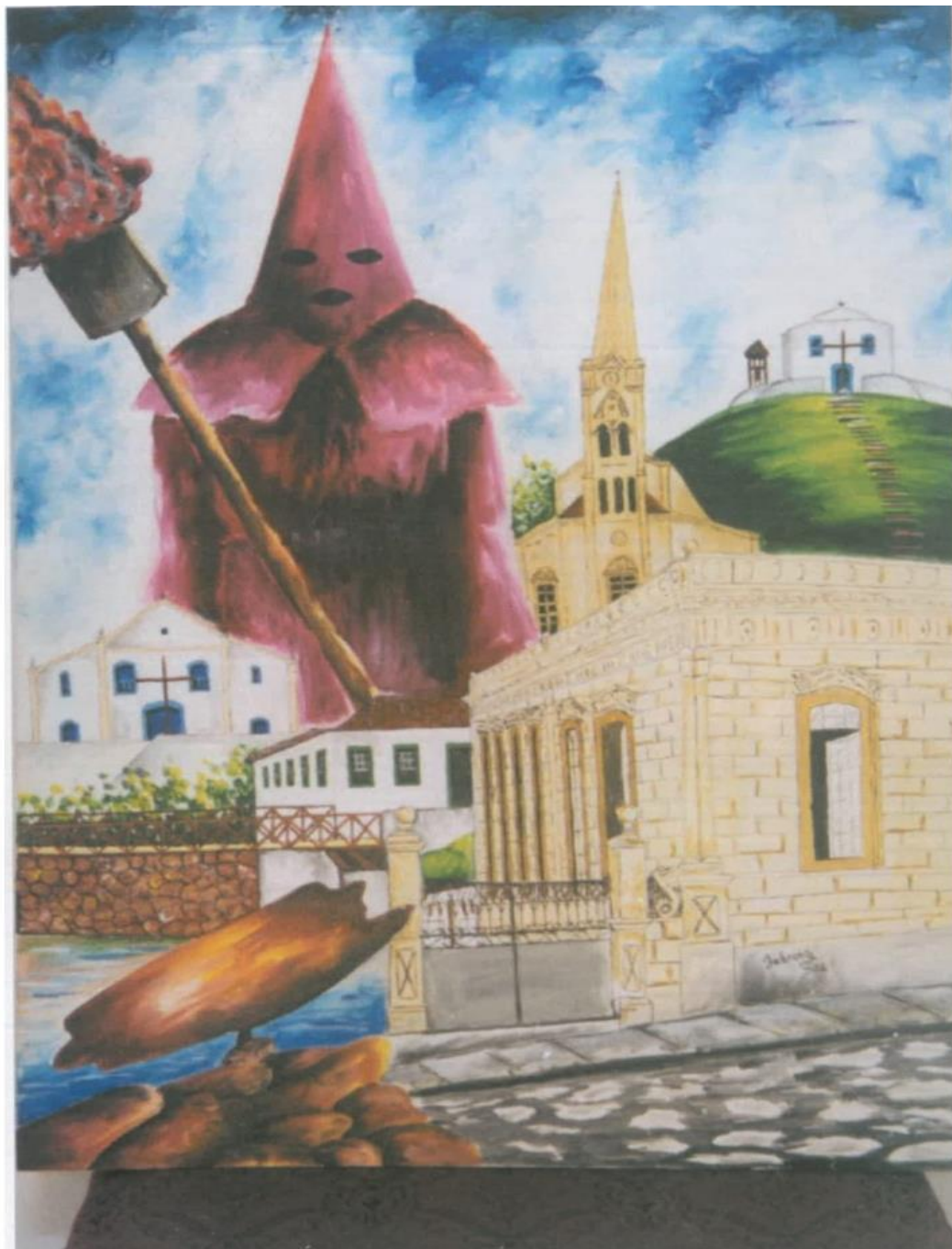
Tomemos, por exemplo, o subprojeto “Orai Por Nós”, do Colégio Sant'Ana, que abordou uma lenda sobre a procissão das almas. Para a execução da proposta, a escola ambientou a ação num patrimônio material, a Igreja Santa Bárbara³⁶, situada no alto de um morro localizado na saída norte da cidade, antigo caminho para Barra³⁷.

Na imagem abaixo, identificamos a Igreja Santa Bárbara, representada num desenho presente no subprojeto “Goiás: Prazer em Conhecer”, executado pelo colégio Lyceu de Goyaz. Na imagem (lado direito), podemos ver uma imensa escadaria que leva até a igreja em cima do morro.

O subprojeto “Um Dia” teve como foco a questão ambiental relacionada ao patrimônio natural, tendo como pano de fundo a Igreja São João Batista do Ferreiro. A capela, construída em 1761, é de taipa de pilão, tem telhado feito de telhas de barro canal e está localizada no antigo Arraial do Ferreiro, hoje desaparecido.

³⁶ A Igreja Santa Bárbara, fundada em 1780, faz parte do centro histórico da Cidade de Goiás. Os degraus da escadaria, antigamente feitos em pedra-sabão, atualmente são de cimento.

³⁷ Arraial minerador próximo à Vila Boa.

Figura 20: “Goiás: Prazer em Conhecer”

Fonte: Site *Viva e Reviva* - SEDUC/GO

O subprojeto “O Pau da Bandeira” também reúne patrimônio material e imaterial. A proposta tem como foco recontar uma história que fala de danças, comidas típicas e Folia de Reis, ou seja, bens de natureza imaterial. No entanto, o enredo se desenvolve pelas ruínas do Arraial de Ouro Fino³⁸. Nos filmes, em formato de documentário, os alunos utilizaram técnicas

³⁸ O extinto Arraial foi fundado em 1727 por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, no período de busca pelo ouro no rio Uru e no córrego de Praia.

de entrevistas, registros *in loco* do problema, objetos ou personagens presentes nas ações propostas nos subprojetos.

Infelizmente, não foi encontrado nenhum desses filmes no acervo físico, tampouco no site da SEDUC/GO. As pesquisas previstas em outros locais, a fim de obter mais informações sobre o acervo com pessoas que trabalhavam nessas escolas e na Subsecretaria foi dificultada pelo agravamento da pandemia. É lamentável que esse material audiovisual que representa parte da memória do *Programa Viva e Reviva* não tenha sido preservado pelo órgão responsável. Conseqüentemente, a riqueza desses trabalhos filmados está, de certa forma, perdida e inacessível até o momento presente. Essa é a realidade de muitos projetos que uma vez descontinuados não têm seu acervo preservado por desinteresse do próprio poder público. Não se tem notícias de como esse material foi filmado, qual tipo de câmera foi usado, onde as gravações foram editadas e quem ficou com o material bruto. A câmera digital não era ainda um recurso de fácil acesso na época. Mesmo que a ação tenha sido proposta, mas não se tivesse as condições materiais e financeiras para executá-la, fica o registro da intenção de usar o documentário como processo dialógico entre o patrimônio cultural, a memória e a identidade de uma comunidade e seus sujeitos. Posteriormente, o vídeo tornou-se mais acessível, não só no aspecto financeiro, mas também no aspecto da técnica, tanto para edição quanto às várias formas seguras para acondicionar e exibir os filmes. Hoje se usa até mesmo o celular para produzir filmes e documentários e estes podem ser feitos por qualquer pessoa que queira registrar a sua história e suas memórias, como agente responsável não só pelas transformações, mas também pela preservação de seus significados.

Na parte “Operacionalização”, “Fase de execução”, do *Projeto Viva e Reviva: Um Mergulho Com Profundidade na História de Goiás*, consta como uma das ações o registro das atividades por meio do recurso audiovisual. O vídeo foi largamente usado no *Projeto Viva e Reviva Goiás* e esteve presente em quase todos os subprojetos por ser uma atividade de grande alcance social e devido à necessidade de se documentar o processo de coleta para acervos e eventos. No corpo do orçamento da Escola Estadual Dom Abel, redigido à mão, como justificativa para a aquisição do material audiovisual, argumentou-se que ele contribuiria para a eficácia do subprojeto “Nas Trilhas da Memória”. Em três documentos soltos, datados entre agosto e setembro de 2000, há pedidos de fitas cassete e de filmagens (VHS) como material de consumo para registro das ações dos subprojetos, como é mostrado no quadro abaixo:

Quadro 5: Orçamento *Viva e Reviva Goiás*: material de consumo

Escola Estadual Mestre Nhola – “Redescobrimo Goiás” – sem data		Escola Estadual Constâncio Gomes – “Amo, Por Isso Cuido” – 2000		Escola Estadual Dom Abel – “Nas Trilhas da Memória” – 2004	
<i>Gastos urgentes</i>	<i>Valor</i>	<i>Levantamento de gastos</i>	<i>Valor</i>	<i>Recursos materiais necessários</i>	<i>Valor</i>
Fitas cassete	0,00	Fitas para filmagem	23,00	Filme para máquina fotográfica	0,0
Fitas VHS	50,00	Técnico para filmagem	30,00	Fita para filmadora pequena	0,0
Filmes	60,00	Filmes para fotos	23,00	Revelação de fotos	0,0
–	–	Revelação de filmes	60,00	Álbum para fotografia	0,0
–	–	Máquina fotográfica	80,00	Fita cassete	0,0

Fonte: APVRG - Documentos avulsos, manuscritos e datilografados pela equipe das Escolas, 2000.

Nesses documentos há pedidos, inclusive, de compra de uma máquina fotográfica e de contratação de serviços. Dependendo do tipo de atividade que seria usada com os alunos, como construção de maquetes ou desenhos e pinturas, constavam no orçamento, também, pincel atômico, canetinhas, giz de cera, isopor e argila, entre outros.

No orçamento das três escolas está prevista a compra de material de consumo para registro tanto em vídeo como em fotografia. Apenas a Escola Estadual Constâncio Gomes coloca como item de consumo a compra de uma máquina fotográfica e a contratação de um técnico de filmagem. Pelo preço da câmera, pressupõe-se que seja uma máquina digital de baixa qualidade. Nessa época, início do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, a SEDUC/GO tinha verba disponível para todas as ações das escolas, inclusive para a contratação de mão de obra, haja vista que se tratava do período em que a Cidade de Goiás estava se preparando para receber o título de Patrimônio da Humanidade. Era preciso unir todos os esforços para que a comunidade vilaboense apresentasse os melhores trabalhos em Educação Patrimonial e as atenções do governo do Estado de Goiás estavam totalmente voltadas para essa cidade.

Na justificativa do subprojeto da Escola Dom Abel, intitulado “Santa Rita, Nas Trilhas da Memória”, de 2004, lê-se: “as situações deste projeto têm como intenção maior, que os alunos conheçam e valorizem a Festa de Santa Rita nos aspectos materiais e imateriais, como manifestação cultural importante do Bairro João Francisco”. O subprojeto prevê como produto final dessa ação a “construção de um documentário da Festa de Santa Rita, escrito e em vídeo, para ficar como material de pesquisa no acervo da Escola e com isso contribuir para o *Projeto Viva e Reviva Goiás*” (APVRG - SUBPROJETO “SANTA RITA, NAS TRILHAS DA

MEMÓRIA”, 2000).

A preocupação não era só filmar o evento, a festa; já estava consolidada para os professores a importância de formar um acervo com as memórias da cidade e seu patrimônio cultural. Essas ações reforçam os objetivos do *Projeto Viva e Reviva Goiás* acerca da valorização do rico patrimônio cultural que a Cidade de Goiás tem e que merece ser registrado para as novas gerações. É fato que muito desse material audiovisual se perdeu e também não se encontra nenhum registro em vídeo no site do *Programa Viva e Reviva*, disponibilizado pela SEDUC. Em 2006, o Colégio Estadual de Aplicação Prof. Manuel Caiado, com o tema “Re-Cria-Ação”, seguindo na mesma direção, propôs a realização de um documentário, um painel e fotografias como formas de registro documental do subprojeto.

No acervo em análise, encontra-se um *folder* sem data, em que se propõe a realização de oficinas “com uso das tecnologias”. Uma dessas oficinas é o *flog*³⁹ “Goyaz – O que é Goiás para mim? Uso pedagógico da informática”, que atende uma das diretrizes do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, a de capacitação dos professores e alunos quanto ao uso de tecnologias para fins de registro. A proposta é do NTE, por ser o núcleo que cuidava da área de tecnologia e oficinas de capacitação nas escolas.

No *folder*, o convite é feito para professores e alunos das escolas participantes, que “tem observado, registrado e organizado produções variadas que retratam, a partir do presente, um olhar ao passado para prever o futuro” e é finalizado da seguinte maneira: “Com essas oficinas, você poderá também melhorar suas habilidades no uso do computador, internet, câmera digital e outras técnicas” (APVRG - *FOLDER DE OFICINA DE USO DE TECNOLOGIAS DO NTE*).

Em 2006, na Escola Estadual Mestre Nhola, os alunos da 3ª série do período matutino criaram um blog como continuação de subprojetos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Encontram-se no blog *Viva e Reviva Goiás* da Escola Estadual Mestre Nhola informações sobre a realização de uma oficina de vídeo. Numa das páginas do blog consta que, após uma oficina de comunicação, os alunos do colégio foram divididos em dois grupos. Cada um criou seu próprio roteiro de entrevistas e, depois de pronto, apresentava-se para toda a turma. O grupo selecionado para fazer a entrevista foi a turma da professora Maria das Graças.

³⁹ FLOG: A palavra é uma abreviação de *fotolog*, que por sua vez surge da justaposição de “foto” e “blog” (do inglês, “diário”). Um *flog* (também *fotolog*, *fotoblog* ou *fotoblogue*) é um registro publicado na internet, com fotos colocadas em ordem cronológica ou apenas inseridas pelo autor sem ordem, de forma parecida com um blog. Ainda se pode colocar legendas, retratando momentos bons de lazer. É parecido com um blog, mas a diferença é que nele predominam fotos ao invés de textos.

Figura 21: Oficina de Comunicação

About Me
Name: [VIVA E REVIVA GOIÁS](#)
View my complete profile

Links
Google News
Edit-Me
Edit-Me

archives
May 2006

Friday, May 19, 2006

Oficina de Comunicação

A Oficina de Comunicação, realizada na Escola Estadual Mestre Nhola com a turma da 3ª série matutino, foi muito significativa, pois tivemos a oportunidade de ver a criatividade dos alunos nos momentos das atividades práticas, onde em grupos, criavam seu próprio roteiro de entrevista e depois apresentavam para a turma toda. Destes grupos a sala elegeu o grupo que se sobressaiu aos demais para realizar a entrevista com a professora da turma Maria das Graças.

posted by VIVA E REVIVA GOIÁS @ 9:48 AM 1 comments

Fonte: Blog Viva e Reviva Goiás da Escola Estadual Mestre Nhola

Nessa entrevista, podemos perceber um pouco do impacto que o *Projeto* teve na mudança de olhar para o seu próprio lugar de memória e o seu patrimônio cultural. A entrevistada foi a professora Ezildete Albuquerque de Sá, coordenadora do *Projeto Viva e Reviva Goiás* na Cidade de Goiás. Foi questionado como o *Projeto Viva e Reviva Goiás* surgiu e quais eram os seus objetivos. Em resposta, a professora afirmou que:

O objetivo inicial do Projeto Viva e Reviva Goiás foi de conhecer a História da Cidade de Goiás, quando esta estava prestes a receber o título de Patrimônio da Humanidade, e pouco se sabia sobre sua própria história. Então, a partir da mobilização e conscientização da comunidade local, para a conservação e valorização do Patrimônio cultural e histórico, e a partir da pesquisa dos próprios alunos, implementou-se uma política de valorização desse patrimônio nas escolas do município de Goiás. Posteriormente, esse projeto foi transformado Pela Secretaria de Estado da Educação, em Programa Viva e Reviva, sendo atualmente desenvolvido em outros municípios do Estado de Goiás: Goiânia, Pirenópolis, Jaraguá, Silvânia, Campos Belos, Cavalcante, Monte Alegre, Teresina de Goiás e Jataí (BLOG DA 3ª SÉRIE MATUTINO DA ESCOLA ESTADUAL MESTRE NHOLA).

A fala da professora deixa claro que antes do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, que surgiu em torno do título de Patrimônio da Humanidade para a Cidade de Goiás, os moradores pouco sabiam sobre sua própria história, mesmo sendo uma cidade que já tinha seu patrimônio cultural tombado desde 1978 e com alguns projetos pontuais de Educação Patrimonial.

Outra questão que a Professora Ezildete respondeu na entrevista foi se, ao executarem o projeto, houve mudança na forma de compreender a questão da preservação do patrimônio cultural nos locais trabalhados.

Acredito que sim, pelo menos no Colégio Estadual Professor Alcide Jubé, onde trabalhamos com um grupo de alunos sobre a História da Praça do Coreto, e do próprio Coreto, e esses alunos passaram a olhar esse local de maneira diferente, pois constataram, entre outros, aspectos até então desconhecidos, como: os vários nomes que a praça já recebeu, as transformações sofridas no eu espaço geográfico no decorrer do tempo, a discriminação social existente no local, uma vez que os pobres, principalmente se fossem negros, não podiam circular em seu interior, e também que a Banda da Polícia Militar tocava no Coreto nos feriados e finais de semana (BLOG DA 3ª SÉRIE MATUTINO DA ESCOLA ESTADUAL MESTRE NHOLA).

Fica evidente na fala da professora o quanto o projeto mudou, pelo menos naquele momento, o olhar dos sujeitos para a sua cidade, seu espaço e lugar, ressignificando suas memórias e identidades. O projeto promoveu um reencontro entre a cidade e seus habitantes reais, imaginários, do passado ao presente e o futuro. E quando esse tempo e espaço são recuperados, eles permanecem gravados na memória e produz uma atmosfera de pertencimento na qual todos se tornam protagonistas da sua própria história.

Em outra página do mesmo blog, a professora entrevistada destaca os pontos positivos e negativos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Para a professora Izildete, os aspectos positivos foram:

a conscientização da comunidade sobre a importância da preservação do Patrimônio Histórico, das tradições e da cultural local, os vídeos produzidos em 2005, a partir das oficinas de produção audiovisual, do projeto Se-LIGANO-FICA dos Colégios Aplicação, Albion, Alcides Jubé, Cora Coralina, Sant'Ana e da Escola Dom Abel (BLOG DA 3ª SÉRIE MATUTINO DA ESCOLA ESTADUAL MESTRE NHOLA).

Quanto aos pontos negativos, a professora lamenta “a falta de compromisso de poucas unidades escolares em dar continuidade ao *Viva e Reviva* alegando “estar morto” e a não realização das exposições, previstas em 2004 e 2005, por falta de recursos” (BLOG DA 3ª SÉRIE MATUTINO DA ESCOLA ESTADUAL MESTRE NHOLA). Essa impressão de que o *Projeto Viva e Reviva Goiás* estava “morto” pode estar ligada ao fato de outros municípios terem aderido ao programa, o que fez com que a equipe tivesse que desviar seu foco para atender as novas demandas. No que se refere ao outro aspecto negativo, por se tratar de verba pública, há sempre outras solicitações mais urgentes quando mudam os gestores das pastas.

Vinte escolas encerrariam o ano de 2006 com a exposição, para a comunidade local, dos subprojetos que haviam sido trabalhados com os alunos, uma continuação do *Projeto Viva e Reviva Goiás: Um Mergulho com Profundidade na História de Goiás*. Algumas dessas instituições fizeram parte do primeiro grupo de escolas que em 2000 aderiram ao *Projeto*. No

livreto (ver figura 15), no lado esquerdo da imagem aparece, em ordem alfabética, o nome da pesquisadora e da equipe do *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Foi o último ano em que a professora Lydia Poleck participou. Em 2007, ela seria exonerada do cargo de superintendente. No lado direito da imagem, observa-se que a Escola Estadual Jardim de Infância Prof^a Terezinha Viggiano Mendes, com o tema “Brincadeiras e Cantigas de Roda”, e a Escola Estadual São Pedro, com o tema “Redescobrimo as Origens Calcilandenses”, estão no *Relatório de Atividades do Projeto Viva e Reviva na Cidade de Goiás*, mas só em 2006 fizeram as exposições dos seus trabalhos.

Nesse livreto, encontramos escolas que não executaram os subprojetos até 2002, mas que em 2006 conseguiram realizá-los e apresentá-los, como a Escola Geração Santa, com o tema “Confecção de brinquedos utilizando sucatas”, e a Escola Asas da Liberdade, com o tema “Projeto Cidadania”.

Há ainda outras escolas, como o Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé, que em 2000 apresentou o projeto “Goiás Canta seus Cantos e Seus Encantos” e retornou em 2006 com o tema “Ouro Fino e Rosa Gomes”, com a proposta de conhecer aspectos de um antigo Arraial do Ouro, as ruínas existentes no local e o que ficou no imaginário das pessoas a respeito desse lugar. Além disso, propunha pesquisar para conhecer a vida da escravizada Rosa Gomes, que viveu na antiga Vila Boa de Goiás e que numa sociedade escravista conseguiu compor sua própria liberdade.

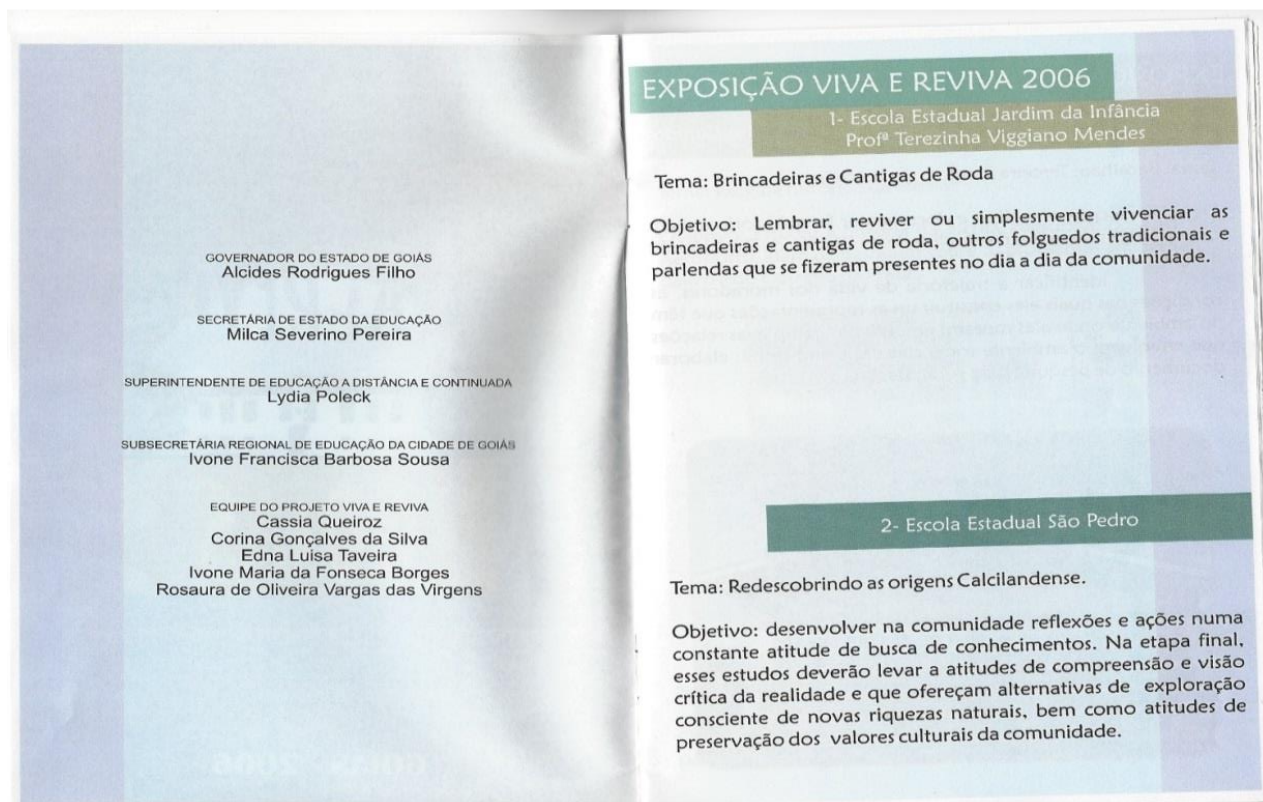
A longa duração do *Programa Viva e Reviva Goiás* se deu pelo momento histórico em que a Cidade de Goiás recebeu o título de Patrimônio da Humanidade e pela vontade política do Governo de Goiás de bancar e apoiar o *Projeto*. Soma-se a isso a amizade e o respeito de longos anos entre as mentoras e coordenadoras do *Projeto*, a secretária de Educação, professora Raquel Teixeira, a professora Lydia Poleck e a professora Edna Taveira.

Essas três mulheres conseguiram mobilizar a comunidade vilaboense, contagiando seus habitantes, convencendo-os da importância de serem sujeitos da própria história, trazendo uma mudança para o olhar para seu espaço de memória e identidade.

Era ali que eles deveriam se colocar como agentes transformadores, responsáveis pelas histórias que seriam contadas para as próximas gerações, deixando registrado em livros e na alma suas impressões sobre a sua cidade, sua comunidade, seu grupo social e histórico.

Percebe-se assim, que houve a continuação do *Projeto* por várias escolas com novas temáticas. Isso revela que o conhecimento foi apreendido e mantido pelo menos até 2006, ano em que temos o último registro das atividades em livretos.

Figura 22: Livreto - Exposição *Viva e Reviva* – 2006



Fonte: Site *Viva e Reviva* - SEDUC/GO

Podemos observar no lado esquerdo do livreto que o governador não era mais Marconi Perillo e a secretária não era a professora Raquel Teixeira. No entanto, a professora Lydia Poleck continuou sendo a superintendente de Educação a Distância e Continuada por algum tempo até sua saída definitiva do Programa em 2007. Outro ponto a ser observado é que em todos os livretos os nomes dos membros da equipe do *Programa Viva e Reviva* sempre vinham em ordem alfabética: Cassia Queiroz, Corina Gonçalves da Silva, Edna Luisa Taveira, Ivone Maria da Fonseca Borges e Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens. Essa forma de elencar a equipe, provavelmente, partiu da professora Lydia Poleck, pois era ela quem sugeria, mantinha, modificava e aprovava todas as normativas que envolviam o programa.

Em 2010, o fim do *Programa Viva e Reviva* que já estava sendo executado havia dez anos, envolvendo várias cidades, foi angustiante para a equipe. Ivone Maria da Fonseca Borges ressalta a tristeza pelo fim de um projeto importante em que os alunos, por meio de suas pesquisas, passavam a conhecer a própria história, a sua comunidade e o seu patrimônio cultural.

Quando eu soube do encerramento do Viva e Reviva eu fiquei triste ao pensar que quem estava perdendo realmente por não ter esse programa foram as

escolas e os alunos. [...] Era um programa belíssimo que não dependia de tanto dinheiro. Tinha uma equipe já bem formada e preparada. Claro que vinha os novatos, mas sempre enriquecendo o projeto. Foi angustiante saber que além de desmontar tudo, não conseguiu nem preservar aquilo que já estava pronto (Ivone, entrevista concedida em 14/04/2021).

Para Ivone e demais membros da equipe, foi angustiante saber que, no desmonte do programa, não se preservou sequer o que já estava pronto. O *Viva e Reviva* era um programa que não precisava de muito recurso financeiro e já tinha uma equipe organizada para dar continuidade a ele em outras cidades.

De certa forma, o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, ao mobilizar toda a cidade, conseguiu dar voz e vida aos excluídos, ao perceber que a ordem das demandas pela patrimonialização foi progressivamente se deslocando dos interesses do estado para os dos novos sujeitos, ou seja, os indivíduos e as coletividades historicamente ausentes ou pouco representados nas políticas patrimoniais até aquele momento.

O *Programa Viva e Reviva* foi interrompido de forma abrupta e encerrado definitivamente em 2010 sem nenhuma perspectiva de que viesse a ser substituído por outro que pudesse suprir essa lacuna nas escolas do estado. A equipe foi desmontada e cada membro foi alocado para outras funções e departamentos. Embora o Estado de Goiás tenha um riquíssimo patrimônio cultural, até o momento, a Secretaria de Educação não manifestou disposição em retomar o programa ou de criar outro que tivesse como área de interesse a Educação Patrimonial e envolvesse as escolas e a comunidade local. Todavia, a semente plantada no coração de cada aluno deu frutos e trouxe para aquela geração um olhar diferenciado sobre as questões não só do patrimônio material e imaterial, mas também sobre o meio ambiente. Cada aluno se viu como sujeito da sua própria história e encontrou sua capacidade de experimentar algo novo e transformador na sua própria comunidade.

3. VÍDEO DOCUMENTÁRIO: *VIVA E REVIVA MEMÓRIAS*

3.1 Apresentação e formato do produto

O produto educacional é um vídeo documentário intitulado *Viva e Reviva Memórias*. Ele foi pensado a partir da análise das experiências relatadas acerca de ações de Educação Patrimonial desenvolvidas no *Projeto Viva Reviva Goiás*. O vídeo documentário ficará acondicionado no site do PROMEP e, assim, será disponibilizado para o público em geral.

O vídeo documentário cada vez mais se apresenta como uma importante ferramenta de registro, fonte de pesquisa ou forma de divulgação do conhecimento produzido, seja de um grupo ou de uma época. O vídeo tem como proposta ser um elemento da Educação Patrimonial partícipe de uma geração para a qual a mídia está presente em quase todos os aspectos da vida cotidiana. Além de ser prazeroso assistir a esse tipo de mídia, é também um recurso educacional que foi muito usado como ação nos subprojetos das escolas para o *Projeto Viva e Reviva Goiás*.

Na concepção de José Moran (2000), o vídeo, ao promover a aproximação da sala de aula com o dia a dia e com as diversas linguagens da sociedade urbana, acaba introduzindo outras questões no processo da educação. Compreende-se assim que um filme é carregado de símbolos, códigos superpostos e significações porque contém uma história sobre um lugar, um objeto, uma pessoa. Isso contribui para despertar a sensibilidade do espectador que identifica no outro algo que também está presente em si próprio, em suas memórias. Esse é o poder exercido pelo vídeo quando eterniza um momento de uma fala, de uma dança ou da expressão de um sentimento que dialoga com o outro que se vê refletido nessas imagens.

Nesse sentido, o audiovisual pode ser uma ferramenta de Educação Patrimonial promovendo a interação entre a comunidade e as suas referências culturais, em especial, a escola. A esse respeito, Moran afirma:

Antes da criança chegar à escola, já passou por processos de educação importantes: pelo familiar e pela mídia eletrônica. No ambiente familiar, mais ou menos rico cultural e emocionalmente, a criança vai desenvolvendo as suas conexões cerebrais, os seus roteiros mentais, emocionais e suas linguagens (MORAN, 2000, p. 16).

Nesse contexto, é importante destacar que, para o autor, só é possível educar quando se tem como princípio levar o outro para a autonomia, para a liberdade por meio de processos que privilegiem a participação e a interação que apresentam como premissa o respeito às diferenças promovido por pessoas e grupos livres (MORAN, 2000). Essa concepção relaciona-se com a

proposta do vídeo documentário de modo reflexivo já que o propósito é estabelecer uma relação participativa entre o filme e o espectador envolvendo, assim, uma ligação entre imagem, narrativa e memória.

Dessa forma, o vídeo documentário se configura como um instrumento mobilizador da sociedade na construção e divulgação do conhecimento. Além disso, possibilita o desenvolvimento de uma participação ativa de uma determinada comunidade a partir da utilização do gênero e nos possibilita relacionarmos a memória, o patrimônio cultural e a Educação Patrimonial, fazendo com que a própria realização do vídeo documentário seja uma construção coletiva com a participação dos sujeitos envolvidos.

Sob a perspectiva de Néstor García Canclini (1997), os processos para a realização de uma ação parecem, em certos momentos, ser mais importantes que os objetos abordados com a permanência da sua pureza, na igualdade entre si, mais do que por sua expressão sociocultural. Nesse sentido, podemos entender que a modernidade pode conviver com as tradições e o moderno se mistura com novas práticas de socialização. O autor alerta para a necessidade de novos instrumentos conceituais diante da crise da modernidade a partir do multiculturalismo gerado pelo globalismo. Em suma, há uma necessidade de voltarmos os olhares para os espaços que reflitam sobre as partes fragmentadas das memórias e identidades que são provocativas sobre uma mesma imagem.

O filme é um instrumento vivo, rico e com uma dinâmica própria que nos permite relacionar a imagem com a memória, o patrimônio cultural e as diferentes identidades. A própria realização do vídeo documentário é a construção de um objeto de memória, seja como ferramenta de registro, fonte de pesquisa ou forma de divulgação do conhecimento produzido. Além disso, o vídeo, sob o olhar subjetivo de quem filma e, depois de filmado, escolhe o que segue com o produto editado e o que fica como objeto de memória para uma comunidade, estabelece uma conexão entre imagem, narrativa e memória. Quem trabalha com audiovisual sabe que a edição de um filme para gerar um produto final trabalha com a “perda” do material que é descartado na edição do material bruto filmado. Esse é um processo muitas vezes doloroso, pois em algum momento temos que renunciar a uma imagem fotograficamente bela, mas que não se encaixa na narrativa do filme. Essa seleção, que ficará como memória permanente, é o que vai dar a identidade ao filme e à história contida nele, pois, “no plano individual ou coletivo, somos, antes de tudo, o que esquecemos e descartamos” (GONÇALVES, 2015, p. 223-225). Ao final, o documentário retrata certa realidade, a partir de um recorte, sob o olhar e uma narrativa do documentarista.

O vídeo documentário, como produto, tem como principal característica a representação da realidade de forma mais ampla que, por estar carregada de mensagens com contexto imagético, propõe uma fácil aceitação pelo telespectador tanto pelas crianças, quanto pelos jovens e adultos. Nesse sentido, a produção de documentários pode ser compreendida como uma arte que possibilita ao espectador experimentar: “o pulsar da vida das pessoas e dos acontecimentos do mundo [...] é o que o documentário tem de mais gratificante para nos oferecer. É, sem dúvida, um modo de incentivar um conhecimento aprofundado sobre a nossa própria existência” (PENAFRIA, 1999, p. 8).

Assim, o documentário *Viva e Reviva Memórias* foi desenvolvido como um instrumento para atuar na Educação Patrimonial. A proposta é incentivar os professores e alunos a abordarem as suas referências culturais e, assim, participarem do processo de discussão sobre a preservação do patrimônio na perspectiva da Educação Patrimonial e de sua influência para a manutenção do rico acervo que guarda a memória de Goiás e seus habitantes junto à comunidade escolar e local.

Dessa forma, um dos propósitos da organização do material audiovisual e sua montagem em um documentário de curta-metragem é o estímulo de posturas diferenciadas perante o bem cultural. Assim, o critério para organização e categorização dos registros se orienta a partir das falas dos entrevistados – corroborando, então, com as expressões da memória coletiva (PENAFRIA, 1999).

Nesta perspectiva, a função do vídeo documentário como produto consiste em, a partir de um fragmento de memória do projeto *Viva e Reviva Hidrolândia*, contida numa das fitas encontradas, estabelecer um diálogo com as relações identitárias em suas formas de expressão. Com isso, o audiovisual torna-se um meio de registro e de preservação desses fragmentos de memórias que dialogam com a preservação e a conservação do patrimônio cultural.

Na concepção de Nichols (2005), existem os modos de documentário expositivo, observativo, participativo, reflexivo, performático e poético, que, por sua vez, correspondem a diferentes momentos históricos na evolução da sublinguagem do cinema que gradativamente passou a ser denominada como cinema documentário. Assim, considerando que o objetivo central do vídeo documentário é uma maior interação entre realizador e espectador, o modo escolhido foi o reflexivo que, assim como os outros modos, “pedem-nos para ver o documentário pelo que ele é: um construto ou representação” (NICHOLS, 2005, p. 162).

Da mesma maneira, é de suma importância não sobrepor equivocadamente modo e forma estilística. Nesta perspectiva, para pensar os diferentes modos de documentários, muitas

vezes sobrepostos dentro de uma mesma narrativa fílmica, o autor sugere trabalhar com o conceito de “voz” atrelado às narrativas, imagens, asserções e exposições dialógicas do documentário com o mundo.

Há uma especificidade no vídeo e no filme documentário que gira em torno do fenômeno de sons e imagens em movimentos gravados em meios que permitem um grau notavelmente elevado de fidelidade entre a representação e aquilo a que ela se refere. As formas digitais de representação somam-se aos vários meios que satisfazem esses critérios. Alguns verão uma expansão do documentário em mídias como o CD-Roms ou websites interativos dedicados as questões históricas e organizados segundo convenções de representação documental. Vejo aí algo mais próximo da polinização cruzada do que uma expansão literal ou uma continuação direta, já que mídias correlatas intercambiam convenções e tomam emprestadas técnicas umas das outras (NICHOLS, 2005, p. 23).

Para chegar ao produto final, a produção dos materiais audiovisuais foi dividida em momentos distintos – a gravação das entrevistas e a pós-produção, composta por edição, montagem e finalização. A definição do tema e a divisão do material compõem um vídeo documentário de no máximo 10 minutos que após as gravações seguiu para o processo de decupagem e organização dos registros. Quanto ao uso de entrevistas, ao buscar informações sobre o tema com entrevistados que possuíam bagagem informativa, essa estratégia visa ser esclarecedora, e o entrevistador ratifica seu papel como intermediador, buscando conceitos para construir seu trabalho.

Assim, uma introdução foi feita às imagens para contextualizar o espectador quanto ao tema e ao seu desenvolvimento, com o objetivo de atingir uma linguagem simplificada e de fácil compreensão para diferentes públicos. O presente trabalho, então, visa concluir o levantamento feito anteriormente. Sua organização metodológica localiza-se no instante da pós-produção do vídeo documentário, formato adotado para articular ideias e conceitos resgatados em entrevistas.

Em relação ao formato, o produto proposto é um vídeo documentário com 10 minutos de duração e propõe apresentar os resultados da pesquisa sobre a experiência do *Programa Viva e Reviva*. Propiciará, assim, uma reflexão sobre a história do Estado de Goiás, revelando detalhes da vida de seus personagens, mostrando objetos, obras de artes e documentos que fazem parte da memória goiana com a proposta de manter um diálogo direto com o público. O produto e o manual estarão disponíveis no site do PROMEP.

Desse modo, para a produção do documentário, foram realizadas análises das narrativas e de seus personagens para revelar a memória afetiva dos habitantes da Cidade de

Goiás com seu patrimônio material e imaterial, utilizando o documentário como instrumento de Educação Patrimonial. As bases teóricas do trabalho são as concepções de patrimônio cultural, memória e identidade. Já os pressupostos metodológicos se referem à Educação Patrimonial e a sua relação com o documentário como possibilidade de método. As etapas referentes à produção do documentário envolveram a aplicação de entrevistas, observação do objeto por meio de acervo documental físico e virtual, etapas de pré-produção do documentário como: construção da *storyline*, argumento, tratamento e roteiro. E, por fim, o processo de realização e edição do documentário.

O formato de vídeo documentário foi muito utilizado no *Programa Viva e Reviva* e tinha a finalidade de preservar o patrimônio material e imaterial por meio de registro audiovisual. Nessa perspectiva, a nossa proposta visa, a partir dessa experiência realizada no Estado de Goiás de 1999 a 2010, apresentar o vídeo documentário como produto dinâmico e criativo permitindo ao público, por meio dos depoimentos, entrevistas, fotografias e outros eventos propostos pelos subprojetos, inteirar-se das ações educativas utilizadas pelas escolas no *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Do mesmo modo, espera-se que seja uma ferramenta de Educação Patrimonial que desperte o olhar do público, sobretudo a comunidade escolar, para o seu próprio patrimônio cultural.

3.2 Público-alvo do documentário

No que se refere ao público, o produto é destinado à comunidade escolar e também ao público em geral a fim de provocar o interesse pela preservação do patrimônio cultural da sua comunidade. A escolha por envolver o público escolar se deve ao fato de o *Projeto Viva e Reviva Goiás* e depois o *Programa Viva e Reviva* serem totalmente direcionados a esse público desde a sua gênese, tendo como premissa a interação com a comunidade local que tem papel fundamental na construção dialógica entre os indivíduos e sua história, seus saberes e fazeres. No entanto, o vídeo documentário pode inspirar também a todos, pois trata-se de apresentar o *Projeto Viva e Reviva Goiás* como um projeto de Educação Patrimonial de fácil execução em qualquer local, espaço, atendendo aos mais diversos grupos, já que envolve tanto a escola quanto a comunidade, de uma forma geral, numa troca mútua de experiências, num processo contínuo de ressignificação da sua história e da sua cosmovisão. O vídeo documentário, também, apresenta alguns exemplos de temas relacionados ao patrimônio cultural que podem ser trabalhados de diversas formas, tais como músicas, desenhos, vídeos, fotografias e outros.

A linguagem audiovisual como nova opção educativa dentro da proposta de Educação Patrimonial torna possível a veiculação de uma variável de informações com nova perspectiva dentro de diferentes espaços que possam se integrar e interagir. Nesta perspectiva, tal linguagem facilita a comunicação, garantindo a possibilidade da livre expressão e proporcionando o processo de construção do diálogo entre os agentes sociais de cada comunidade. O vídeo é uma opção educativa para colocar a escola no mundo e ao mesmo tempo trazer o mundo para dentro dela. Assim, espera-se com o vídeo documentário, produto dessa pesquisa sobre a experiência do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, contribuir com a preservação do patrimônio material e imaterial por meio do audiovisual.

Quando o professor constrói competência e habilidade para trabalhar com recursos tecnológicos, ao contextualizar suas atividades didáticas, esses procedimentos serão usados como mais uma ferramenta pedagógica enriquecedora do texto e do contexto que estão sendo trabalhados. Por essa razão, o conhecimento do consumo midiático é um instrumento importante para a educação de uma maneira geral, não só para o entendimento dos conteúdos escolares, mas também para a avaliação, a interpretação e o refinamento do gosto do público escolar. Estamos sugerindo descobrir, através de atividades metódicas, a postura dos educandos diante do mundo, dos seus princípios e das suas identidades, para dialogarmos com eles e apresentarmos as nossas e as novas ideias. Nesse cenário, a era da informação é também a era da educação, plena e unificada.

A atração da linguagem audiovisual é constante, proporcionando ao público uma enxurrada de informações, que mesmo sem procedimento pedagógico, transforma-se em formação através da comunicação. Os alunos têm que viver a experiência de descobrir por si mesmos o que está acontecendo, o que e como está sendo mostrado, e também o que está sendo omitido. Isso implica contribuir para que os estudantes sejam capazes de elaborar suas próprias comunicações, com suas distintas linguagens, com distintas lógicas de articulação.

3.3 O impacto para a comunidade e a preservação do bem cultural

Após a análise da documentação do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e do diálogo com a historiografia mais recente acerca de Educação Patrimonial, elaborou-se uma proposta de um produto audiovisual cujo foco recai sobre a experiência do *Programa Viva e Reviva Goiás*. Nesse sentido, seguindo as orientações do Iphan acerca de ações de Educação Patrimonial, pode-se propor uma relação de respeito entre o passado e o presente, ao mesmo tempo buscando

equilíbrio entre o progresso tecnológico-econômico e o patrimônio cultural, e procurando romper com a equivocada ideia de que o passado não pode conviver harmoniosamente com o presente.

Assim, busca-se com o produto: estimular a comunidade escolar e local a pensar sobre as suas referências culturais por meios de atividades de Educação Patrimonial; sensibilizar e aumentar a vinculação afetiva da população goiana com o seu patrimônio cultural; e estimular atividades de educação patrimonial em escolas públicas e privadas a partir dos elementos abordados no vídeo documentário.

Por se tratar de um produto resultado de um recorte para o Relatório do Mestrado Profissional, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho se baseou nas entrevistas e nos documentos coletados no site da SEDUC/GO e no acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás* para sua produção. O Relatório teve como objetivo produzir um documentário a partir da memória afetiva da autora sobre o *Programa Viva e Reviva*, no qual trabalhou como diretora e oficinaira de vídeos.

Em relação ao uso do vídeo documentário, é preciso considerar os seguintes aspectos: (1) a importância do *Projeto Viva e Reviva Goiás* como ação inovadora e agregadora no Estado de Goiás no campo da Educação Patrimonial; (2) compreender o *Projeto Viva e Reviva Goiás*, sua história, a relação com a cidade e sua importância como proposta de Educação Patrimonial; (3) a valorização da escola como mediadora da Educação Patrimonial para a comunidade local e sua relação com o documentário como metodologia de ação educativa; (4) estimular os alunos de uma maneira geral a usar o audiovisual para enriquecer seu aprendizado ao buscar novas formas de conhecimento sobre a sua realidade e suas referências culturais; (5) inspirar e estimular professores e alunos a produzirem os seus vídeos-documentários.

Dessa forma, o vídeo documentário visa apontar a transversalidade das mídias audiovisuais como um importante aliado para a comunidade escolar, considerando a complexidade social e cultural na construção de subjetividades decorrentes dos novos modos de ver, pensar e apreender o momento histórico em que vivemos. Do mesmo modo, pretende-se encontrar, nas práticas atuais dos espaços de sala de aula, elementos que possam fornecer subsídios para aprofundar algumas questões relacionadas à Educação Patrimonial dentro de uma perspectiva histórico-cultural, recolocando a questão memória e identidade, inserindo a linguagem audiovisual no universo escolar.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO VÍDEO DOCUMENTÁRIO: *VIVA E REVIVA MEMÓRIAS*

4.1 Manual de uso do documentário

A proposta de um produto em formato de vídeo documentário, intitulado *Viva e Reviva Memórias*, teve como objetivo principal estimular o uso da linguagem audiovisual no ambiente escolar a partir de um recorte das experiências da autora no *Programa Viva e Reviva* em que ministrou oficinas de vídeo para alunos e professores. O curta-metragem visa explorar esse ambiente a partir de registros feitos na execução dos subprojetos do *Viva e Reviva Hidrolândia*, de depoimentos e fotos da época, além de cenas atuais da própria autora, visitando os lugares da Cidade de Goiás em que o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi implantado em caráter experimental. Durante o vídeo documentário, elementos da linguagem audiovisual são apresentados ao espectador com a finalidade de convidá-lo a registrar suas próprias memórias e patrimônio cultural tendo o filme como inspiração.

Esse manual, complementar do produto, pode auxiliar o espectador, nesse caso o professor, possa ter em mãos um guia sobre como usar o vídeo documentário *Viva e Reviva Memórias*. Não se trata de uma oficina de como fazer um vídeo, mas de um manual que traz informações acerca do documentário sobre o *Projeto Viva e Reviva Goiás*. O foco do manual é auxiliar na utilização do vídeo documentário *Viva e Reviva Memórias* para incentivar o uso dessa mídia e, sobretudo, estimular a adoção de ações educativas direcionadas ao patrimônio cultural da comunidade local. Considerando o grande desafio que é o de integrar criticamente a comunidade escolar na sociedade globalizada, por meio da linguagem audiovisual, torna-se indispensável a constituição de novas metodologias que permitam a professores e alunos fazerem deste veículo de comunicação uma via de mão dupla, a fim de garantir a possibilidade da livre expressão.

Nessa proposta, o vídeo documentário, como processo interativo, deve ser considerado não apenas uma ferramenta didática, mas também um veículo de interação contínua que vai além do olhar as imagens, para interpretá-las com a finalidade de ressignificá-las com novas mensagens e informações sob as quais todos os sujeitos desse tecido social em que a escola está inserida possa se expressar. Desse modo, a escola deixa de ser um ambiente independente no contexto da sociedade contemporânea e passa a atuar dentro de outros espaços, interagindo com eles.

Ao introduzimos os recursos audiovisuais em sala de aula, devemos oferecer meios para interpretá-los e analisá-los criticamente, permitindo a compreensão do procedimento da inclusão dos mesmos na cultura audiovisual. Assim, o objetivo principal do vídeo documentário é apresentar a essência do *Programa Viva e Reviva*, a fim de que professores e gestores possam propor ações educativas direcionadas ao patrimônio cultural local. Do mesmo modo, propõe estimular o uso da linguagem audiovisual na escola, fazendo desta comunicação uma via de mão dupla entre professores e alunos, possibilitando a livre expressão entre a escola e a comunidade.

Espera-se que a escola e os professores utilizem os recursos audiovisuais para estimular o pensamento crítico dos alunos e apresentar uma proposta de uso do audiovisual na educação, tendo o vídeo documentário *Viva e Reviva Memórias* como inspiração para pensar em seu patrimônio cultural. Este curta-metragem propõe relacionar os campos da comunicação e da educação a partir de uma reflexão sobre a experiência audiovisual da autora com o *Programa de Educação Patrimonial Viva e Reviva* no contexto dos espaços educativos.

O público-alvo são professores da rede pública e privada e todos os que gostariam de usar o patrimônio cultural como tema em suas aulas e cursos. O objetivo final é formar multiplicadores em suas escolas e instituições. Nesse sentido, recomenda-se que antes de exibi-lo para alunos ou um grupo de pessoas, seja feita uma preparação direcionada para fins didáticos. Ao assistir a um filme pela primeira vez, o espectador não deve se preocupar em fazer anotações, nem críticas, apenas perceber o sentido do que está sendo apresentado. Somente na segunda vez é que deve anotar o que mais chamou a atenção e voltar, em seguida, aos pontos que considera mais significativos.

No entanto, quando o professor ou orientador for se reunir com uma equipe para assistir ao vídeo, é importante observar as sugestões a seguir: (1) **Planejar a reunião:** calcular o tempo disponível para assistir ao vídeo documentário e discuti-lo, e escolher os pontos que serão abordados; (2) **Preparar eventuais materiais de apoio**, como cópias de textos sobre o tema do vídeo. Se for na escola, selecionar trechos do PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, fichas de observação, produção dos alunos ou outros; (3) **Criar um clima agradável**, deixando a sala já arrumada, o filme no ponto inicial e um cafezinho esperando pelos colegas; (4) **Valer-se dos recursos do vídeo:** avançar o vídeo, dar pausas, congelar a imagem e rever trechos de maior interesse ou dúvida, caso seja necessário; (5) **Garantir que todos** possam se manifestar e apresentar seus pontos de vista sobre a potencialidade educacional do conteúdo do vídeo em relação às propostas do PCN, se for uma escola; (6) **Comparar o conteúdo** apreendido do

vídeo com os conhecimentos acerca do patrimônio cultural da comunidade local e seu contexto histórico em Goiás e no Brasil; (7) **Solicitar que os professores**, caso seja uma escola, encaminhem atividades em classe com seus alunos após assistirem ao vídeo documentário; (8) **O vídeo documentário *Viva e Reviva Memórias* e as informações presentes nessa parte do relatório** podem servir como material de estudo e reflexão individual, mas o ideal é que sejam utilizados pela equipe da escola ou grupos de uma comunidade.

A próxima etapa é a exibição do vídeo. Nesse momento, há também algumas sugestões que podem auxiliar no melhor aproveitamento do conteúdo a ser exibido. Propomos aqui alguns caminhos, entre muitos possíveis, para a análise do documentário em grupo: **Antes da exibição:** (1) Informar aos alunos ou ao grupo somente aspectos gerais sobre o conteúdo do vídeo; (2) Deixar o vídeo no ponto inicial antes da exibição; (3) Checar o som (volume). **Durante a exibição:** (1) Anotar as cenas mais importantes; (2) Observar as reações do grupo. **Depois da exibição:** (1) Organizar uma roda de conversa para falarem sobre as cenas mais importantes e se necessário for, rever as partes destacadas, chamando a atenção para determinadas cenas ou curiosidades; (2) Passar novamente as imagens mais significativas; (3) Anotar as frases ou o objeto que chamou mais a atenção; (4) Ouvir as dúvidas e observações; (5) Convidar os alunos ou o grupo para falarem sobre o patrimônio cultural da sua comunidade.

Durante a roda de conversa, recomenda-se explorar as referências culturais que os alunos ou o grupo consideram importantes e que despertam o sentimento de pertencimento: os lugares, as celebrações, os bordados, a comida típica, dentre outros, que eles gostariam de ver preservados para as gerações futuras, mantendo, assim, o foco no patrimônio material, imaterial e natural da sua própria comunidade. Dessa maneira, essas discussões devem ser pensadas a partir da realidade local em que cada um compartilha suas referências culturais. Cada indivíduo participante da roda de conversa deve narrar as suas memórias acerca do bem cultural por ele indicado de forma que todos possam compartilhar suas impressões com o grupo. É nesse momento de socialização que todos podem elencar o patrimônio cultural da comunidade, como as festas, as músicas, a arquitetura, os saberes e fazeres, as histórias do local, suas lendas e segredos.

Em seguida, os alunos ou o grupo devem escolher um tema acerca do seu patrimônio cultural tendo como exemplo o conteúdo do vídeo que acabaram de assistir e sobre as memórias compartilhadas a partir da roda de conversa. Partindo da experiência do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, explorada no vídeo documentário, nas ações podem ser trabalhados: uma dança, uma festa, o modo de preparar uma comida típica e outros ofícios, questões envolvendo o meio

ambiente, como rios próximos da cidade, uma pesquisa sobre a história do bairro, da escola, dos pioneiros e suas origens e influências para o local etc. O importante é que o público participante, alunos ou o grupo, escolha o seu patrimônio cultural que deseja abordar na ação educativa. Enfim, tudo que envolva memória e identidade e que está dentro do patrimônio cultural da comunidade envolvida nas atividades. Depois, deve-se propor que escrevam um projeto com o tema escolhido, seguindo o roteiro: (1) Introdução; (2) Justificativa; (3) Área de abrangência; (4) Objetivos; (5) Referencial teórico com os conceitos norteadores; (6) Metodologias; (7) Cronograma. A partir dessa etapa, com o projeto escrito e finalizado, os participantes são convidados para executar a proposta, explorando a criatividade. Ao final, o professor ou responsável deve propor que eles registrem em um vídeo documentário seus projetos, tendo como inspiração a experiência do *Projeto Viva e Reviva Goiás* e o filme *Viva e Reviva Memórias*.

A ideia é estimular os alunos a produzirem os seus vídeos documentários a partir das ferramentas disponíveis, tais como celular pessoal tanto do aluno quanto do professor e/ou câmera digital da própria escola. Assim, registrarão suas memórias e suas referências culturais munidos da linguagem audiovisual, colocando nestas suas percepções identitárias.

A realização de um documentário é constituída de três etapas. A primeira, **antes das filmagens**, denominada pré-produção, é a que “compreende a elaboração do roteiro que se inicia com a escaleta⁴⁰ que é o pré-roteiro e o argumento⁴¹” (OFICINA – MEU PRIMEIRO DOCUMENTÁRIO, 2005, p.3). Essa etapa inicia-se com a ideia, ou seja, é preciso indicar o patrimônio cultural que será abordado no vídeo. Em seguida, deve dedicar-se à pesquisa visando à escrita do roteiro. Para o documentário, é preciso: a) selecionar o material de arquivo (fotografias, documentos escritos, filme de algum personagem); b) elencar as pessoas para serem entrevistadas (aquelas que conhecem sobre o assunto que será abordado); c) realizar a pesquisa de campo nas locações da filmagem, pois mapear os cenários é uma forma de prevenir possíveis imprevistos ou problemas técnicos relacionados à captação da imagem e do som. Por fim, deve-se escrever o roteiro.

Na segunda etapa, **durante as filmagens**, as ações centram-se em: a) Gravar as cenas nas locações estabelecidas de acordo com o roteiro; b) gravar as entrevistas/depoimentos com as pessoas escolhidas; c) verificar se as cenas estão gravadas dentro da proposta do

⁴⁰ A Escaleta é uma das etapas do pré-roteiro. É a última fase antes de entrarmos a fundo no roteiro. Ela é importante para todo roteirista que queira ter um controle de sua história.

⁴¹ O argumento é um documento escrito em forma de prosa, com tamanho variado, relatando todas as cenas de um filme, episódio de série, documentário, etc. Ele não possui diálogos e foca principalmente em contar o enredo.

documentário; d) fazer as gravações que faltam para a construção do documentário. Observa-se que “a imagem é tudo, mas é preciso que seja de qualidade para que possa ter significado para o público” (OFICINA – MEU PRIMEIRO DOCUMENTÁRIO, 2005, p.7).

Por fim, na última etapa, **depois das filmagens**, é realizada a edição, ou seja, a seleção das melhores cenas para produzir o documentário planejado no roteiro. É preciso editar as cenas filmadas com uma descrição detalhada das informações como imagens de arquivo, ordem das falas, nomes dos personagens e da equipe. Escolher uma trilha sonora que dialogue como a temática abordada. Após esse longo processo de construção, é hora de fazer a publicação e a divulgação do documentário (OFICINA – MEU PRIMEIRO DOCUMENTÁRIO, 2005, p.27).

Assim, os professores, ao assistirem ao curta-metragem *Viva e Reviva Memórias*, podem se inspirar nas propostas apresentadas e sugerir outros temas para serem trabalhados pelos seus alunos por meio da produção de vídeos⁴² abordando o patrimônio cultural local que tenha significado para eles. Com isso, o docente poderá adequar a realização de vídeos à realidade dos seus alunos e usar em suas aulas uma ferramenta que foi muito utilizada no *Viva e Reviva*. Tais ações estimularão a criatividade e a socialização dos alunos que, ao realizar a pesquisa, ampliarão seus conhecimentos, promovendo, também, um processo de construção da memória sobre a sua comunidade e da preservação de seu patrimônio cultural.

4.2 Proposta de aplicação na comunidade escolar

Em relação à proposta de aplicação do vídeo, serão convidados professores universitários, membros de Institutos de Educação e Cultura e professores em geral para assistirem ao vídeo documentário a fim de que possam futuramente usar a linguagem audiovisual para trabalhar temas relacionados ao patrimônio cultural com os alunos.

A exibição do vídeo documentário *Viva e Reviva Memórias* será realizada de forma on-line, devido às restrições impostas pelo contexto da atual pandemia para garantir a segurança das pessoas. Serão convidadas também, as professoras que fizeram parte da equipe do *Programa Viva e Reviva* e que foram entrevistadas para o documentário: Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges.

4.3 A devolutiva para a comunidade

Ao analisar o acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, foi possível identificar que a

⁴² Atualmente há vários cursos no canal do *Youtube* ensinando como fazer vídeos tanto pelo celular quanto com equipamento profissional.

importância da devolutiva se confirma e é evidenciada pelos sujeitos que participaram de toda a construção de um processo de identidade e memória com alunos, pais, comunidade escolar e comunidade da Cidade de Goiás. Assim, ratifica-se a posição do audiovisual como relevante documento material na Educação Patrimonial, usando os resultados do estudo em particular para expandir a outros museus com atuação similar. Essa é a principal contribuição deste estudo, uma vez que apresenta importantes aspectos para a ampliação da discussão sobre a devolutiva na função primordial de ensino, e não enquanto mera divulgação de performance acadêmica, ou seja, amplia-se o espectro da aula, contemplando as diferentes práticas educativas.

Na concepção de Vera Candau, “é necessário estar permanentemente refletindo sobre o que se vive” e, nesse sentido, a autora complementa que a educação “é uma prática social coletiva, a socialização é uma dimensão que favorece o intercâmbio, o diálogo e o confronto de experiências diversas” (CANDAUI, 2000, p. 161). Observa-se que as pesquisas que envolvem pessoas necessitam atender alguns fundamentos éticos, como o de assegurar aos participantes os benefícios resultantes do projeto, ou seja, o retorno social. Neste contexto de compromisso do pesquisador, é importante que os participantes do estudo, em especial as professoras que integraram o *Programa Viva e Reviva*, recebam a devolutiva da pesquisa. Isso favorece a organização de ações direcionadas às demandas identificadas, assim como motiva as pessoas a colaborarem com o desenvolvimento de outras propostas.

Por fim, ponderam-se os limites do estudo quanto à especificidade do campo abordado e à pouca produção de pesquisas acerca do tema, levando à limitação das discussões e interlocuções com outras realidades. No entanto, há aqui uma significativa contribuição para futuros estudos, tanto na devolutiva de dados de pesquisa quanto na aplicação do vídeo documentário como ferramenta para auxiliar na Educação Patrimonial.

Considerando que o *Programa Viva e Reviva* foi desenhado para ser realizado em qualquer cidade, espaço, grupo e comunidade seja ela escolar ou não, assim, o vídeo-documentário, produto apresentado nessa pesquisa, também tem essa característica de se adequar a todas as realidades sociais.

Nesse sentido, optei pela devolutiva para as duas docentes que integravam a equipe do *Programa*, Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens e Ivone Maria da Fonseca Borges e professores universitários de variadas universidades, membros de Institutos de Educação e/ou Cultura e demais professores do ensino médio e fundamental.

Assim, em relação à devolutiva para a comunidade, a proposta é a apresentação do vídeo documentário para as professoras entrevistadas nesta pesquisa e para os demais convidados, em

que será utilizada a técnica de grupo operativo, termo cunhado por Pichon-Rivière (2000), em que:

[...] o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interação e se vinculam (RIVIÉRE, 2000, p. 12).

Nesta perspectiva, pretende-se fomentar a construção dialógica entre comunidade e a diretora do vídeo documentário, aumentando o impacto positivo do seu trabalho no desenvolvimento da Educação Patrimonial como oportunidade de trocar experiências, exercitar novas práticas e adquirir conhecimentos e habilidades pessoais e profissionais. Nesse jogo de memória e identidade, busca-se provocar um sentido de pertencimento ligado à sua história, à da comunidade e às referências culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter a oportunidade de vivenciar a experiência e as ações desenvolvidas no *Projeto de Educação Patrimonial Viva e Reviva Goiás*, seja ministrando oficinas de vídeo, seja registrando os eventos, foi muito significativo para observar e compreender o projeto e suas contribuições no sentido de enriquecer a cultura patrimonial das comunidades envolvidas. O *Projeto Viva e Reviva Goiás*, formado em caráter experimental a partir de palestras e debates sobre os princípios da Educação Patrimonial, possibilitou aos alunos, aos professores e à comunidade um novo olhar para o seu patrimônio cultural contribuindo para o fomento de várias ações ligadas às temáticas desenvolvidas a partir das escolas.

A pesquisa sobre o *Projeto Viva e Reviva Goiás* veio da necessidade de reviver uma experiência que demonstra que o Estado de Goiás, no final da década de 1990, contribuiu com ações de Educação Patrimonial no Brasil. Um dos pontos principais deste projeto era estabelecer um diálogo entre os agentes da escola e da comunidade a fim de descobrirem juntos costumes, lendas, músicas, enfim, as suas referências culturais, e ressignificá-las com o intuito de preservar a memória e o seu patrimônio cultural. Ao longo de onze anos, o projeto foi trabalhado em algumas cidades históricas de Goiás e deixou sua marca em cada escola e comunidade em que passou. Revisitar esse passado traz a oportunidade de olharmos com mais critério sobre possíveis equívocos e, por que não, acertos para que possamos seguir traçando novas diretrizes para a Educação Patrimonial.

O primeiro acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás* a ser explorado foi os subprojetos desenvolvidos pelas escolas da Cidade de Goiás e que está disponível no site da SEDUC/GO. Nesse site constam também os subprojetos das cidades de Jaraguá, Pilar, Jataí, Catalão e Pirenópolis. O contato com o acervo material no Lyceu de Goyaz possibilitou o acesso a documentos manuscritos, rascunhos, livretos, relatório final das atividades na Cidade de Goiás de 1999 a 2002, ofícios e demais documentos das escolas que aderiram ao *Projeto Viva e Reviva Goiás*. Esse *corpus* documental trouxe informações importantes acerca das motivações e intenções dos primeiros colaboradores no desenho desse projeto que serviria de modelo para as demais cidades que participaram do programa.

A pesquisa sobre o Projeto trata-se sobretudo de uma investigação da metodologia e dos processos utilizados para a implantação deste projeto de Educação Patrimonial na Cidade de Goiás em 1999, em vias de receber o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A Cidade de Goiás já executava projetos de Educação Patrimonial com apoio do Iphan, mas as

ações envolviam somente algumas escolas. De posse dessas informações e de registros documentais, pretendeu-se, por meio de uma investigação mais acurada, construir parâmetros para se pensar novas metodologias para a Educação Patrimonial voltada para os dias atuais e a partir de um cenário globalizado e informatizado, mantendo os princípios e objetivos do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, o qual tinha como princípio norteador o diálogo entre os sujeitos inseridos dentro da comunidade local.

Viver e reviver suas memórias, ressignificando suas histórias, contextualizando-as nas manifestações culturais junto à comunidade escolar, foi um dos propósitos basilares do *Programa Viva e Reviva*. A ideia de preservar os valores patrimoniais materiais e imateriais era presente na formação dos professores para que os mesmos se tornassem mediadores entre o acervo patrimonial da sua cidade e os alunos com a intenção clara e objetiva de democratizar a memória histórica local. Essa elaboração conjunta de ações de educação patrimonial gerou impactos na comunidade na realização dos subprojetos das escolas. O projeto pretendia ser inovador, participativo e integrador e isso fez com que a escola situasse os alunos como sujeitos na construção histórico-cultural de sua comunidade, conhecendo e valorizando as pessoas que contribuíram para a formação identitária dentro da sua própria comunidade.

Tanto a Superintendência de Ensino a Distância quanto a Subsecretaria Regional de Educação de Goiás eram sabedores da necessidade de se trabalhar com temas voltados para a conservação e preservação culturais, buscando integrar o estudo do passado e do presente. Imbuídos desse compromisso com a formação integral de alunos de todas as idades, os idealizadores do projeto concentraram seus esforços na implantação e implementação do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, na expectativa de que este se constituísse como um marco de revitalização do patrimônio cultural da Cidade de Goiás e, por consequência, do Estado de Goiás.

A educação patrimonial no *Programa Viva e Reviva* tinha como propósito levar os sujeitos a compreenderem sua própria historicidade, o conhecimento e a valorização do patrimônio histórico-cultural da cidade. Cada comunidade ia construindo para si o significado dos elementos constituintes da sua identidade local e coletiva e de seus lugares de memória. Essa ação coletiva do reconhecimento sobre os elementos da memória social de cada espaço é parte do projeto de educação patrimonial *Viva e Reviva*. A proposta para que cada escola desenvolvesse os temas como ações de educação patrimonial impactou diretamente cada comunidade nas questões como valorização, divulgação, preservação dos espaços de memória local e conservação do patrimônio. O trabalho buscava as experiências pessoais e coletivas de

modo a reconhecer em tais experiências os diversos “eus” identitários contidos na cultura local. Outra dimensão deste tipo de abordagem incluía promover o engajamento no processo de conservação do patrimônio. A escola, ao incentivar atividades de sensibilização que envolviam a comunidade com a causa patrimonial, propiciava aos alunos o contato com a natureza social do patrimônio para que eles possam se ver como guardiões das memórias patrimoniais.

Vale ressaltar que o acompanhamento investigativo do projeto permitiu observar que havia uma autonomia das escolas na escolha dos temas como, também, a proposta de serem eles os multiplicadores dessas ações em sua comunidade. Dessa forma, ao longo do desenvolvimento dos subprojetos, os alunos e a comunidade se interessavam não só pelas suas histórias e memórias, mas pela situação presente dos seus bairros, como a poluição, a exclusão e outros elementos que compõem o tecido social e cultural de um lugar e seus habitantes. Cada encontro era uma troca de experiências e novas conquistas foram alcançadas, com o ressignificar do olhar para seu patrimônio material e imaterial. Desse modo, podemos entender que a Educação Patrimonial vem para dar um destaque no viver e reviver a sua cultura local, também, no tempo presente. É importante deixar claro que o patrimônio, também, está no cotidiano feito por cidadãos comuns em seus espaços de vivências.

E, nesse sentido, não há como ignorar as múltiplas identidades que se inter cruzam, se complementam ou se deslocam no tempo e no espaço. Essa intensa percepção da memória é que motiva ações de Educação Patrimonial cuja metodologia envolve uma série de ações e práticas pedagógicas como oficinas e projetos, desenvolvidas nas escolas em conjunto com as comunidades, tudo aliado às disciplinas da grade curricular. Nesse ínterim, o vídeo documentário surge como veículo dialógico de integração, divulgação, preservação e comunicação global. Ele contribui com o ensino a partir da convivência, troca de experiências e apropriação dos espaços locais e regionais. A Educação Patrimonial tem uma proposta absolutamente multidisciplinar e sua realização pode estar aliada a outros campos, como o do audiovisual, por exemplo, sem perda de sentido prático.

Tendo por premissa que a memória é responsável pela construção da identidade, conclui-se que a memória, a história, a identidade e a narrativa são conceitos que se integram e podem estar presente dentro de um documentário, dando um sentido à vida do sujeito que a narra e aos que assistem a ele. Por conseguinte, a proposta de um produto em formato de vídeo documentário de 10 minutos é para servir de fonte de inspiração para professores que almejam utilizar o audiovisual como ferramenta didática para registro documental com seus alunos.

Nessa perspectiva, escolhemos como formato para o documentário *Viva e Reviva Memórias* o estilo participativo, segundo Bill Nichols, no livro *Introdução ao Documentário*. A escolha se deve à proposta de enfatizar a interação da cineasta com o tema do projeto contido neste Relatório. A narrativa do filme envolve entrevistas com as professoras que fizeram parte do *Programa Viva e Reviva*, na qual a cineasta assume uma postura mais presente na construção da narrativa do documentário, pois foi integrante da equipe do *Programa Viva e Reviva*. Nesse sentido, a narrativa também envolve suas memórias. Por isso, ela também é filmada e faz a locução do filme ao mesmo tempo em que une as imagens de arquivo para examinar questões históricas dentro da perspectiva da Educação Patrimonial desenvolvida nas escolas com a participação da comunidade escolar vilaboense.

A Cidade de Goiás, por exemplo, vinha desde 1998 em parceria com o Iphan, promovendo ações de Educação Patrimonial nas escolas, mas de forma pontual e bem delimitada, ou seja, trabalhando com algumas escolas ou apenas com alunos do ensino fundamental ou médio. O *Projeto Viva e Reviva Goiás* veio com a intenção não só de reunir todos os projetos como um guarda-chuva, mas também, sobretudo, de permitir o contato dos alunos e professores com sujeitos e com a memória do lugar onde vivem. Inúmeros fatos e acontecimentos narrados pelas pessoas da cidade, jamais haviam sido compartilhados em outros espaços da vida dos alunos. Desse modo, a percepção do caráter social da memória ficou mais explícita, permitindo que a experiência de gerações subsequentes fosse de fato incorporada no processo de aprendizagem dos sujeitos envolvidos ao compartilhar entre si os diversos aspectos do patrimônio material e imaterial da cidade.

Por fim, concluímos que há no cotidiano sociocultural de uma comunidade múltiplas manifestações de natureza material, imaterial, artística, ambiental, dentre outras. Cabe a cada comunidade construir para si o significado dos elementos formadores da sua identidade local e coletiva e de seus lugares de memória. Essa ação coletiva do reconhecimento sobre os elementos da memória identitária sempre foi uma das bases da Educação Patrimonial do *Programa Viva e Reviva*. A proposta de analisar o *Projeto Viva e Reviva Goiás* foi uma forma de mostrar que aqui em Goiás pessoas estavam pensando e construindo projetos de educação patrimonial, deixando suas contribuições nos anais da história.

Embora o *Programa Viva e Reviva* já tenha sido mencionado em alguns trabalhos, faltava uma pesquisa mais acurada e direcionada especificamente ao *Projeto Viva e Reviva Goiás* a partir da experiência dos partícipes e suas contribuições no campo prático da implantação do mesmo nas escolas. Acredito que esta pesquisa possa contribuir para uma nova

reflexão sobre as práticas educativas voltadas à valorização, ao reconhecimento e à preservação do patrimônio cultural ao analisar o papel da escola sob a perspectiva de um aporte conceitual mais descentralizado, dialógico e transversal. Compreender o panorama da Educação Patrimonial, tendo como estudo de caso o *Projeto Viva e Reviva Goiás* possibilitou ilustrar os desafios, as fragilidades e as potencialidades deste tema nas atividades diárias das instituições envolvidas no processo.

Dada à complexidade material do *Programa de Educação Patrimonial Viva e Reviva* e sua implantação em outras cidades, vislumbramos um campo aberto para novas pesquisas, direcionadas para uma reflexão sobre um aporte teórico metodológico, baseado nos conceitos de memória, identidade e patrimônio cultural, como possíveis caminhos para aproximar a comunidade local dos discursos da prática educativa nas escolas com trocas de saberes e fazeres, transformando esses lugares em espaços de cidadania. A Educação Patrimonial é como uma ponte entre os sujeitos de uma comunidade, suas referências culturais e seus espaços de memória numa constante interação dialógica coletiva e participativa no tocante a preservação, valorização e ressignificação dos seus bens materiais e imateriais para que gerem novas perspectivas e abram novas portas de forma que possamos continuar a ser protagonistas da nossa própria história na construção das nossas referências identitárias.

Não há nos anais do *Projeto Viva e Reviva Goiás* a origem do nome e quem o nominou como tal. No entanto, nos parece claro a objetividade dele quanto ao chamado para que a comunidade viva e reviva suas memórias, sua história, seu patrimônio cultural. É, ao mesmo tempo, simples e profundo ao observarmos a rápida identificação das comunidades local e escolar com o projeto. E foi além: tornou aquelas pessoas, multiplicadores das ações, das rodas de conversas e do sentido real da importância da preservação do seu patrimônio material e imaterial. É preciso sublinhar ainda que o documentário *Viva e Reviva Memórias* foi realizado com a proposta de narrar a trajetória do *Projeto Viva e Reviva Goiás* a partir das memórias de integrantes do *Programa Viva e Reviva* e as experiências das ações de Educação Patrimonial desenvolvidas pelas escolas da Cidade de Goiás. A narrativa criada visa uma reflexão sobre a Educação Patrimonial, no qual o objetivo é fazer com que o espectador se torne protagonista da discussão.

Nessa perspectiva, o documentário, ao reconstruir parte das memórias sobre esse *Projeto Viva e Reviva Goiás*, torna-se uma importante contribuição acerca dos registros de Educação Patrimonial em Goiás. E, do mesmo modo, visa inspirar as pessoas a pensarem sobre as suas referências culturais e assim, realizarem um documentário a partir da sua perspectiva como sujeito partícipe na construção da sua própria narrativa, tendo como agente motivador o patrimônio cultural do lugar em que habita e que lhe tem significado.

REFERÊNCIAS

1. Listagem dos acervos e fontes

1.1 Acervo do *Projeto Viva e Reviva Goiás* - APVRG

Documento avulso – Subsecretaria Regional de Educação, 2000.

Folder do Iphan, 1998.

Folder de Lançamento do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, 2000.

Folder de Oficina de uso de tecnologias do NTE, sem data).

Folders dos Subprojetos do *Viva e Reviva Goiás* – 2001, 2002, 2006 e 2007.

Livreto - Exposição *Viva e Reviva* – 2006.

Projeto Viva e Reviva Goiás, “*Um Mergulho com Profundidade na História de Goiás*” 2000.

Relatório 2000 (folha avulsa).

Relatório de Atividades do *Projeto Viva e Reviva* na Cidade de Goiás, 2002.

Relatório do CRHE, 2000.

Relatório de Lançamento, SEDUC/GO, 2000.

Relatório da SEE, 2000.

Relatório da Subsecretaria - contendo três páginas avulsas – 2000.

Rascunho manuscrito – sem data.

Síntese do *Projeto Viva e Reviva Goiás*, 2000.

Questionário (folha avulsa) – 2000.

1.1.2 Acervo Virtual do Programa *Viva e Reviva*

Secretaria de Educação do Estado de Goiás. SEDUC. Programa *Viva e Reviva*. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/educacao/especiais/vivaereviva>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Secretaria de Educação do Estado de Goiás. SEDUC. Programa *Viva e Reviva*. A Educação Patrimonial na Cidade de Goiás. Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br/educacao/especiais/vivaereviva/goias/goias.asp>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Secretaria de Educação do Estado de Goiás. SEDUC. Programa *Viva e Reviva*. Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), o que é?. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/postfaq/nucleo-de-tecnologia-educacional-nte-o-que-e/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Viva e Reviva Goiás. *Blog criado com os alunos da 3ª série matutino da Escola Estadual Mestre Nhola*. 2006. Oficina de Comunicação e Oficina de Vídeo. Disponível em: <http://umclikporgoias.blogspot.com/2006_05_01_archive.html> Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

Viva e Reviva Goiás. *Blog criado com os alunos da 3ª série matutino da Escola Estadual Mestre Nhola*. 2006. Entrevistando. Entrevista realizada com a Professora Ezildete, Coordenadora do Projeto *Viva e Reviva Goiás*, na Cidade de Goiás. 2006. Disponível em: <<http://entrevistandoezildete.blogspot.com/>> Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

Viva e Reviva Goiás. *Acervo do Programa Viva e Reviva*. Site da SEDUC. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/educacao/especiais/vivaereviva/goias/escola.asp>> Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

Viva e Reviva Goiás. *Blog do Colégio Aplicação*. 2011 <<http://cenacidadegoias.blogspot.com/2011/01/projeto-viva-e-reviva-goias-colegio.html>> Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

1.1.3 Entrevistas

Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens – entrevista concedida em 09/02/2021.

Ivone Maria da Fonseca Borges - entrevista concedida em 14/04/2021.

1.1.4 Outras fontes

BRASIL. DECRETO Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MinC/Iphan, 2017. Disponível em: < <https://silo.tips/download/ministerio-da-cultura-instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-ven>> Acesso em: 14 de junho de 2020.

QUEIROZ, Cassia M. *Oficina - Meu Primeiro Documentário*. 2005. (Apostila).

Secretaria de Educação do Estado de Goiás. SEDUC. Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), o que é? <Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), o que é? - Secretaria de Estado de Educação (educacao.go.gov.br)> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Território do Brincar. Disponível em <<https://territoriodobrincar.com.br/brincadeiras/lagarta-pintada/>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Declaração Universal sobre a diversidade cultural, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3794>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

UNESCO. Historic Centre of the Town of Goiás. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/993/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Ministério da Cultura Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Vencedores do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 1994 – 2007. Disponível em: <<https://silo.tips/download/ministerio-da-cultura-instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-ven>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

2. Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. “Los usos sociales del patrimonio cultural”, em Encarnación Aguilar Criado (org.), *Patrimonio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio*, Sevilla, Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, p. 16-33, 1999b,.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

CANCLINI, Néstor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CANDAU, V. M. F. (Org.). *Reinventar a Escola*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

CHAGAS, Mario. Diabruras Do Saci. Museu, Memória, Educação e Patrimônio. IPHAN – *Musas Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Brasília IPHAN, n. 1, p. 135 - 145, 2004.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In REIS, A. S. dos & FIGUEIREDO, B. G. *Patrimônio Imaterial em perspectiva*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 25-49.

CHUVA, Marcia. (org.) Por Uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Iphan, Brasília, v. 34, p. 147-165, 2012.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade patrimônio da humanidade. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre v. 11, n. 23, 2005.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. *Revista CPC*, 14(27esp), 55-89, 2019.

FLORENCIO, Sônia Rampim et al. *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília-DF, 2016.

- FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial* / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza, p. 21-30. Iphan, 2015.
- FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra Tolentino. (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, (Caderno Temático 2). v. 2, p. 1-99, 2012.
- GONÇALVES SANTOS, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, Rio Grande, v.3, n.3, p. 27-46, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. Centro Histórico de Goiás (GO). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/36>> Acesso em: 02 de outubro de 2019.
- IPHAN. Goiás (GO). Disponível em: <<https://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do;jsessionid=8106D2F0F9EB5F0B4DB0F48B8499DFF1?id=18199&retorno=paginaIphan>> Acesso em: 02 de outubro de 2019.
- LISITA, Nilda Lopes de Oliveira. Educação Patrimonial na Cidade de Goiás: Vinte Anos de Experiência na Escola de Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- MARANDINO, Martha. Museu e escola: parceiros na educação científica do cidadão. In: *Reinventar a escola*. [S.l: s.n.], 2000.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.
- MORAN, José Manuel. O vídeo na sala de aula. *Comunicação e Educação*, São Paulo, (2): 27 a 35, jan./abr. 1995.
- NETO, Casimiro Pedro da Silva. *Desbravadores do Brasil* / Casimiro Pedro da Silva Neto. Brasília: Sesc-DF, 2018.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP. Papirus, 2012.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun

Khoury. *Traduções. Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-29, dez. 1993.

NORA, Pierre. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Orgs.). *A história nova*. Coimbra: Almedina, 1990.

OVAT – Organização Vilaboense de Artes e Tradições. *40 Anos: Promovendo a Cultura e Resgatando as Tradições*. Goiás: OVAT, 2005.

PENAFRIA, Manuela. *O Ponto de Vista no Filme Documentário*. Universidade da Beira Interior. Departamento de Comunicação e Artes, 2001. Disponível: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/boccpenafria-analise.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2019.

PENAFRIA, Manuela. *O Filme documentário: história, identidade, tecnologia*. Edições Cosmos. Lisboa, 1999.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal* (6a ed., M. A. F. Velloso, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007. p. 451-466.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo, Annablume, 2005.

SANTOS, Maia Célia T. Moura. *Encontros museológicos: Reflexões sobre a Museologia, a Educação e o Museu*. Vol. 4 da Coleção, Museu, memória e cidadania, Editora Ibram, 2008.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro*. – Fortaleza: p. 194 a 206. Iphan, 2015.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: Atila B. Tolentino. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012.

TAMASO, Izabela Maria. Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 19, 26(2), p. 156-185, 2015.

TAMASO, Izabela Maria. *Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. 787 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TAMASO, Izabela Maria. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas

práticas de patrimonialização federal. *Revista Sillogés* – v.1, n.1, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/12>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48.

TOLENTINO, Átila. Narrativas de educação patrimonial: A experiência da Casa do Patrimônio da Paraíba. In: *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro*. – Fortaleza: p. 61 a 70. Iphan, 2015.

TOLENTINO, Átila Bezerra. *Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)* – João Pessoa: Iphan, 2014.

ANEXOS

O PROJETO VIVA E REVIVA GOIÁS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM GOIÁS (1999 – 2010)

Tema da entrevista: *Programa Viva e Reviva e Projeto Viva e Reviva Goiás*

Entrevistados - integrantes da equipe do Programa Viva e Reviva:

- Rosaura de Oliveira Vargas das Virgens – entrevista concedida em 09/02/2021.
- Ivone Maria da Fonseca Borges - entrevista concedida em 14/04/2021.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1 – Quando você entrou no *Programa Viva e Reviva*? Qual foi a sua função e por quanto tempo?

2 – Como você avalia o *Projeto Viva e Reviva Goiás* como Educação Patrimonial? Qual impacto ele teve na Cidade de Goiás e em outras cidades?

3 – O *Projeto Viva e Reviva* foi feito com base em outras experiências de Educação patrimonial? Qual era o diferencial do projeto em relação aos outros projetos de educação patrimonial na época em que ele foi lançado?

4 - Como foi a recepção do *Projeto Viva e Reviva* pelas escolas, comunidades e as cidades onde foram desenvolvidos?

5 - Qual o papel exercido pela Superintendência de Educação à Distância SUED/SEDUC para a execução do projeto?

6 - Como a equipe do Programa Viva e Reviva auxiliava as escolas e a comunidade a iniciar um subprojeto?

7 - Havia a liberdade de escolha para cada instituição propor a temática para o seu subprojeto. Nada era imposto. Qual o eixo norteador de todos projetos? O que eles deveriam ter em comum?

8 - O *Programa Viva e Reviva* foi executado em várias cidades de Goiás. Teve algum dos projetos que mais marcou a experiência do Programa? Por que?

9 – Qual seu sentimento ao saber que o *Programa Viva e Reviva* seria descontinuado?

10 - Você acha possível o *Programa Viva e Reviva* ser retomado tendo as escolas e a comunidade como protagonistas? Se for positiva a resposta, de que forma poderia ser feito esse retorno?

11 – Em relação à execução do *Projeto Viva e Reviva*, as propostas apresentadas pelos subprojetos nas escolas contemplaram o Patrimônio material e imaterial. Qual a importância de se trabalhar com o patrimônio cultural para a construção da memória e da identidade de uma comunidade?